

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização / Agro-negócio

Dissertação

**”Produção e Transformação de Produtos Agrícolas em São Tomé e Príncipe: Contribuição Socioeconómica do PRIASA para as Mulheres e os Agregados Familiares”**

Maria do Carmo Medina Fernandes

Orientador(es) / Carlos Alberto Marques

Pedro Damião Henriques

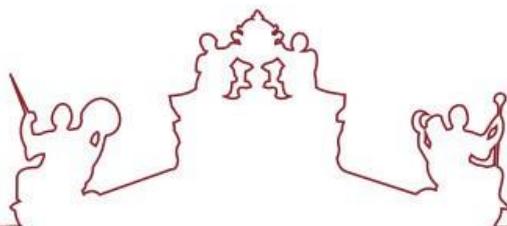
Évora 2021

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização / Agro-negócio

Dissertação

**”Produção e Transformação de Produtos Agrícolas em São Tomé e Príncipe: Contribuição Socioeconómica do PRIASA para as Mulheres e os Agregados Familiares”**

Maria do Carmo Medina Fernandes

Orientador(es) / Carlos Alberto Marques

Pedro Damião Henriques

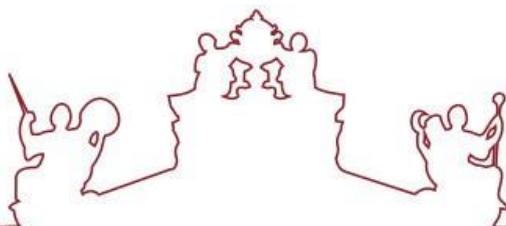
Évora 2021

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente / Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora)

Vogais / Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Arguente)  
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora) (Orientador)

## **Agradecimentos**

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar a Deus, aquele que é todo poderoso e nos ilumina em todos os momentos da vida.

Agradecimentos aos meus orientadores o Professor Doutor Carlos Alberto Falcão Marques e o Professor Doutor Pedro Damião de Sousa Henriques, que sempre me apoiaram, orientaram, incentivaram, responderam com prontidão as minhas solicitações, me deram força em prosseguir, apresentaram contribuições valiosas para a concretização deste trabalho

Aos docentes que também participaram comigo nesta caminhada...

Agradecimentos também ao meu marido Alberto Neto Pereira, as minhas filhas Anete Medina Pereira e Aissa Medina Pereira, que sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada, agradecer pela força, paciência, compreensão, apoio...

A minha família em geral que de uma forma ou outra me apoiaram nessa caminhada.

Agradecimentos também aos colegas de formação pela força, pelas palavras de encorajamento.

Agradecimentos a todas as Instituições que disponibilizaram os dados para o suporte deste trabalho.

Agradecer e dedicar este trabalho a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que essa dissertação hoje fosse uma realidade....

.....

## **Produção e Transformação de produtos agrícolas em S. Tomé e Príncipe: Contribuição socioeconómica do PRIASA II para as mulheres e os agregados familiares**

### **Resumo**

São Tomé e Príncipe, ilhas verdes, com alto nível de pluviosidade o que favorece o desenvolvimento da agricultura no território. Embora com esse clima favorável, o país ainda enfrenta muitas dificuldades em alavancar a sua economia. Ainda existe muita pobreza no meio social principalmente no meio rural, o que constitui um desafio para o país.

Procurando fazer frente a esses desafios são vários os projetos implementados no país. Um desses projetos é o PRIASA (Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar). O PRIASA II é o segundo ciclo de um projeto de segurança alimentar que visa um crescimento económico durável e inclusivo das comunidades com realce para os produtores, pescadores e transformadores de produtos agrícolas e da pesca, com uma atenção especial à questão de género.

Este trabalho procura conhecer as áreas de intervenção e as ações do PRIASA II junto dos produtores e transformadores de produtos agrícolas, bem como a repercussão dessas ações no nível de vida das mulheres e famílias beneficiárias.

Numa primeira fase trata-se de fazer uma abordagem relativamente ao papel tradicional das mulheres na produção e transformação de produtos agrícolas. Em seguida, analisa-se o PRIASA II e, em particular, as ações relativas à produção e transformação previstas e implementadas e os resultados esperados das mesmas. Nesta fase ter-se-á em conta as variáveis meso-económicas relativas a investimentos em bens públicos com base nas políticas agrícolas que orientam a intervenção do governo como promotor e facilitador do êxito do projeto e a sua intervenção. Posteriormente, passa-se à avaliação do contributo dessas ações, identificando-se o que o projeto modificou nas atividades e a sua mais valia para a produção e transformação de produtos. Por último, o estudo procura avaliar o impacto global do projeto no bem-estar das famílias e na situação das mulheres.

**Palavras-chave:** Projetos de desenvolvimento agrícola; Estudos de Género; Produção agrícola; Transformação agrícola; Políticas Agrícolas

## **Production and Processing of agricultural products in S. Tomé e Príncipe: Socioeconomic contribution of PRIASA II for woman and households**

### **Abstract**

Sao Tome and Principe, green islands, with high rainfall, which favors the development of agriculture in the territory. Despite this favorable climate the country still faces many difficulties in developing its economy. There is still a lot of poverty, especially in rural areas, which is a challenge for the country.

In order to meet these challenges, there are several projects implemented in the country. One of these projects is the PRIASA (Project for the Rehabilitation of Infrastructures to Support Food Security). PRIASA II is the second cycle of a food security project that aims at sustainable and inclusive economic growth of communities, with emphasis on producers, fishermen and processors of agricultural and fishery products, with special attention to the issue of gender.

This paper seeks to know the areas of intervention and actions of PRIASA to support producers and processors of agricultural products, as well as the impact of these actions on the living standards of their families and women condition.

At first, this study seeks to understand the traditional role of women in the production and processing of agricultural products. Then PRIASA is analyzed, in particular its planned and implemented actions related to production and transformation and their expected results. In this phase, account will be taken of the meso-economic variables related to investments in public goods based on agricultural policies that guide government intervention as a promoter and facilitator of the project's success and its intervention. Subsequently, the contribution of these actions is assessed, identifying what has changed with the project with respect to activities of production and transformation of products. Finally, the study seeks to assess the overall impact of the project on the well-being of families and the situation of women.

**Key words:** Agricultural development projects; Gender Studies; Agricultural production; Agricultural processing; Agricultural Policies

# Índice Geral

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>1</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>2</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>3</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>4</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>6</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>7</b>
<b>Listagem de Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1- Introdução .....</b>	<b>12</b>
1.1 Problema e questão de investigação .....	13
1.2 Importância e razões de escolha do tema .....	15
1.3 Objetivos geral e específicos .....	16
1.4 Aspetos de metodologia .....	16
1.5. Organização do Trabalho .....	17
<b>Capítulo 2- Contextualização e Enquadramento Teórico .....</b>	<b>18</b>
2.1 Breve caracterização do desenvolvimento económico e humano de São Tomé e Príncipe.....	18
2.2 Breve caracterização da economia e do sector agroalimentar de São Tomé e Príncipe .....	20
2.3. Enquadramento da teoria económica de desenvolvimento agrícola e rural.....	30
2.4 Os bancos de desenvolvimento e os projetos internacionais de desenvolvimento.....	36
2.5 Caracterização do projeto PRIASA .....	43
2.5.1 Ações do PRIASA .....	44
2.5.2 Agentes do PRIASA.....	45
2.5.3 Beneficiários do PRIASA.....	45
<b>Capítulo 3- Metodologia .....</b>	<b>47</b>
3.1 Estratégia de investigação.....	47
3.2. Seleção de amostras dos agentes e beneficiários do PRIASA .....	47
3.3 Recolha de dados primários .....	48
3.4 Tratamento e análise de dados .....	50
<b>Capítulo 4 – Análise e Discussão dos Resultados .....</b>	<b>52</b>
4.1. Análise dos resultados das entrevistas semiestruturadas às instituições parceiras.....	52
4.1.1 Descrição das entrevistas às instituições parceiras .....	52
4.1.2 Análise e discussão das entrevistas .....	58
4.2. Análise dos resultados dos inquéritos aos agricultores beneficiários do projeto .....	60
4.2.1 Caracterização dos agricultores e das suas unidades de produção.....	60

4.2.2 Contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico dos agricultores, das suas famílias e das mulheres.....	67
4.3. Análise dos resultados dos inquéritos aos transformadores beneficiários do projeto.....	73
4.3.1 Caracterização dos transformadores e das suas unidades de produção .....	73
4.3.2 Contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico dos transformadores ....	80
4.4 Discussão dos resultados .....	85
4.4.1 Instituições Parceiras.....	85
4.4.2 Agricultores e transformadores.....	86
4.4.3 Género - homens e mulheres .....	89
4.4.4 Novos desafios no e pós COVID19 .....	89
<b>Capítulo 5 – Considerações Finais .....</b>	<b>93</b>
5.1. Conclusões.....	93
5.2. Recomendações do estudo .....	96
5.3. Limitações do estudo .....	96
5.4. Pesquisa Futura .....	97
<b>Bibliografia .....</b>	<b>98</b>
<b>Anexo 1- Entrevistas semiestruturadas.....</b>	<b>106</b>
<b>Anexo 2- Questionário Transformadores de Produtos .....</b>	<b>110</b>
<b>Anexo 3- Questionário Produtores .....</b>	<b>115</b>

## Índice de Figuras

Figura 1- Índice de desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe.....	19
Figura 2- Contribuição dos diferentes sectores no PIB.....	21
Figura 3 – Taxa de desemprego da população com mais de 15 anos em 2001 e 2012.....	23
Figura 4 – Proprietários das Médias Empresas agrícola registadas na comunidade por sexo.....	26
Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano por género .....	27
Figura 6 – Participação da mulher no parlamento .....	28
Figura 7 – Participação da mulher no parlamento por país dos PALOP .....	30
Figura 8- Principais doadores de STP.....	40
Figura 9 - Laboratório do CIAT reabilitado, equipado e em função .....	53
Figura 10 - Distribuição dos agricultores por classes de idade .....	61
Figura 11- Distribuição dos agricultores pelos cursos de formação frequentados .....	62
Figura 12 - Distribuição dos agricultores por tempo de funcionamento das empresas.....	63
Figura 13- Número de atividades agrícolas dos agricultores inquiridos.....	65
Figura 14- Produtos agrícolas.....	65
Figura 15 – Recursos que a empresa agrícola possui .....	66
Figura 16 – Distribuição dos transformadores por classes de idade e género .....	74
Figura 17 – Distribuição dos transformadores pelos cursos de formação frequentados .....	75
Figura 18 – Distribuição das empresas por tempo de funcionamento em anos .....	76
Figura 19 –Número de funcionários /Colaboradores dos transformadores inquiridos .....	77
Figura 20 – Produtos Transformados .....	78
Figura 21 – Recursos que a empresa transformadora possui por género .....	79
Figura 22 – Ponto de situação do emprego atual e pré-COVID19 (%)......	91

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - PIB real e as contribuições dos diferentes sectores, de 2015 a 2019 (Valores em 10 <sup>3</sup> STD)	22
Tabela 2 – Evolução da população empregada na agricultura em % do total de empregados .....	22
Tabela 3 – Situação de emprego e desemprego por género (%) .....	24
Tabela 4 – Distribuição de tarefas na agricultura, por sexo.....	25
Tabela 5 - Indicadores de pobreza por região e género .....	26
Tabela 6 – Principais políticas de desenvolvimento rural e agrícola e respectivos instrumentos .....	31
Tabela 7 - Impacto económico líquido dos Sistemas de Irrigação (PRIASA I) .....	55
Tabela 8- Localização dos agricultores inquiridos .....	61
Tabela 9- Estado civil dos agricultores inquiridos .....	61
Tabela 10- Escolaridade dos agricultores inquiridos .....	62
Tabela 11- Segunda Profissão dos agricultores inquiridos .....	63
Tabela 12- Organização dos agricultores inquiridos .....	64
Tabela 13- Função dos agricultores inquiridos .....	64
Tabela 14- Frequência das culturas realizadas pelos agricultores .....	65
Tabela 15- Opinião dos agricultores sobre o lucro da sua exploração agrícola.....	67
Tabela 16 – Perceção dos agricultores sobre a sua situação após o PRIASA e daqui a 5 anos .....	67
Tabela 17 – Perceção dos agricultores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres.....	68
Tabela 18 – Perceção dos agricultores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres por género.....	69
Tabela 19 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à produção agrícola .....	69
Tabela 20 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à produção agrícola por género .....	70
Tabela 21 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e aos equipamentos .....	70
Tabela 22 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e aos equipamentos por género .....	71
Tabela 23 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos relativos à mobilidade.....	71
Tabela 24 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos relativos à mobilidade por género .....	71
Tabela 25 – Avaliação pelos agricultores do impacto das ações do PRIASA nos itens relativos às tecnologias de informação e comunicação .....	72
Tabela 26 – Avaliação pelos agricultores do impacto das ações do PRIASA nos itens relativos às TIC por género .....	72
Tabela 27 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais.....	72
Tabela 28 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais por género.....	73
Tabela 29- Estado civil dos transformadores inquiridos.....	74
Tabela 30- Local dos transformadores inquiridos.....	74
Tabela 31 - Níveis de escolaridade dos transformadores inquiridos .....	75
Tabela 32- Profissão dos transformadores inquiridos.....	76
Tabela 33- Atividades Domésticas dos transformadores inquiridos por género .....	76
Tabela 34- Tipo de organização empresarial dos transformadores inquiridos.....	77
Tabela 35- Tipo de função empresarial dos transformadores inquiridos.....	77
Tabela 36- Frequência dos produtos transformados pelos inquiridos.....	78
Tabela 37- Opinião dos transformadores sobre o lucro da sua exploração por género .....	79
Tabela 38 – Perceção dos transformadores sobre a sua situação após o PRIASA e daqui a 5 anos ....	80

Tabela 39 – Perceção dos transformadores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres.....	81
Tabela 40 – Perceção dos transformadores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres por género.....	81
Tabela 41 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à transformação de produtos.....	82
Tabela 42 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e equipamentos .....	82
Tabela 43 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à mobilidade ..	82
Tabela 44 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos às tecnologias de informação e comunicação.....	82
Tabela 45 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à transformação de produtos por género.....	83
Tabela 46 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e equipamentos por género .....	83
Tabela 47 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à mobilidade por género.....	83
Tabela 48 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos às TIC por género .....	84
Tabela 49 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais.....	84
Tabela 50 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais por género.....	85

## Listagem de Abreviaturas e Siglas

AFAP – Agência Fiduciária de Administração de Projetos  
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento  
AUC / CUA– Comissão da União Africana  
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento  
BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe  
CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento  
CADR – Centro Agrícola para o Desenvolvimento Sustentável  
CATAP – Centro de Apoio Técnico Agropecuário  
CIAT- Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica  
DGA – Direção Geral de Ambiente  
DGP – Direção Geral de Planeamento  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza  
FAD - Fundo Africano para Desenvolvimento  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FED – Fundo Europeu para Desenvolvimento  
FENAPA - Federação Nacional de Pequenos Agricultores  
FME - Fundo Mundial para o Ambiente  
FONG- Federação das Organizações Não-Governamentais  
GAON – Gabinete do Ordenador Nacional  
IDA – Associação Internacional para o Desenvolvimento  
IDG – Índice de Desigualdade de Género  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHG – Índice de Desenvolvimento de Género  
ILO / OIT – Organização Internacional de Trabalho  
INAE - Instituto Nacional de Estrada  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INPG - Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género  
LDCF - Fundo para Países Menos Desenvolvidos  
MADR - Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
NU – Nações Unidas  
OCDE / OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio  
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
OHCHR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONUDC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes  
PASC - Projeto de Apoio ao Sector de Comercio  
PASS – Projeto de Apoio a Sectores Sociais  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN – Programas Indicativos Nacionais (PIN)  
PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRIASA- Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar  
Qua-Tela – Associação vocacionada para a transformação de produtos agrícolas  
RGDH – Relatório Global do Desenvolvimento Humano  
RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação  
SD / ED – Estratégia Decenal do Banco

SIFIM – Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente Medido  
SNEEG / ENIEG - Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género  
SNU – Sistema das Nações Unidas  
STP – São Tomé e Príncipe  
TCR – Taxa de Crescimento Real  
UE – União Europeia  
UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos  
UNDAF – Plano-Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento  
UNFPA / FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Capítulo 1- Introdução

São Tomé e Príncipe, é um país insular, que enfrenta vários problemas principalmente de âmbito socioeconómico. Sendo um país em que a agricultura foi e ainda continua sendo uma das bases fundamentais para o desenvolvimento, considerado numa perspetiva económica, social e ambiental, é muito relevante a adoção de uma política de desenvolvimento da agricultura que seja sustentável.

É neste contexto que se enquadra este trabalho. Procura-se analisar o efeito do Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar (PRIASA), em particular as ações na vertente de produção e transformação de produtos agrícolas. Pretende-se avaliar a contribuição destas ações do projeto para a melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias, em particular das mulheres, dada a grande predominância de mulheres como chefe de família e a atenção que é dada às questões de género no desenrolar do projeto.

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, estabelece o princípio de igualdade entre as mulheres e os homens, pois, segundo o artigo 15º *“1. Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica.”* O número 2. do referido artigo, prevê explicitamente que *“A mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural.”* Assim, o trabalho das mulheres, do ponto de vista legal, é constitucionalmente valorizado em pé de igualdade com o dos homens. Tal não acontecia anteriormente, pois as atividades realizadas pelas mulheres eram tidas em conta somente como apoio às atividades dos homens, quer se tratassem ou não de um negócio pessoal fruto do seu esforço e do seu desempenho.

Apesar desses esforços, as mulheres continuam sendo uma das faixas mais afetadas pela pobreza. Esta situação talvez se deva ao facto de as mulheres serem muitas vezes responsáveis pela família. São as mulheres que assumem todas as despesas familiares e que realizam na maior parte das vezes os afazeres domésticos, o que lhes consome muito do tempo, tempo este que poderia também ser aproveitado para o desenvolvimento dos seus negócios, como é o caso dos homens que têm toda a disponibilidade para assegurar os seus.

Segundo o relatório de Avaliação do Projeto PRIASA I (Banco Africano de Desenvolvimento 2015), o PRIASA é um projeto cujo objetivo é promover um crescimento económico sustentável e inclusivo. O projeto visa melhorar a segurança alimentar e nutricional em STP através do aumento de disponibilidade e valorização de produtos agrícolas e haliêuticos.

O projeto tem como alvos os produtores, pescadores e agentes comunitários das ilhas de São Tomé e do Príncipe, e visa beneficiar diretamente 16.000 agricultores, 3.000 pescadores e palaiês (vendedoras de mercado ou ambulante de legumes e peixe), entre os quais, 40% são mulheres.

Trata-se de um projeto de grande envergadura com um raio de ação em diferentes áreas, tais como: a construção e reabilitação de infraestruturas de base (caminhos rurais, canais de irrigação, mercados, etc.); a introdução de novas técnicas para a melhoria da qualidade de transformação, conservação e venda de produtos agrícolas; e o reforço de capacidades dos diferentes intervenientes no processo da implementação do projeto em diferentes níveis (técnico, sanitário, legislativo, entre outros).

Neste estudo pretendemos focar nas ações da área de produção e de transformação de produtos agrícolas que, no âmbito do PRIASA, contribuem para o desenvolvimento socioeconómico dos agregados familiares, em particular das mulheres.

## **1.1 Problema e questão de investigação**

Os agregados familiares de natureza rural de São Tomé e Príncipe, lideradas ou não por mulheres, apresentam níveis de desenvolvimento socio económico ainda bastante aquém daquilo que seria desejável. Várias têm sido as tentativas ao longo dos anos, através de programas e projetos, para melhorar a condição desses agregados, umas vezes com mais sucesso outras vezes com mais dificuldades em atingir essa melhoria.

Este trabalho tem por objeto analisar as ações de um desses projetos, o PRIASA II. Como já foi atrás sumariamente referido, trata-se de um projeto de grande abrangência com um conjunto diversificado de ações de investimento, desde infraestruturas básicas, como por exemplo equipamentos de frio, caminhos rurais e regadios, até à produção, transformação e comercialização, nomeadamente ações de formação de produtores e transformadores, e de melhoramento de mercados de produtos agrícolas e de pescado. No caso do presente estudo, o foco será nas ações de produção e de transformação de produtos agroalimentares com maior contribuição socioeconómica para as mulheres e seus agregados familiares, ou seja, pretende-se conhecer como as suas ações e intervenções modificaram o seu papel tradicional, a sua condição e a execução das atividades das mulheres na produção e transformação de produtos.

O PRIASA II tem um horizonte temporal de 5 anos, de 2015 a 2020 (De notar que o projeto teve uma extensão de mais um ano - até 2021, por causa da pandemia que assola o país, e não

só, o mundo todo). É de salientar que foi implementado um primeiro projeto, PRIASA I, que abrangeu os anos 2010 a 2015, com resultados significativos o que motivou o agendamento do PRIASA II que visa a continuidade do projeto com uma previsão de maior abrangência e consolidação dos objetivos preconizados.

Esse projeto inscreve-se no Eixo II da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) cujo propósito fundamental é o crescimento acelerado e redistributivo do sector agrícola no ramo de exportação e de segurança alimentar. (BAD, 2015, p.1) O PRIASA II também se inserem no quadro do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN 2013-2023) e alinha-se, também, com a Estratégia do Governo em Matéria de Género (SNEEG) no seu eixo de Promoção Económica das Mulheres no meio Rural e Urbano. (BAD, 2015, p.2).

Por outro lado, o PRIASA II integra-se na estratégia decenal do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (SD 2013 - 2023) como também com a nova estratégia do sector agrícola do Banco (2015-2019), bem como a estratégia do Banco em matéria de género (2014-2018). (BAD, 2015, p.2).

O projeto conta com o financiamento do FME (Fundo Mundial para o Ambiente)/LDCF (Fundo para Países Menos Desenvolvidos) e do FAD (Fundo Africano para Desenvolvimento), com um donativo de 3,5 milhões de USD e um empréstimo de 16,2 milhões de USD (11,5 milhões UC), sendo o montante restante financiado pelo governo de STP, com uma contribuição de 0,71 milhões de USD (0,508 milhões UC), e pelos beneficiários em 0,29 milhões de USD (0,203 milhões UC), num valor total do projeto de 20,69 milhões de USD (14.70 milhões UC). (BAD, 2015, p.ii) Este montante cobre as diferentes áreas de intervenção do projeto, distribuídos da seguinte forma:

- Um montante de cerca de 13 milhões de USD (62,9%) destinados ao Desenvolvimento de Infraestruturas (construção e reabilitação de infraestruturas agrícolas, que incluem unidades de transformação de produtos, secadores solares, sistemas de irrigação, centros de vendas, e de pesca, nomeadamente unidades de transformação de peixe, centro de comercialização de equipamentos e materiais de pesca); (BAD, 2015 p.3).

- Aproximadamente 6.1 milhões de USD (29,3%) para a componente Desenvolvimento de Capacidades, que incluem o reforço de capacidades dos produtores, transformadores, pescadores em diversos domínios, capacitação de instituições públicas, privadas e comunitárias; e

- O montante de 1.6 milhões de USD (7,7%) destinados à Gestão do Projeto, incluindo o conjunto de atividades destinadas a coordenação e seguimento do projeto (gestão administrativa e financeira, aquisições, entre outros).

O projeto abrange toda a área de São Tomé e Príncipe, com maior incidência nos distritos que têm maior potencial agrícola que são os distritos de Mé-Zóchi, Lobata e Cantagalo e também a Região Autónoma de Príncipe.

Em resumo, este trabalho analisa a problemática dos efeitos dos programas e projetos de desenvolvimento para o desenvolvimento das zonas rurais e das suas comunidades, pretendendo responder à seguinte questão de investigação “O projeto PRIASA II deu um contributo positivo para o bem-estar dos agregados familiares que se dedicam à agricultura e à transformação dos produtos agrícolas, com especial enfoque nas mulheres?”.

## **1.2 Importância e razões de escolha do tema**

O âmbito deste trabalho insere-se na problemática dos desafios que os países têm enfrentado a nível global e em particular STP, tendo em conta a importância dada ao sector agrícola com vista ao seu desenvolvimento e a atenção reservada à questão de género. O seu tema é importante por diversas razões, entre as quais se salientam a redução da pobreza, a capacitação das famílias e o empoderamento das mulheres.

Por outro lado, o facto da autora ter tido alguma relação com instituições que financiam projetos e trabalham juntamente com os parceiros nacionais em prol do desenvolvimento sustentável, fazendo o seguimento das intervenções com o objetivo de alcançar o melhor resultado possível em benefício da sociedade, foi preponderante para suscitar muito interesse pelo tema.

Este estudo poderá, entre outros, contribuir para: um conhecimento mais aprofundado do papel dos programas no desenvolvimento socio económico das famílias; realçar e reforçar o papel do empreendedorismo feminino na sociedade de São Tomé e Príncipe; identificar alguns dos aspetos relevantes nas políticas agrícolas para desencadear uma agricultura sustentável em prol do desenvolvimento das famílias; identificar orientações para os transformadores serem participantes num mercado cada vez mais competitivo, tendo em conta o carácter inovador das atividades; identificar alguns aspetos do papel do estado na regulamentação dos mercados agroalimentares; e traçar linhas diretivas para atrair/orientar novos investimentos.

### **1.3 Objetivos geral e específicos**

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar a contribuição das ações de produção e de transformação de produtos agrícolas no âmbito do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e, em particular, das mulheres.

Para satisfazer este objetivo geral, consideramos pertinente elencar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar no âmbito do PRIASA as ações destinadas à produção e transformação dos produtos agrícolas;
- Analisar os relatórios de execução e avaliação do PRIASA;
- Selecionar um conjunto de agregados familiares que tenham beneficiado direta ou indiretamente das ações do PRIASA;
- Elaborar um questionário dirigido aos agregados familiares que permita uma avaliação das ações do PRIASA em termos de desenvolvimento socioeconómico; e
- Identificar as mais valias do projeto PRIASA e os aspetos a melhorar em novos programas destinados aos agregados familiares rurais e, em particular, aos liderados pelas mulheres.

### **1.4 Aspetos de metodologia**

Para a realização deste estudo é fundamental, numa primeira fase, a recolha de dados secundários que consistem numa pesquisa documental, utilizando as palavras chave do estudo: segurança alimentar; produção de produtos agrícolas; transformação de produtos agrícolas; políticas agrícolas; e género. Atenção especial é dada aos diferentes relatórios do PRIASA e do BAD.

Numa segunda fase, procede-se à recolha de dados primários, que consiste, numa primeira etapa, em abordar as instituições responsáveis pela implementação do projeto e outras instituições parceiras por meio de entrevistas semiestruturadas e, na etapa seguinte, os beneficiários diretos do projeto PRIASA, os produtores e transformadores de produtos, através de um inquérito por questionário.

A metodologia de análise de dados prevista consiste na análise documental dos relatórios, análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas e na análise de estatística descritiva e inferencial dos inquéritos por questionário.

## **1.5. Organização do Trabalho**

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos:

- O Capítulo 1 integra o enquadramento e justificação da escolha do tema, o problema e a definição dos objetivos de investigação, a metodologia e a organização da dissertação;
  - O Capítulo 2 corresponde ao enquadramento teórico do tema da implementação de estudos e à revisão da literatura de artigos científicos relacionados ao seu contributo socioeconómico, que serviram de base ao estudo realizado;
  - O Capítulo 3 é constituído pela metodologia aplicada ao desenvolvimento da investigação, nomeadamente o tipo de pesquisa feita, o tipo de recolha de dados e os instrumentos utilizados nessa recolha, assim como o tratamento analítico dado aos mesmos;
- O Capítulo 4 apresenta os principais resultados obtidos e a sua correspondente análise e discussão; e
- O Capítulo 5 contempla as considerações finais que incluem as conclusões, as limitações e as pistas de investigação futura.

## **Capítulo 2- Contextualização e Enquadramento Teórico**

Este capítulo aborda os principais aspetos do contexto de aplicação e do enquadramento teórico do tema em estudo. Em termos de contexto empírico de aplicação da análise, caracteriza-se e situa-se o estágio de desenvolvimento económico e social da agricultura e desenvolvimento rural de São Tomé e Príncipe. Em termos de enquadramento na teoria económica de desenvolvimento agrícola, sublinha-se o papel dos bancos de desenvolvimento para o financiamento dos projetos internacionais de desenvolvimento, em termos genéricos e especificamente para STP. Conclui-se o capítulo, nesse seguimento, com uma análise mais detalhada do Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar, designado de PRIASA, um dos projetos financiados pelo BAD/FAD e que é o objeto do presente trabalho. Ao longo do capítulo no âmbito de análise dos diferentes pontos é, também, dada especial atenção à diferenciação dos mesmos em termos de género.

### **2.1 Breve caracterização do desenvolvimento económico e humano de São Tomé e Príncipe**

São Tomé e Príncipe é um país com uma economia extremamente vulnerável tendo em conta a sua insularidade e a fraca produção que se realiza no país. O facto de o Estado Santomense ser o principal empregador do país através dos serviços de administração do Estado e empresas públicas, e por outro, o facto do país ser dependente do investimento direto estrangeiro, ajuda externa e empréstimos, constituem, entre muitos outros, entraves para o desenvolvimento socioeconómico do país (Direção Geral de Ambiente e a Direção Geral de Planeamento, 2017, p.35).

No passado, principalmente nas décadas antes da independência, na economia do país salientava-se o contributo da agricultura, chegando STP a ser um dos maiores produtores e exportadores de cacau e de café ao nível do continente africano. Depois da independência a capacidade de produção do país foi-se reduzindo drasticamente por falta de investimento no sector. A economia do país passou a depender da exportação bastante concentrada e reduzida de produtos agrícolas, tendo o cacau como o principal produto de exportação.

Atualmente o país tem tentado diversificar a sua agricultura, apostando em produtos de qualidade reconhecida como é o caso do cacau biológico, café, produção de pimenta e de baunilha, sendo que estes dois últimos, anteriormente, não eram cultivados no país.

Apesar da diversificação da produção, o país ainda continua com um rendimento nacional muito baixo, enfrenta a insegurança alimentar e a pobreza, as quais constituem a grande preocupação dos intervenientes na política socioeconómica do país.

Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) (Instituto Nacional de Estatística, 2010), citado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento STP (2014, p.29), cerca de 2/3 da população santomense, estimada em 163,8 mil habitantes em 2010 viviam na situação de pobreza, com uma despesa média per capita inferior a 30,1 mil Dobras diários, cerca de 1,6 USD. Segundo o mesmo inquérito, cerca de 20,6 mil habitantes encontravam-se em extrema pobreza<sup>1</sup>, com menos de 12,3 mil Dobras per capita por dia. Estes números questionam de forma clara o alcance da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), sobretudo no que diz respeito à erradicação da pobreza extrema e da fome, como refere o relatório acima mencionado.

Nesse relatório, é estimado um índice de desenvolvimento humano em São Tomé e Príncipe de 0,559, em 2013 (Figura 1). Esse valor coloca STP no grupo de países com índice de desenvolvimento humano médio. O IDH evoluiu positivamente registando um crescimento assinalável, em termos relativos, pois, em 2004, apresentava um valor de 0,506. Os progressos foram assinaláveis na universalização do ensino primário, redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde materna. No entanto, verificaram-se limitações nos restantes objetivos ODM, especialmente os relacionados com a erradicação da pobreza e da fome e a promoção da igualdade de género.

Figura 1- Índice de desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe



<sup>1</sup> Extrema pobreza significa segundo o Banco Mundial viver com menos de 1 USD por dia (em paridade do poder de compra)

Apesar desta evolução, o país continuou muito dependente de apoios externos, o que fez com que a crise económica mundial do final da década passada viesse a agravar as suas dificuldades.

Em 2015, o IDH retomou a sua evolução positiva. Nesse ano São Tomé e Príncipe ocupava a 143ª posição, entre 187 países, no relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2015). O mesmo sucedeu entre 2016 e 2017. Para essa melhoria contribuiu o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6%. É de salientar, no entanto, que o PIB per capita ainda regista valores relativamente baixos, que se estimava em 3.053 USD em 2017, cinco vezes inferior à média mundial de 15.439 USD (*Diário de Notícias*, 2018)

No mais recente relatório, de 2019, São Tomé e Príncipe passou para a 137ª posição, num total de 189 países, mas mantinha-se na categoria dos Estados de desenvolvimento humano médio. Comparando com outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Cabo Verde, que também está no conjunto dos Estados de desenvolvimento humano médio, ocupava a 128ª posição, Angola, que está na mesma categoria, o 149º lugar enquanto a Guiné-Bissau e Moçambique permaneciam na categoria de baixo desenvolvimento humano, nas posições 178 e 180, respetivamente.

## **2.2 Breve caracterização da economia e do sector agroalimentar de São Tomé e Príncipe**

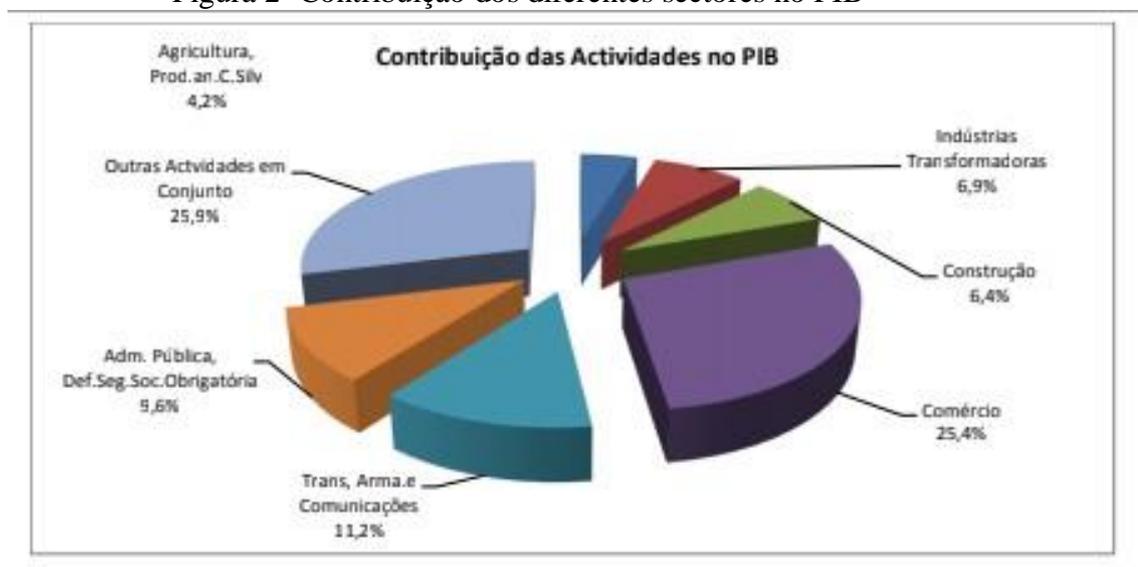
De 2002 a 2011, o desempenho da atividade económica de STP foi fortemente dominado pelo sector terciário. Este sector cresceu em média 6% e representava 66,4% do PIB no ano final desse período. Contribuíram para este desempenho os sectores do comércio, transportes, armazenagem e comunicações, e da administração pública. O sector secundário representava 16,4% do PIB, com um crescimento em média de 2,6% ao ano, durante esse mesmo período. Para este sector, a maior contribuição foi das indústrias de transformação. O sector primário, foi o que menos contribuiu para o PIB, com 17,8%, apresentou nesse período um crescimento anual médio de 2,3%. (Ministério do Plano e Desenvolvimento, 2012, p.29).

Estas tendências estruturais de crescimento económico têm-se mantido. Em 2014, o crescimento económico de STP continuava sendo sustentado pelo sector terciário, com um crescimento de 6.8%, contribuição devido sobretudo às atividades de turismo, seguindo o sector secundário com um crescimento de 2,5% com atividades como a produção e distribuição

de eletricidade e gás, por fim o sector primário com uma taxa de 1.9%. Relativamente ao PIB, numa distribuição mais desagregada por subsector, a contribuição do comércio era estimada em 28,3% seguido pela agricultura e a pesca com 17,1% e o transporte, armazenagem e comunicações com 17% (DGA e DGP, 2017, p.35).

Em 2017, o sector do comércio continuava um dos sectores mais relevante em termos de contribuição para o PIB com uma representação de 25,4%, o transporte, armazenagens e comunicações com 11,2% e a administração pública, defesa e segurança social obrigatória 9.6%, conforme o gráfico abaixo (Portal INE, Produto Interno Bruto, 2017)

Figura 2- Contribuição dos diferentes sectores no PIB



Fonte: INE, Análise sectorial, 2017

As estimativas do INE apontam para uma desaceleração da atividade económica em 2018, tendo-se registado uma variação de 2,7%, ou seja - 1,2 pontos percentuais do que em 2017. Ressalta-se que o crescimento do PIB neste ano foi o valor mais baixo desde 2007, mas que a trajetória de desaceleração da atividade económica já vinha a verificar-se nos últimos anos, como se pode verificar no quadro abaixo.

Tabela 1 - PIB real e as contribuições dos diferentes sectores, de 2015 a 2019 (Valores em 10<sup>3</sup> STD)

Rúbricas	2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	TCR								
Produto Interno Bruto Retro	3772344	3,9	3929453	4,2	4080697	3,8	4200884	2,9	4255564	1,3
Valor Acrescentado Retro	3401239	3,3	3551213	4,4	3693732	4,0	3770445	2,1	3839950	1,8
Sector Agropecuário e Pesca	322031	3,3	328427	2,0	333599	1,6	322472	-3,3	319487	-0,9
Sector das Indústrias	605827	4,6	642977	6,1	661948	3,0	667404	0,8	665464	-0,3
Sector de Serviços	2582915	3,0	2694457	4,3	2817249	4,6	2901878	3,0	2979373	2,7
SIFIM	-109534	3,5	-114649	4,7	-119063	3,9	-121309	1,9	-124374	2,5
Impostos sobre Produtos	141810	11,9	155435	9,6	185999	19,7	202018	8,6	198061	-2,0
Direitos de Importação	229294	8,9	222805	-2,8	200966	-9,8	228421	13,7	217554	-4,8

Fonte: Tabela adaptada INE (2020)

TCR= Taxa de crescimento real;

SIFIM -Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente medido (serve para eliminar a dupla contagem)

PIB e VAB. Retro - as séries do PIB e VAB foram estimadas por retroprolação (a estimativa é feita para trás a partir de um ano de base)

O sector agrícola em São Tomé e Príncipe é caracterizado sobretudo por uma agricultura familiar de subsistência, resultante de um processo complexo de reforma agrária latente desde os primórdios da independência, mas iniciado no final da década de oitenta do século passado e ainda em curso. Apesar da sua pequena dimensão em termos de área arável, a agricultura constitui um pilar importante para o desenvolvimento socioeconómico do país (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2017). Para Thurlow (2008), citado por Lote (2015, p.27) *“o crescimento agrícola beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-prima a preços baixos e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais”*.

Segundo o relatório da DGA e DGP (2017, p.35), cerca de 30% da força de trabalho do país está empregada no sector primário e contribui com aproximadamente 20% do PIB. Segundo o relatório da Food and Agriculture Organization of the United Nations (2020), o sector agrícola contribui com apenas aproximadamente 22 % para o PIB nacional. Como se pode verificar na Tabela 2, a população empregada na agricultura tem vindo a cair substancialmente, tendo diminuído de 52,5 para 26,1%, ou seja, de mais de metade para menos de um terço do total, em cerca de três décadas. Apesar disso, a agricultura continua a ser uma atividade fundamental para a segurança alimentar das populações e a luta contra a pobreza. Em termos comerciais, a principal produção agrícola tem sido o cacau. Apesar de elevados níveis de investimentos a sua produção total tem vindo a decair.

Tabela 2 – Evolução da população empregada na agricultura em % do total de empregados

Ano	% da população
1984	53,5
1991	39,9
2000	27,9

2012	26,1
------	------

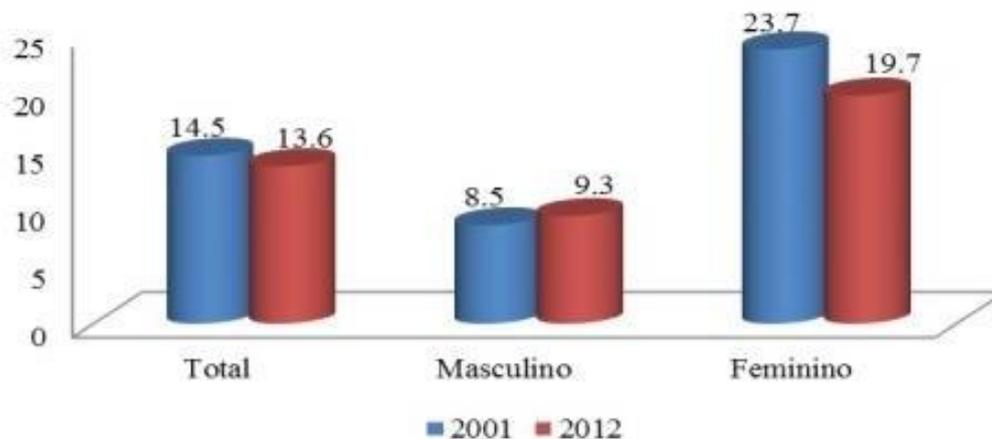
Fonte: Actualitix. World Atlas

Estima-se que 131,000 pessoas (68% da população) vive na cidade. Essa aglomeração populacional é constituída essencialmente por jovens. O desemprego afeta 22.6 % dos jovens são-tomenses. A empregabilidade dos jovens na agricultura seria uma solução viável, especialmente devido à tradição agrícola do país. Uma agricultura modernizada com introdução das novas tecnologias de informação, apelativas para os jovens, e o estímulo do agronegócio poderiam constituir um incentivo para atrair jovens para o sector agrícola, o que também poderia contribuir para o crescimento económico do sector (FAO, 2020).

Relativamente a empregabilidade, as mulheres em STP também são severamente desfavorecidas, com uma participação no emprego ainda muito reduzida comparativamente à dos homens, tal como acontece em vários países da região. Segundo os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2012, citados no relatório do PNUD (STP, 2014), de uma população de 125,6 mil pessoas com mais de 10 anos, menos de metade (45,2%) tem emprego formal. Se bem que o reduzido número de pessoas com emprego formal demonstra a fragilidade da economia, realça também a marginalização da mulher com uma participação de apenas 38,2% contra 61,8% da sua contraparte masculina (PNUD STP, 2014, p.46).

Quanto ao desemprego, a nível nacional, em 2012 a taxa de desemprego nacional situava-se em 13,6%, com maior incidência nas mulheres 19,7%, enquanto nos homens 9,3%, (INE, 2010).

Figura 3 – Taxa de desemprego da população com mais de 15 anos em 2001 e 2012



Fonte: Relatório PNUD/STP-2014

Segundo dados divulgados pela União Africana e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a República Democrática de São Tomé e Príncipe encontrava-se entre os países da África Central com médias de desemprego mais elevadas no período de 2000 a 2015 (Comissão da União Africana / Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2018).

Na primeira edição do estudo “Dinâmicas de Desenvolvimento de África, Crescimento, Emprego e Desigualdades de 2018”, da OCDE (AUC/OECD, 2018), São Tomé e Príncipe apresentava uma média de desemprego de 15%. Dos 9 países da África Central analisados no período de 2000 a 2015, a taxa média de desemprego de São Tomé era apenas superada pelo Gabão (com uma percentagem de desemprego que quase alcançava os 20%) e pela República do Congo (com pouco mais de 16%). Os Camarões, a República Centro Africana (RCA), o Chade e a Guiné-Equatorial registavam valores abaixo de 7%, enquanto que a República Democrática de Congo (RDC) e Burundi, registavam taxas de desemprego inferiores a 5 % (AUC/OCDE 2018, p.133).

Já em 2016 a taxa de desemprego era estimada em 16.7 % (World Bank, 2016) o que pode significar que a situação se agravou ainda mais. No entanto, em 2017, segundo os dados do INE de STP, a taxa de desemprego era de 8,9%, o que sugere uma considerável descida da taxa de desemprego no país. Já relativamente às mulheres a taxa de desemprego continuava alta com uma percentagem de 14,6 contra os 5,1% da sua contraparte masculina, (INE STP, 2020, p.33) como podemos verificar na Tabela 3.

Tabela 3 – Situação de emprego e desemprego por género (%)

Item	Masculino	Feminino	Total
Activos desempregados	94,9	85,5	91,1
Desempregados	5,1	14,6	8,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE (2020)

Se analisarmos a questão de género na agricultura, também verificamos desvantagem da mulher em relação ao homem. Nos dados do Instituto Nacional para Promoção de Género (INPG), a representatividade de mulheres no sector agrícola é de 43,5% contra os 56,5% dos homens (Instituto Nacional para Promoção de Género, 2017, p.31).

Relativamente a divisão do trabalho por sexo para a operacionalização do sector agrícola, outrora era suposto o homem desenvolver serviços que requeriam maior força física, tais como cavar, fazer limpeza e carregar carga, e à mulher competia executar tarefas rotineiras mais leves, ligadas a casa ou ao serviço agrícola de carácter mais ligeiro (afazeres domésticos, trato de animais de menor porte - galinha, porco, cabra e o cuidado da horta) (INPG, 2017, p.33).

O inquérito de 2017 (INPG, 2017) demonstra que as explorações agrícolas controladas por mulheres tendem a aumentar cada vez mais. As tarefas agrícolas anteriormente direcionadas ao homem, hoje são executadas por mulheres quase na mesma proporção, embora ainda se verifique nalguns casos, a desvalorização dos trabalhos de mulheres mesmo quando elas executam atividades idênticas à dos homens. (INPG, 2017, p.33). Na Tabela 4 podemos verificar que as percentagens de mulheres na execução de atividades são inferiores às dos homens, no entanto a proporcionalidade desta diferença tende a diminuir.

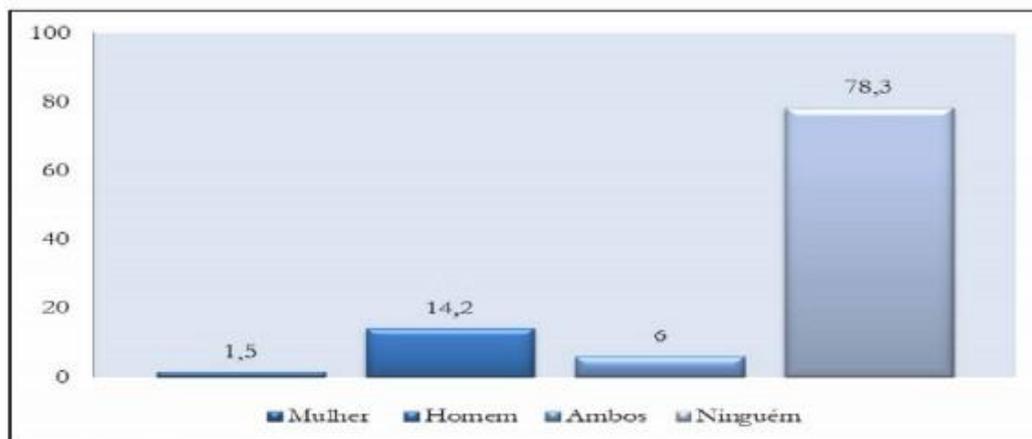
Tabela 4 – Distribuição de tarefas na agricultura, por sexo

Tarefas na agricultura	Total inquiridos	Total		Mulheres		Homens	
		Número	%	Número	%	Número	%
Cavar	323	324	100	129	39,8	195	60,2
Cultivar	323	511	100	247	48,3	264	51,7
Mondar	323	340	100	193	56,8	147	43,2
Fazer limpeza	323	552	100	272	49,3	280	50,7
Colher produtos	323	426	100	204	47,9	222	52,1
Quebrar cacau	323	348	100	190	54,6	158	45,4
Carregar produtos	323	109	100	50	45,9	59	54,1

Fonte: Dados do inquérito 2017 (INPG 2017)

Apesar de uma melhoria relativamente à igualdade de género na agricultura, ainda existem aspetos na agricultura em que as percentagens das mulheres continuam muito baixas, como por exemplo a questão da posse de propriedade de médias empresas por parte da mulher, representada na Figura 4.

Figura 4 – Proprietários das Médias Empresas agrícola registadas na comunidade por sexo



Fonte: Dados do inquérito 2017 (INPG 2017)

Relativamente à pobreza, podemos constatar que esta também afeta mais os agregados familiares chefiados por mulheres do que os dirigidos por homens. Cerca de 71,3% dos agregados abaixo da linha de pobreza são dirigidos por mulheres, contra os 63,4% dirigidos por homens. As mulheres que chefiam agregados familiares são, na sua maioria mães solteiras, com baixo nível de educação, cujos rendimentos provêm fundamentalmente do sector informal ou da agricultura (Ministério do Plano e Desenvolvimento, 2012, p.18).

No mesmo documento, podemos ler que “o índice de pobreza afeta com mais profundidade e severidade os agregados chefiados por mulheres, e que os rendimentos dos agregados familiares pobres dirigidos por mulheres estão muito distantes da linha da pobreza. Nestes agregados os níveis de desigualdade são maiores nestes grupos da população do que nos da sua contraparte masculina” (MPD, 2012, p.18). Esta situação, de disparidade entre os sexos relativamente aos diferentes níveis de pobreza, verifica-se para a média do país e para quase todos os distritos ou regiões, conforme evidencia a Tabela 5.

Tabela 5 - Indicadores de pobreza por região e género

Distritos	Incidência da pobreza (P0)			Profundidade da pobreza (P1)			Severidade da pobreza (P2)		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água Grande	65,8	71,7	62,3	26,2	27,4	26,1	12,5	13,2	12,8
Mé-Zochi	52,2	63,9	56,6	16,4	23,5	19,1	7,3	11,5	8,9
Cantagalo	65,4	67,0	65,9	21,0	21,4	21,1	8,8	9,2	8,9
Caué	84,7	83,7	84,5	33,7	37,0	34,3	16,8	19,4	17,2
Lembá	72,2	77,4	73,7	30,1	32,4	30,7	15,4	17,0	15,9
Lobata	59,9	83,2	67,8	22,5	34,4	26,5	10,8	18,0	13,3
Príncipe	68,6	77,7	71,4	29,6	30,9	29,9	15,1	16,0	15,4
STP	63,4	71,3	66,2	23,3	27,2	24,8	11,2	13,4	12,0

Fonte: INE (2010)

P0 - Proporção da população com rendimento monetário equivalente (após transferências sociais) inferior ao limiar de pobreza estabelecido.

P1 - é a distância média, em percentagem, entre a condição de pobreza do indivíduo e a linha de pobreza.

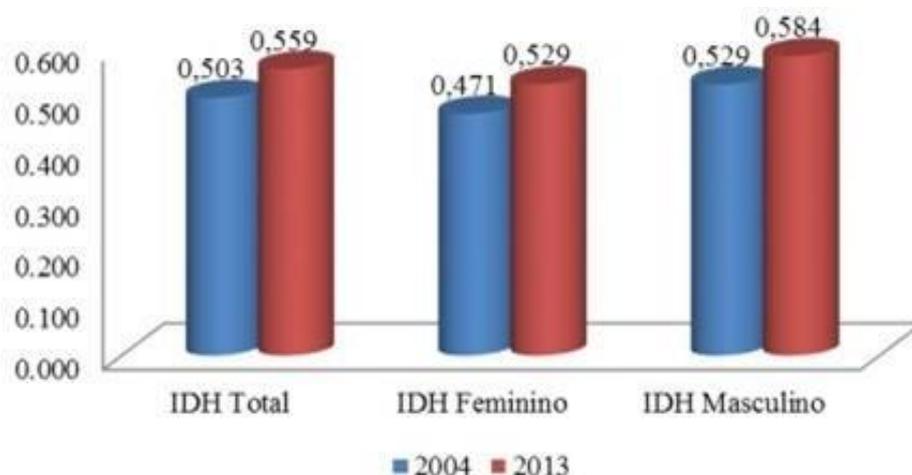
P2 - índice de profundidade da pobreza ao quadrado é a média do quadrado da profundidade da pobreza, tem em conta as desigualdades entre os pobres.

Essa disparidade entre homens e mulheres também pode ser notável ao nível político e social, pois ao longo dos anos tem-se verificado a exclusão e ou marginalização da mulher em vários processos políticos, económicos e sociais do país.

Em relatórios anteriores, essa disparidade era ofuscada ou não evidenciada nas estatísticas agregadas. No entanto, em 2010 o PNUD introduziu no seu RGDH (Relatório Global do Desenvolvimento Humano) novos índices para complementar o emblemático IDH, nomeadamente o Índice de Desigualdade de Género (IDG). O índice de desenvolvimento do género (IDHG) é um novo índice para medir o gap que o género pode produzir nas realizações do desenvolvimento humano em três dimensões básicas: saúde (medida pela esperança de vida feminina e masculina), educação (medida pelos anos de escolaridade dos adultos de 25 anos e mais, e anos de escolaridade esperados das crianças dos sexos feminino e masculino) e o controlo sobre os recursos (medido pela estimativa do rendimento nacional bruto per capita feminino e masculino). Devido à falta de dados para compilar o IDG, este Relatório inclui apenas o progresso no desenvolvimento humano entre homens e mulheres, captado pelo IDHG (PNUD STP, 2014).

Na Figura 5, abaixo, podemos constatar que apesar de haver progresso no Desenvolvimento Humano, tanto das mulheres como dos homens, entre 2004 e 2013, o IDH das mulheres está sempre abaixo do IDH dos homens.

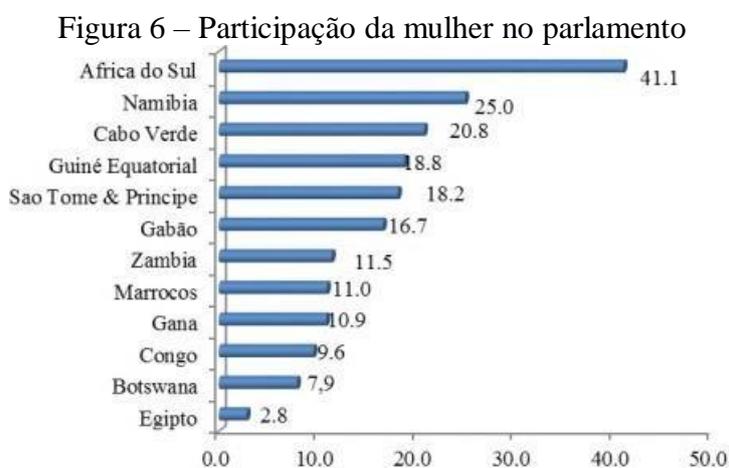
Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano por género



Relativamente a participação da mulher nos órgãos de decisão em São Tomé e Príncipe, deve-se reconhecer que o caminho a percorrer é ainda muito longo. Segundo o RGPH de 2012, citado no Relatório do PNUD STP (2014, p.48), dos 1470 indivíduos com funções de direção e de gestão nos poderes Legislativo e Executivo, apenas 358 eram mulheres, o que representava 24,4% do universo com aquelas funções. A situação é ainda mais crítica na zona rural onde apenas 20 mulheres exercem funções nos referidos órgãos de decisão, o que representa menos de 1,5% do total do universo no país e 8,7% do total de vagas nestes cargos ocupadas na zona rural (PNUD STP, 2014, p.48).

Ao nível parlamentar, a situação não é diferente, pois a composição do Parlamento de São Tomé e Príncipe depois de ter incluído, em 1975, 18,2% de mulheres deputadas, em 2007 chegou a ter somente 2% de mulheres. Na legislatura de 2010, verificou-se um aumento, para 18,1%. Não obstante este aumento, o número de mulheres deputadas nunca atingiu os 30% que é a meta que foi estipulada através da aprovação de um diploma legal. De facto, nas eleições legislativas de 1991, foram eleitas seis mulheres, em 1994 apenas duas foram eleitas, em 1999 quatro deputadas, em 2002 elegeram-se também quatro deputadas e em 2006, o mesmo número, entre os 55 deputados (República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2014, p.36).

Embora essa percentagem ainda seja baixa, ela supera muitos países com índice de desenvolvimento humano médio, de acordo com a classificação do RGDH 2014, conforme ilustra a Figura abaixo.

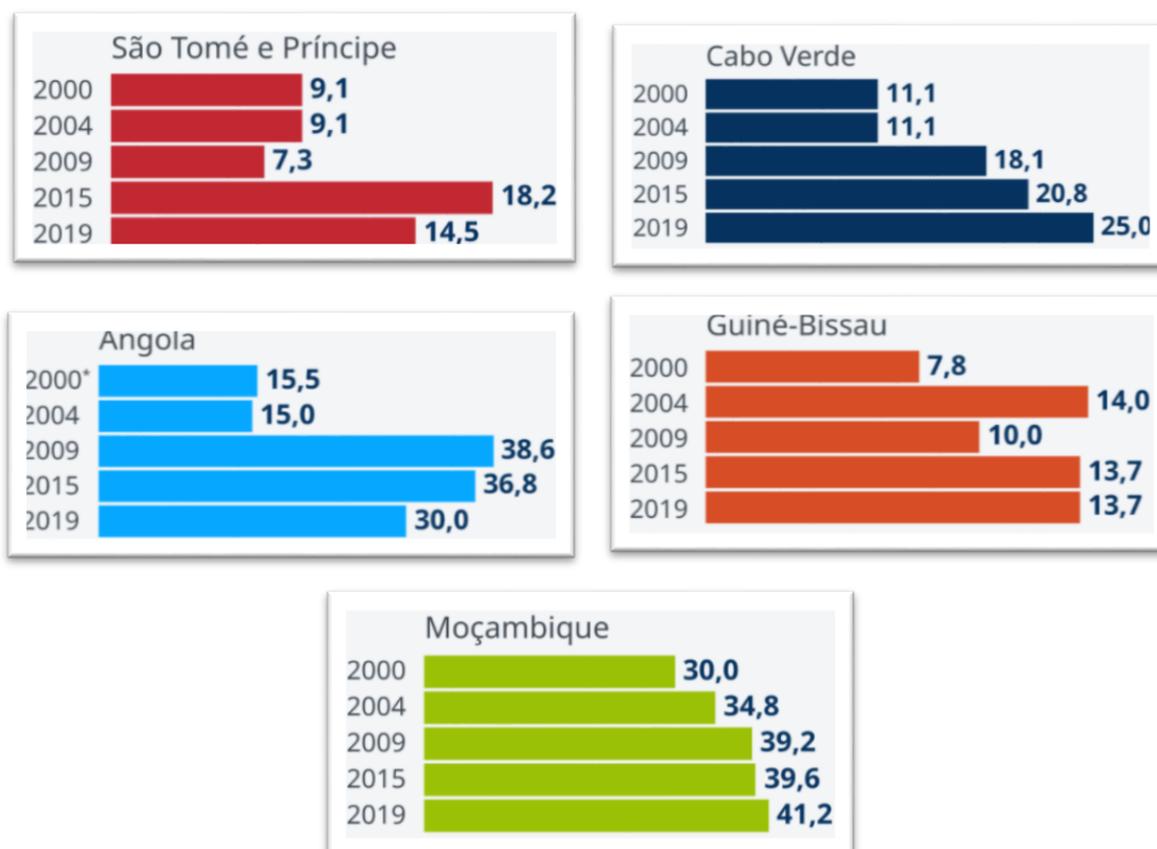


Fonte: PNUD STP (2014)

Segundo o relatório das Agências das Nações Unidas (2020), o assento das mulheres no parlamento são-tomense caiu para 13% na atual legislatura em contrapartida aos 18,1% em 2010 e 2014. Nas eleições locais de 2018, nenhuma mulher foi eleita presidente de câmara, em contraste com as eleições locais de 2014, em que uma mulher foi eleita num dos 7 distritos. Também ao nível da magistratura a proporção de mulheres magistradas no Supremo Tribunal de Justiça é de 20% (2018), uma taxa que permanece estática desde 2014. A taxa de ocupação das mulheres nos cargos de liderança na Administração Pública atualmente é de 27,5% (Avaliação e Atualização da Estratégia Nacional para a Igualdade de Género 2019) Segundo ainda o mesmo relatório, o pesado fardo do trabalho doméstico suportado pelas mulheres constitui a principal barreira para a participação das mulheres na tomada de decisões, principalmente na camada mais desfavorecida economicamente. (Agências das Nações Unidas 2020, p.10)

Relativamente aos PALOPs, de 2000 a 2019, a Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe eram os países com mais fraca percentagem de mulheres a nível parlamentar. De entre os cinco países, Moçambique é o que apresentava melhor taxa de participação de mulheres no parlamento, com assento igual ou superior a 30%. Angola, nos últimos anos, entre 2009 e 2019, também apresentou percentagens igual ou superior a 30%, conforme ilustram os gráficos abaixo (Inocência, S. 2020).

Figura 7 – Participação da mulher no parlamento por país dos PALOP



Fonte : Noticias, DW.com

### 2.3. Enquadramento da teoria económica de desenvolvimento agrícola e rural

Segundo Mellor, desenvolvimento económico é o processo pelo qual uma população aumenta a eficiência com que são fornecidos bens e serviços, por conseguinte aumentando os níveis per capita de vida e de bem-estar geral (Mellor, 1966, p.3). É um processo que envolve mudanças estruturais e operacionais de uma economia e dos setores que a formam.

O setor primário, em que se incluem a agricultura e as pescas, que é objeto de atuação do programa PRIASA, têm neste processo um papel de relevo. A agricultura está no centro das questões do desenvolvimento (Mellor, p.4). As necessidades alimentares e o baixo nível de eficiência da procura pela produção agrícola fazem com que a maior parte da força de trabalho e da terra disponível em países com baixo nível de rendimento estejam envolvidos na agricultura ou seja, afetados a atividades agrícolas. Assim, a tarefa de desenvolver a agricultura é crucial para mobilizar e aumentar a eficiência dos vastos recursos empregues na agricultura desses países, como é o caso de STP.

As intervenções em termos de política agrícola e de desenvolvimento rural incluem uma gama variada de políticas dirigidas ao sector rural e agrícola que poderá ser resumida na Tabela 6, abaixo, em que as políticas estão divididas em políticas de preços, tecnológicas, institucionais, sociais e complementares e em que se indica também os principais instrumentos utilizados na sua implementação.

Tabela 6 – Principais políticas de desenvolvimento rural e agrícola e respetivos instrumentos

Item	Política	Instrumentos
Preços	Produtos e fatores de produção	Subsídios, impostos, subsídios e taxas à exportação, tarifas à importação, e quotas (produção e importação)
Tecnológicas	Saúde animal	Serviços médico-veterinários públicos, abate sanitário e de emergência, vacinação obrigatória, subsídios e taxas, normas legislativas domésticas e pauta aduaneira
	Mecanização	Divulgação e subsídios
	Irrigação	Sistemas de Irrigação e Preço da Água
	Investigação e transferência tecnológica	Melhoramento genético; geração e difusão de novas tecnologias
Institucionais	Comercialização	Associações de produtores, qualidade dos produtos, estrutura de mercado e normas legislativas
	Crédito agrícola	Disponibilização de fundos, taxa de Juro e Prestação de Garantias
	Fundiária	Distribuição de terras, arrendamento, utilização do solo e dimensão das explorações
	Recursos naturais e ambiente	Mobilização mínima, biodiversidade, erosão, qualidade da água e retirada de terras da produção
Sociais	Sociais e rendimento	Educação e formação profissional, associativismo, subsídios ao rendimento e reforma antecipada
	Agricultura familiar	Legislação; subsídios; dimensão mínima; posse da terra;
	Género	Legislação sobre igualdade; garantias no uso e posse da terra
	Política de alimentação e de soberania alimentar	Subsídios aos alimentos; subsídios ao rendimento; ajuda alimentar, reservas alimentares
Complementares	Infraestruturas básicas	Abastecimento de água, saneamento, saúde, educação
	Turismo	Investimentos; subsídios; procura; oferta; divulgação e promoção
	Culturais	Bens materiais e imateriais; manutenção; conservação; museologia; recolha de memória
	Agroindustriais	Investimento; subsídios; localização

Fonte: Henriques 2018

A política rural, agrícola e alimentar está, por conseguinte, no centro das preocupações das políticas públicas. Uma boa parte dos recursos de capital próprio ou de origem externa, nos

quais se incluem empréstimos e ajuda internacional captada por estes países, é aplicado em programas e projetos de desenvolvimento da agricultura.

Adicionalmente, a importância de considerar a problemática de gênero nesse processo de mudança tem vindo a tornar-se outro dos aspetos fundamentais a ter em conta. O fator gênero e a sua consideração na orientação, formulação e implementação da política agrícola e alimentar e das suas consequências, ou seja, do grau de objetivos alcançados, tem-se vindo a revelar-se como crucial (Ellis 1993).

Segundo IICA, o desenvolvimento rural com enfoque no gênero permite conhecer e compreender melhor o mundo rural. Essa visão permite identificar as diferenças e as desigualdades existentes entre os papéis do homem e da mulher, o acesso dos mesmos a recursos produtivos, a participação de ambos nos processos decisivos, bem como as implicações dessas decisões para suas vidas e para as comunidades rurais em que se inserem. Segundo ainda o mesmo a perspectiva de gênero provê instrumentos para uma análise político-institucional mais igualitária e democrática, com intervenções mais eficientes e equitativas (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2003, p.23)

No mesmo seminário destaca-se o papel da agricultura familiar como a grande responsável pela produção de alimentos e as mulheres, a força motora desse processo, pois são elas que participam em massa na produção desses alimentos e na confeção de produtos de subsistência (IICA, 2003, p.82)

Uma política de desenvolvimento rural com visão de gênero é, sobretudo, uma política de democratização do meio rural que abre espaços, gera recursos próprios e proporciona o desenvolvimento de capacidades que possibilitam o desempenho de novos papéis por gênero, nas distintas esferas do desenvolvimento (IICA, 2003, p. 93)

No que toca à política agrícola e alimentar, a recente pandemia levantou novamente a questão da segurança de abastecimento das populações, em particular dos países de baixo rendimento (ONU NEWS, 2020). Geralmente estes países têm dificuldades de assegurar um nível adequado de autossuficiência e enfrentam de imediato as consequências da diminuição ou mesmo impossibilidade de importar bens nesses períodos de crise.

Embora a questão da soberania alimentar, ou com menor ênfase de substituição de importações, ganhe nestes períodos de crise internacional particular acuidade, não é, no entanto, um tema novo. Foi, por exemplo tema de um fórum mundial, em cujas conclusões se considerou que “*A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos*” (Fórum Mundial sobre Soberania

Alimentar, Havana, 2001). As conclusões deste fórum reforçam a necessidade de um novo tempo em que os países tomem medidas e formulem políticas para o sustento da sua população. Os estados devem ter poder de decisão e criar políticas que possam orientar e coordenar tanto os sectores estatais como privados para a promoção do bem-estar e melhoria do nível de vida da sua população.

Na política agrícola e alimentar, nas últimas décadas, há também uma nova tônica de orientação com a incorporação da noção de sustentabilidade. Importa formular políticas que promovam um desenvolvimento sustentável, ou seja, que tenham um horizonte temporal duradouro, i.e., que não sejam apenas em benefício da geração presente, mas que promovam o bem-estar e o nível de vida das gerações vindouras. Com a explosão demográfica mundial, a preocupação de muitos governantes acentua-se na problemática de segurança alimentar, e se juntarmos a isso as alterações climáticas, é evidente que a agricultura sustentável passa a ter um papel relevante no desenvolvimento económico de muitos países, incluindo STP.

Inúmeros fóruns têm-se, também, dedicado a esta questão da sustentabilidade agrícola e alimentar. Por exemplo no recente Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (FISAS, 2019), os participantes afirmaram *“a necessidade de promoção, ativa e urgente, de uma transição para sistemas alimentares sustentáveis e equitativos. Esta transição passaria pela proteção e melhoria das condições de vida em meio rural, com o reconhecimento e valorização da agricultura familiar; a equidade e o bem-estar social das populações rurais e urbanas; a promoção dos direitos das mulheres; maior resiliência de pessoas, comunidades e ecossistemas; conservação, proteção e melhoria da eficiência no uso de recursos naturais”*.

Estas conclusões relevam duas dimensões adicionais para uma política agrícola e alimentar que promova verdadeira e sustentadamente o desenvolvimento: a da agricultura familiar e a da equidade de nível de vida das populações rurais e urbanas.

Estima-se que 80% dos alimentos consumidos mundialmente são procedentes da agricultura familiar (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2017, p.7) A agricultura familiar é, nas regiões e países de baixo rendimento, a principal fonte de emprego nas zonas rurais.

No entanto as comunidades rurais são as que enfrentam maior nível de insegurança alimentar e pobreza. A agricultura familiar poderá jogar um papel importante na erradicação da fome no meio rural. Segundo essa Lei, através da agricultura familiar poder-se-á desenvolver mercados mais inclusivos e diversificados, adotar políticas de sistemas de proteção social aos grupos mais vulneráveis, gerar oportunidades de emprego agrícola e não agrícola nos territórios rurais,

o que poderá reduzir as dinâmicas migratórias em busca de oportunidades de emprego (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2017, p.7).

Um dos instrumentos fundamentais neste quadro da política agrícola e alimentar para a agricultura familiar é a assistência técnica e a extensão rural. Por exemplo, no Brasil, a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) dos diferentes Estados, tem como foco fundamental da sua missão a agricultura familiar e como funções básicas no cumprimento dessa missão:

- Operar políticas Públicas que contribuam para melhoria do ambiente rural e para qualidade de vida das famílias do meio rural e;
- Orientar os agricultores familiares e suas organizações no desenvolvimento de sistemas de produção para que os mesmos sejam sustentáveis e gerem renda suficiente para conferir competitividade aos negócios que sustentam as propriedades rurais e permitem às famílias rurais vida digna e com qualidade.

As políticas públicas operacionalizam-se por programas oficiais que visam criar mecanismos e instrumentos facilitadores e aceleradores de alteração e de eliminação de barreiras ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. A função básica da extensão rural é trabalhar com o conjunto dos habitantes do meio rural as condições para aceder às políticas públicas e aos programas de governo. Entre essas políticas públicas no que toca à política agrícola e alimentar encontram-se o acesso à terra, a assistência técnica aos agricultores e organizações rurais, o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria da competitividade da agricultura, a melhoria da qualidade de vida da população rural, a universalização da assistência, a redução da pobreza e das desigualdades e a segurança alimentar. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004, p.15)

As políticas agrícolas que orientam a intervenção do estado na regulamentação dos mercados agroalimentares, podem introduzir instrumentos de incentivo a alterações na produção, transformação e comercialização e promovem o empoderamento de mulheres no meio rural e urbano acelerando a sua autonomia económica, sendo estes os elementos essenciais para acelerar a melhoria do bem-estar das comunidades familiares de STP. Em todo o mundo, a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo com base no capital humano visa melhorar a segurança alimentar e nutricional. Em São Tomé e Príncipe não seria diferente e neste contexto, o PRIASA busca promover um aumento de disponibilidade e a valorização de produtos agrícolas e haliêuticos ao longo do ano.

Cada vez mais os países têm dado uma maior ênfase ao sector agrícola, reconhecendo no mesmo a saída para a atenuação da pobreza das populações, principalmente daqueles que vivem no e do campo. Na busca de soluções para o problema de insegurança alimentar são vários os âmbitos e designações de projetos agrícolas desenvolvidos em diferentes países, desde a agricultura familiar ao desenvolvimento económico local, todos em prol dos mesmos objetivos. Na política do governo em busca de soluções para melhorar o nível de vida da população, o governo intervém como promotor e facilitador para êxito dos projetos, baseando-se em políticas agrícolas que orientam a sua intervenção na regulamentação do mercado. A intervenção governamental é particularmente relevante para corrigir falhas de mercado e aumentar a eficiência (Frank E., 2000, p.10). Na agricultura, subsídios a atividades que produzem bens públicos e impostos sobre atividades que produzem resíduos e poluição, são particularmente relevantes dada a dimensão e o impacto destes proveitos e custos relativamente a outras atividades económicas, sociais e ambientais. Neste âmbito é também de particular relevância a necessidade de intervenção institucional pública como por exemplo para criar infraestruturas coletivas, tais como, ordenamento territorial, sistemas de irrigação, saneamento, estradas, portos, equipamentos, redes de cooperação, entre outras.

Da mesma forma que se fala da necessidade de se estabelecer políticas agrícolas para a melhoria do bem-estar das comunidades, deve-se também reconhecer a importância das políticas de género no desenvolvimento de uma sociedade, pois essas políticas visam o fortalecimento das mulheres tanto no ponto de vista do seu empoderamento como para a sua autonomia. Em diversos estudos já se concluiu que uma sociedade onde as mulheres são empoderadas e autónomas é uma sociedade bem-sucedida. São Tomé e Príncipe não fugiria à regra, ainda mais porque muitas das famílias são-tomenses têm mulher como chefe de família. As citações seguintes são bem demonstrativa dessa conclusão e afirmam que “*o empoderamento da mulher em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento de forma sustentável*” (Duflo, 2012; Duflo et al, 2009; Rosa, 2018, p.41) e que “*empoderar as mulheres e promover a equidade de género em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável* (ONU Mulheres, 2017).

A problemática de género é um tema que se vem tratando ao longo de séculos e espera-se que, cada vez mais, diferentes entidades venham abraçando esta causa de maneira mais acentuada

e responsável. Hoje em dia reconhece-se o papel preponderante das mulheres no desenvolvimento da economia de um país. Neste sentido tem-se desenvolvido políticas que buscam uma integração das mulheres de maneira ativa nas decisões tomadas pelos países. Tem-se verificado um aumento considerável de participação feminina em diferentes sectores da sociedade a nível mundial, contrariamente ao que se verificava há anos atrás.

A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW) é a lei internacional dos direitos das mulheres. Baseia-se no compromisso dos Estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres e de eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher. A CEDAW, com um total de 30 artigos, foi aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1979, tendo entrado em vigor em 1981. Até 28 de Fevereiro de 2020, data do encerramento da septuagésima quinta sessão do Comitê, havia 189 Estados signatários. A Convenção define o que é a discriminação contra a mulher e uma agenda para acabar com essa discriminação. No seu Artigo 1º a convenção declara que *“discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo*”. Nos outros artigos estão definidas as medidas necessárias a adotar a fim de suprimir essa discriminação em todas as suas formas e manifestações. (ONU Mulheres, 2013).

Para MATOS E PORTILLA (2003) a contribuição das mulheres para o funcionamento das sociedades é ampla, inquestionável e imprescindível. As mulheres são atores determinantes deste processo. Por isso, a desigualdade e a pobreza em que estão submetidas a grande maioria de mulheres revelam uma contradição a ser combatida com vigor, caso o objetivo seja o de irrefutavelmente alcançar o desenvolvimento. A igualdade de gênero seria a ponte para se alcançar maiores níveis de coesão social e territorial, objetivando a erradicação da pobreza e à concretização do desenvolvimento, da democracia e da cidadania. (MATOS E PORTILLA, 2003, p.13).

## **2.4 Os bancos de desenvolvimento e os projetos internacionais de desenvolvimento**

Os recursos de capital dos países de baixo nível de rendimento são escassos. Estes países têm geralmente que recorrer a bancos internacionais que têm fundos constituídos por países da

mesma área geográfica ou continente, com contextos económicos, sociais, culturais e ambientais semelhantes, que se organizaram como o objetivo de promover o desenvolvimento económico conjunto e, em particular, dos que entre eles têm maiores necessidades.

Os países de níveis de desenvolvimento mais fracos e de rendimento baixo recorrem aos fundos destes bancos de forma cíclica, i.e., por ciclos de empréstimos, que são concedidos a projetos com objetivos definidos para cada período de tempo, ou seja, de necessidades prioritárias para o estágio de desenvolvimento desses países.

Os projetos de desenvolvimento para criação e implantação de infraestruturas básicas são dos primeiros a ser inventariados como necessários face à importância transversal que têm para apoiar as populações rurais e para fornecer condições básicas de suporte ao seu desenvolvimento.

Entre estes projetos, contam-se os de promoção das condições de infraestruturas de promoção da produção, transformação e comercialização que devem ser concebidos e organizados de modo a responderem às necessidades dos seus intervenientes ou beneficiários e que tenham uma continuidade que seja duradoura e que não se esfume no final da intervenção de cada projeto.

Para o efeito é necessário que os projetos sejam bem estruturados e programados, e que sejam criados meios que possibilitem o seguimento ao longo da implementação dos projetos, bem como a possibilidade de avaliações a curto, médio e longo prazos de maneira a serem detetadas as possíveis lacunas e a que possam ser corrigidas em tempo oportuno. Por outro lado, é fundamental zelar pela gestão eficiente dos fundos alocados e garantir que os mesmos sejam empregues para os fins a que foram planeados.

Importa, ainda, garantir a coerência e a articulação entre os diferentes projetos por forma a garantir a eficiência dos recursos empregues e a eficácia nos resultados a alcançar. Citando (República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2018, p.36) *“É necessário um planeamento mais rigoroso, para que os projetos tragam ações autossustentáveis. É importante que os projetos não funcionem como ilhas, levando a uma duplicação de esforços por parte dos parceiros e, posteriormente o agravamento da dívida externa, pondo em causa não só a eficiência e eficácia dos mesmos, como ainda a sua viabilidade.*

O envolvimento responsável das populações beneficiadas, bem como dos cidadãos em geral, na prossecução desses projetos, não deixando escapar as oportunidades que resultam do investimento empregue nesses projetos e, simultaneamente, o seu custo futuro para o País e para os São-tomenses, deve ser permanente e duradouro (RDSTP, 2018, p.36). A Visão 2030 do Governo para o Desenvolvimento, citado no (DGA e DGP, 2017. p.38), também ressalta a

responsabilidade de todos nas políticas decisivas do país rumo ao desenvolvimento: “para o crescimento do país é necessário medidas políticas que impulsionem a participação consciente e responsável de todos, nos diferentes níveis e escalões da sociedade, de modo a se capitalizar os frutos de um maior protagonismo coletivo no processo de desenvolvimento do país”.

Durante muitos anos São Tomé e Príncipe beneficiou e tem beneficiado de muitas ajudas externas, ajudas essas direcionadas a diferentes sectores, visando a melhoria socioeconómica do país. Muito dos esforços desenvolvidos têm sido dirigidos ao setor agrícola e às comunidades rurais. No entanto, os dados estatísticos indicam que o país continua num empasse vis-à-vis ao desenvolvimento e à sua agricultura, também. Como podemos verificar no relatório (RDSTP, 2018, p.49) “o problema da agricultura São-tomense não se põe a nível de falta de financiamento, mas sim na forma menos eficaz como os mesmos têm sido aplicados. Vários são os fundos utilizados no país, entre os quais podem ser mencionados o Fundo Mundial para o Ambiente (FME), o Fundo para Países Menos Desenvolvidos (LDCF) e o Fundo Africano de Desenvolvimento/Banco Africano de Desenvolvimento (FAD/BAD). Estes fundos têm financiado projetos que têm como alvo o setor agrícola. Por exemplo, o FAD/BAD são os financiadores do Projeto PRIASA, com um donativo de 3,5 milhões de USD e um empréstimo de 16,2 milhões de USD, como foi referido atrás. Outros também, relacionados com o desenvolvimento rural, como o Programa de estudos sobre o abastecimento de água e saneamento no meio rural de cerca de 700 mil USD, o Projeto de Plano de estudo Nacional sobre o uso de terras de 2 milhões de USD e o Estudo sobre a transformação do sector agrícola de STP de 220 mil USD (Portal BAD).

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) também disponibiliza fundos de apoio a países e é um recurso essencial para o desenvolvimento de muitos países de baixo rendimento, como é o caso de S. Tomé e Príncipe. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é o termo designado a assistência cedida por organismos públicos a países em desenvolvimento, tendo como objetivo a melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social e a promoção dos direitos humanos no país de destino da ajuda. Estes organismos tanto podem ser governos nacionais, Organizações não Governamentais (ONGs) ou instituições internacionais e intergovernamentais. (Ferreira P. 2014, p.2) A Ajuda Pública ao Desenvolvimento pode ser canalizada para os países de destino de forma bilateral (quando se trata de ajuda direta a um programa ou a um país) ou de forma multilateral (quando se trata de contribuições para orçamentos de organizações internacionais. Este conceito tornou-se imprescindível na medição

e avaliação do contributo que os países mais desenvolvidos concedem para apoiar os países em desenvolvimento na melhoria das suas condições económicas e sociais. (Ferreira P. 2014, p.5)

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi produto do pós – II Guerra Mundial e da nova ordem internacional que foi sendo criada com as independências de vários países da Ásia e da África. As principais regras do conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento foram definidas logo no final dos anos de 1960, na sequência da criação do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), por parte da OCDE, em 1961. (Ferreira P., 2014, p.2)

Ao longo das décadas seguintes, foram sendo assumidos a nível internacional compromissos de aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o principal dos quais assume o objetivo de cada doador conceder 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) aos países em desenvolvimento. (Ferreira P. 2014, p.3) Apesar de este compromisso datar já dos anos 1970, apenas na década de 2000, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a assinatura do Consenso de Monterrey em 2002, a meta foi reconhecida no seio das principais organizações internacionais e assumida pela generalidade dos países doadores. (Ribeiro N. et al, 2011, p.5)

Metade da ajuda pública ao desenvolvimento destina-se aos Países Menos Desenvolvidos (PMD), uma categoria criada pelas Nações Unidas em 1971, para designar os países com pouco desenvolvimento e mais frágeis do planeta. Em 2019, 47 países pertenciam a esta categoria. A maioria está situada no continente africano.

Segundo as informações colhidas no site da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) a ajuda pública ao desenvolvimento apoia sobretudo os setores mais esquecidos como melhorar o acesso à água, à saúde e a uma educação de qualidade, proteger a biodiversidade ou combater as alterações climáticas são objetivos capitais, tanto para as populações dos países em desenvolvimento, como para a estabilidade internacional. Exceto que tais projetos nem sempre interessam os investidores públicos e privados, que os consideram arriscados demais ou não prioritários. "*A esfera financeira internacional não tem grande interesse pelos países de baixa renda e os setores sociais*", constata Hubert de Milly, expert na área de APD na Agence Française de Developmemet (AFD).

E é aí que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento entra em ação. Quando existe a falta de financiamento em certos setores e áreas negligenciadas, através de donativos, empréstimos ou outras formas de apoio, ela permite promover a mudança para as

populações mais vulneráveis. E muitas vezes arrasta consigo outros stakeholders (bancos, empresas, fundações), aumentando assim as somas destinadas ao desenvolvimento. (*Agence Française de Développement, 2019*)

Outro papel essencial da Ajuda Pública ao Desenvolvimento é permitir reorientar a economia de certos países para os objetivos de desenvolvimento sustentável, ou seja, para um mundo mais justo, ecológico e igualitário. Como toda ação pública, esta reorientação tem um custo, mas proporciona, a médio e longo prazo, imensos benefícios. (AFD, 2019)

Segundo o relatório do Ministério da Economia e da Cooperação Internacional e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2016, p.7) entre 2012 e 2014, STP recebeu uma média anual de 47 milhões USD de APD. Estes valores estão subestimados por não incluírem informação de todos os doadores, nomeadamente da China/Taiwan, Angola, Nigéria e do Brasil. Entre os países doadores aparecem Portugal e as instituições da União Europeia com relevo maior (Figura 8). Ainda segundo o mesmo relatório, no contexto africano, STP é dos países que mais ajuda recebe em termos de APD per capita, com 273,4 USD/habitante, em 2012, 283,9 em 2013 e 207,0 em 2014.



Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats>

Os montantes da APD foram empregues em diferentes sectores, incluindo saúde, educação, formação profissional, emprego e proteção social, de entre outros, que com uma certa transversalidade, são enquadrados em eixos de intervenção, dos quais se podem destacar, o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, crescimento verde e desenvolvimento rural, que são eixos mais interligados com a agricultura. No quadro da promoção da cidadania e equidade social, a APD também toma em consideração a garantia da igualdade de oportunidade e equidade de género.

A União Europeia, através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED), tem financiado, em sucessivos quadros plurianuais, projetos dos Programas Indicativos Nacionais (PIN) (GAON-FED STP). No período 2000 – 2007, o financiamento foi dirigido para a Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água Potável (1.67 milhões de Euros), Reabilitação de Estradas, Consultoria de Projeto de base de dados Rodoviária (58,75 milhares de Euros), e Projeto Piloto de Reabilitação do Sistema de Irrigação nas zonas agrícolas com elevado potencial produtivo no âmbito de segurança alimentar (500 mil Euros) (Fonte: Escritório do Gabinete do Ordenador Nacional / Fundo Europeu para Desenvolvimento, 2020).

No período seguinte, 2007-2014, o montante total elevou-se a 21.6 Milhões de Euros, tendo-se realizado vários projetos, incluindo a Reabilitação de Estradas, Nacional Nº1 (EN1) e outras, Projeto de Unidade de Planificação do Sector de Transporte, Projeto de Apoio ao Sector de Comercio (PASC), e Projeto de Aquisição de uma Grua para o Porto do Príncipe. No atual período de programação, de 2014-2020, o montante total de financiamento é de 35 milhões de euros, com investimentos nos projetos relativos ao Contrato de Reforma Sectorial da Água e Saneamento do meio, Reforço às Fileiras Agrícolas de Exportação, Luta contra todas as Formas de Violências baseadas no Género e Reforço do Instrumento de Apoio ao Ordenador Nacional. (Escritório GAON/FED STP, 2020)

A fim de mitigar os impactos da COVID19 nos sectores económicos e sociais, a União Europeia decidiu financiar adicionalmente vários programas, incluindo os de Facilidade de Cooperação Técnica, com 872,5 milhares de Euros, também destinados ao fornecimento de equipamento, serviços, formação e/ou campanhas de informação, 700 mil Euros para Ações da Sociedade Civil, nomeadamente formação sanitária, equipamentos de proteção às populações mais carenciadas e/ou atividades geradoras de rendimentos para a resiliência da população ao impacto socioeconómico da crise, e 1 milhão de euros para facilitar a Concessão de um Empréstimo com condições preferenciais pelo Banco Europeu de Investimento. (GAON/FED STP, 2020)

A UE financia ainda o Programa Indicativo Regional (PIR – PALOP e Timor Leste), PIR - Africa Central, em que se incluem projetos dos quais STP também participa e beneficia.

Para além destes projetos, existem no país, outros projetos e instrumentos de cooperação da União Europeia, nomeadamente o Projeto de Redução de Vulnerabilidade Climática, executado pela Direção Geral do Ambiente com um financiamento de 3 milhões de Euros, o Programa de apoio à Aceleração da Redução da Mortalidade Materno Infantil, executado pelo

FNUAP - Convenção de Contribuição, no montante de 1,7 milhões de Euros, e a cooperação descentralizada através do financiamento ou cofinanciamento direto de pequenos projetos executados pelas ONGs e entidades locais comunitárias (GAON/FED STP, 2020).

As agências das Nações Unidas (PNUD, UNFPA, UNICEF, OMS, ILO, FAO, OHCHR, ONUDC, UN Habitat) também são parceiras do governo São-tomense no contributo para o desenvolvimento do país.

No quadro de cooperação com as Nações Unidas, tem sido elaborado, de cinco em cinco anos, Plano Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe (UNDAF). Trata-se de uma planificação do sistema das Nações Unidas cujo objetivo é de responder às prioridades do país, definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e da Redução da Pobreza. Esse plano alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), atualmente Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos dois últimos UNDAFs, elaborados pelo sistema das Nações Unidas, 2012-2016 e 2017-2021, foram previstos os montantes de cerca de 49,8 e 41,4 milhões de USD, para apoiar o país em diversas áreas.

No último UNDAF estão definidos três eixos estratégicos: 1) Reforçar a coesão social, através de um acesso aos serviços sociais de base de qualidade visando a redução da desigualdade e da disparidade entre os cidadãos e as comunidades; 2) Reforçar a credibilidade interna e externa do país; e 3) Promover um crescimento sustentável inclusivo e resiliente. Este último, com um montante previsto de 18 milhões de USD, abarca algumas ações de âmbito agrícola e especial atenção à problemática de género, incluindo ações de: 1) Criação de oportunidades de emprego e rendimento a favor das populações vulneráveis; 2) Promoção de emprego remunerado, do autoemprego e da formação profissional mais sensível à problemática do género e o desenvolvimento de serviços de proximidade, nomeadamente a micro-finança inclusiva; 3) Reforço das capacidades dos produtores locais e do apoio ao desenvolvimento, do empreendedorismo, no contexto da diversificação das economias locais; 4) Apoio reforçado aos produtores, na perspetiva da melhoria da segurança alimentar e da comercialização de produtos agrícolas; 5) Desenvolvimento das capacidades organizacionais e técnicas dos produtores e do setor privado nos distritos; 6) o desenvolvimento da educação nutricional (Agências das Nações Unidas & Parceiros nacionais, 2016, p.31).

Também o Banco Mundial tem financiado vários projetos, entre os quais o Projeto de Apoio aos Sectores Sociais (PASS), no período 2004 – 2012, Instrumento de Apoio a um Programa

Multissetorial do Governo estruturado em torno da ENRP (Estratégia Nacional de Redução da Pobreza) para educação, saúde, combate ao HIV/SIDA e à malária, projeto orçado em 7,1 milhões de dólares, dos quais a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA - parte do Banco Mundial que apoia os países mais pobres do mundo), disponibilizou um crédito de 5 milhões de USD e um donativo, no montante de 1.5 milhões USD, sendo os restantes 0.6 milhões assumidos pelo Governo. (Fonte: Agência Fiduciária de Administração de Projetos STP, 2020)

Outros programas incluem o Projeto de Educação para Todos – FAST TRACK, 2009-2011, com 3,6 milhões, o Projeto de Cabo Submarino e fibra ótica, 2011-2014, com 14,9 milhões de USD. (AFAP STP, 2020). Estes projetos foram executados pela Agência Fiduciária de Administração de Projetos (AFAP) que é um órgão autónomo criado desde 2004 para gestão de projetos, e administra Fundos dos Projetos do Governo financiados principalmente pelo Banco Mundial.

Como se pode constatar são diversos os financiamentos recebidos pelo país para vários sectores, incluindo o sector agrícola. Tentou-se neste ponto do capítulo referir quer os mais relevantes doadores e financiadores quer os planos e projetos mais relacionados com a agricultura e desenvolvimento rural, mas estamos cientes que as referências feitas não são exaustivas no sentido de incluir a sua totalidade em ambos os casos.

## **2.5 Caracterização do projeto PRIASA**

O foco do presente estudo é, exatamente, o Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar, designado de PRIASA, um dos projetos acima referidos financiados pelo BAD/FAD. É um projeto com uma duração prevista de cinco anos que teve o seu início em 2015, com previsão de término para 2020.

De notar que já existiu um projeto anterior, o PRIASA I. No fim da sua implementação, conclui-se a necessidade de continuar com um projeto semelhante. Dessa constatação resultou o atual PRIASA II. Segundo o relatório do BAD, o projeto visa melhorar a segurança alimentar e nutricional de STP através do aumento da disponibilidade e da valorização de produtos agrícolas e haliêuticos no total e ao longo do ano. Os agricultores, pescadores e as suas comunidades constituem os alvos principais do projeto.

O objetivo geral do projeto é contribuir para um crescimento económico elevado e inclusivo e para a segurança alimentar e nutricional de São Tomé e Príncipe.

Relativamente aos objetivos específicos, o projeto visa o crescimento da produção, da produtividade e o aumento do rendimento dos sectores agrícola e de pesca, de maneira sustentável, favorecendo a disponibilização e valorização de produtos agrícolas e piscatórios ao longo do ano. Por outro lado, o projeto também visa o reforço de capacidades dos beneficiários em diferentes áreas, nomeadamente técnicas, sanitárias e legais.

Sendo o PRIASA o objeto da nossa investigação, este trabalho procura perceber até que ponto esses objetivos são alcançados no quadro referente aos produtores e transformadores de produtos agrícolas, i.e., as melhorias provocadas pelas ações deste projeto nos seus beneficiários produtores e transformadores, com uma particular ênfase nas mulheres.

### **2.5.1 Ações do PRIASA**

O PRIASA desenvolve as suas ações em torno de diferentes áreas. As primeiras áreas quer em relação à agricultura quer em relação às pescas dizem respeito à chamada política estrutural. São o planeamento, criação e implementação das infraestruturas físicas e económicas de suporte fundamental e indispensável à promoção do desenvolvimento sustentável desses subsectores.

No que toca à agricultura, a primeira vertente que é a área A - Desenvolvimento de infraestruturas, temos as seguintes ações:

A1- Desenvolvimento de sistemas de irrigação: Reabilitação de redes gravitacionais, instalação de kits de irrigação;

A2- Reabilitação de pistas rurais: Reabilitação de estradas para agricultura;

A3- Reabilitação de infraestruturas de apoio a produção, transformação e comercialização agrícola: Reabilitação ou construção de pequenas unidades de transformação, construção de secadores solares, criação de abrigos para viveiros, construção ou modernização de mercados agrícolas; construção de pequenos centros de venda.

Na segunda vertente, a área apelidada de B – Desenvolvimento de capacidades, na componente agrícola, temos a seguinte ação, B1- Desenvolvimento de ações de apoios, conselhos; Sessões de formações de jovens no Centro de Atendimento Técnico Agrícola Profissional (CATAP);

Apoio a autonomização do CATAP; Aprovisionamento de cantinas escolares; Apoio a estruturação da área de transformação; Modernização e reforço de segurança do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT); Reforço de equipamentos do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) e Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR).

Para a execução, acompanhamento e controlo do projeto é também indispensável a área C, da Gestão do Projeto, que inclui as ações para proceder a atividades de aquisição, desenrolar as atividades do projeto, assegurar a gestão financeira, executar atividades de seguimento avaliação, assegurar a questão de género e assegurar atividades de comunicação.

Esta dissertação tem por objeto a ação de produção e transformação de produtos agrícolas, procurando enfatizar as contribuições do PRIASA em ações como construção de pequenos centros de venda para produtos transformados, reabilitação ou construção de unidades de transformação, apoios técnicos aos beneficiários, apoios em termos de equipamentos, ações de formações e de sensibilizações dos beneficiários, construção de secadores solares, construção ou modernização de mercados agrícolas, de entre outros.

O trabalho consistirá em procurar compreender o real impacto das atividades dessa ação nos seus beneficiários e em particular nas das mulheres, nomeadamente em quê e como melhorou as suas vidas e as das suas famílias.

### **2.5.2 Agentes do PRIASA**

O PRIASA tem desenvolvido as suas atividades em parceria com diferentes instituições nacionais. Na área agrícola podemos destacar o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), o Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG), o Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT), o Instituto Nacional de Estradas (INAE), e o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE), a Federação Nacional de Pequenos Agricultores (FENAPA) e o Consórcio Alisei /Qua Tela. Este último é o parceiro do PRIASA para a área da transformação de produtos.

### **2.5.3 Beneficiários do PRIASA**

O PRIASA tem como beneficiários os produtores, pescadores e agentes comunitários das ilhas de São Tomé e de Príncipe. A meta do projeto é de beneficiar diretamente 16,000 agricultores,

incluindo transformadores de produtos agrícolas, e 3.000 pescadores e palaiês, entre os quais 40% mulheres.

Entre estes agentes estão os agentes fundamentais envolvidos no setor da produção e transformação que são o objeto deste trabalho de investigação. Procura-se junto de agentes, organizações envolvidas na governança do projeto, e junto de beneficiários, produtores e transformadores de produtos agrícolas, perceber o verdadeiro impacto vivenciado e sentido com o projeto.

## **Capítulo 3- Metodologia**

Neste capítulo abordamos a estratégia metodológica adotada nesta investigação, desde a seleção do tema, dos agentes a estudar, da recolha de informação primária e secundária e da análise dos dados recolhidos.

### **3.1 Estratégia de investigação**

Para a realização deste estudo é fundamental numa primeira fase a recolha de dados secundários que consistem numa pesquisa documental de âmbito geral sobre a temática do desenvolvimento agrícola, alimentar e local assim como das questões de género. Especial atenção foi dada aos estudos e ou relatórios sobre o objeto do nosso tema de investigação, o programa PRIASA nas suas duas versões, PRIASA I e PRIASA II, e o seu financiador, o BAD.

Numa segunda fase a recolha de dados é primária e consiste em entrevistas semiestruturadas às instituições responsáveis pela implementação do projeto e a outras instituições parceiras bem como num inquérito por questionário dirigido aos beneficiários do projeto PRIASA, os agricultores e os transformadores de produtos.

A análise de dados realizada consiste para os relatórios numa análise documental, procurando encontrar os aspetos relevantes dos mesmos para o nosso tema de investigação, para as entrevistas semiestruturadas feitas às entidades parceiras do projeto fez-se uma análise de conteúdo das mesmas para descortinar os aspetos primordiais da atuação das instituições junto dos beneficiários diretos do projeto e para os dados dos inquéritos recolhidos por questionário junto dos beneficiários diretos do projeto no tratamento e análise utilizando a estatística descritiva e a inferência estatística.

### **3.2. Seleção de amostras dos agentes e beneficiários do PRIASA**

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto das instituições parceiras do PRIASA, ou seja: instituições encarregues pela recolha de dados e informações relativas aos agricultores e transformadores de produtos agrícolas e também a seleção dos possíveis beneficiários do PRIASA; e outras instituições responsáveis pela promoção de formações, palestras, sensibilizações, outras ainda encarregues pela aquisição e distribuição de equipamentos e materiais de trabalho financiados pelo PRIASA.

Temos, como exemplo, a FENAPA que é responsável pela identificação e, em seguida, a seleção de agricultores por cooperativas, associações, ou mesmo agricultores individuais que necessitem de apoio do PRIASA, e a distinção do tipo de apoio. Relativamente aos transformadores, a instituição encarregue destas seleções trata-se do consórcio Alisei/Qua-tela. Algumas instituições parceiras como o CIAT, INPG, no âmbito da parceria com o PRIASA, estão viradas para ações de formação e palestras de sensibilização em diversas áreas temáticas enquadradas nas ações do projeto.

Embora o FENAPA e o Alisei/Qua-tela tenham participado nas ações de seleção dos beneficiários diretos do projeto, também desenvolveram ações de formação e de sensibilização junto aos beneficiários, bem como atividades de promoção em feiras agrícolas, gastronómicas e de degustação.

As entrevistas foram feitas por interação direta do pesquisador com as instituições, permitindo assim o conhecimento das ações concretas feitas por essas instituições que servem de elo de ligação entre o PRIASA e os beneficiários.

Relativamente aos questionários, foram submetidos aos beneficiários diretos do PRIASA, através de listas obtidas, aquando das entrevistas feitas, junto as instituições parceiras do PRIASA.

Os questionários foram diferenciados em dois grupos, o dos produtores e o dos transformadores de produtos agrícolas.

Os questionários foram submetidos aos beneficiários diretos para obter as suas respostas, e para melhorar a qualidade das mesmas, houve uma conversa prévia de esclarecimento de maneira a facilitar a compreensão e a execução da tarefa solicitada. Foram preenchidos individualmente de modo que cada um pudesse exprimir a sua opinião da forma mais livre e menos enviesada possível, embora a análise fosse direcionada não só à pessoa individual, mas também ao agregado familiar.

### **3.3 Recolha de dados primários**

Como já referido, na recolha de dados primários foram utilizados dois tipos de instrumentos, entrevistas semiestruturadas e questionários, visando obter dados para analisar a contribuição das ações de produção e de transformação de produtos agrícolas no âmbito do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias, e em particular das mulheres.

O primeiro instrumento, as entrevistas, foi concebido de forma semiestruturada de modo a dar ao entrevistador liberdade para orientar a recolha de informação de acordo com o decorrer da entrevista. As perguntas base da entrevista semiestruturada, assim como um resumo das respostas obtidas constam no Anexo I. As perguntas base visaram saber genericamente a duração da parceria com o PRIASA, as ações desenvolvidas, os beneficiários das ações, os critérios de seleção dos beneficiários diretos e o contributo das ações desenvolvidas.

Os parceiros do projeto entrevistados foram o Centro de Investigação em Agricultura Tropical (CIAT), a Federação Nacional de Pequenos Agricultores (FENAPA), o Instituto Nacional para Promoção de Género (INPG), o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) e o Consórcio Alisei /Qua Tela.

Os inquéritos por questionário que constituíram o segundo instrumento, foram realizados junto aos transformadores e aos produtores. Estes são os beneficiários do projeto e para quem se espera uma melhoria no seu bem-estar e no seu rendimento. O inquérito é composto por três partes: caracterização geral do respondente, caracterização da organização e avaliação das ações do PRIASA e do bem-estar das famílias e das mulheres.

Na primeira parte indagou-se a nacionalidade, o sexo, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade, se possui estudos em agricultura/Produção-transformação alimentar / nutrição, qual a situação profissional e atividades domésticas e produtivas praticadas no agregado familiar

Na segunda parte, caracterização da organização, recolhemos informação sobre a idade da empresa/negócio, a estrutura organizacional da sua empresa/negocio, a função na empresa/negócio, as atividades principais em produtos/serviços, colaboradores, meios da empresa /negócio, avaliação do lucro na empresa/negócio, situação financeira após a intervenção do PRIASA, opinião sobre o desenvolvimento da economia da sua comunidade durante os últimos cinco anos.

Na terceira parte do questionário, avaliação das ações do PRIASA e do bem-estar das famílias e das mulheres, avaliamos primeiro o contributo das ações de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas, com apoio PRIASA, para o desenvolvimento socioeconómico das mulheres e das famílias e, depois, a opinião dos beneficiários sobre o impacto do apoio do PRIASA na sua vida. Na primeira secção, utilizamos uma escala de Likert com cinco níveis **Muito Importante, Importante, Razoável, Mau e Muito Mau**, para avaliar o reforço de capacidades em áreas como gestão, produção, transformação, seguimento dos

negócios, por outro lado aspetos relativos a aquisição de equipamentos para produção ou transformação de produtos, aquisição de estufas, construção de canais de irrigação. Na segunda secção a mesma escala de Likert, **Melhorou Muito, Melhorou, Estabilizou, Piorou e Piorou Muito**, para as questões direccionadas a aspetos relativos a melhoria de habitação, acesso a saúde, acesso a local de trabalho, acesso a novas tecnologias, melhoria na mobilidade, melhoria em novas tecnologias de informação, assim como informações sobre o rendimento para administrar o agregado familiar, a situação global da família e da mulher em particular. Todas as questões da terceira parte do questionário visam aperceber o quanto o apoio do PRIASA é ou não útil para o desenvolvimento socioeconómico dos seus beneficiários/as e consequentemente para o país.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas durante o mês de julho de 2019 enquanto os inquéritos por questionário foram realizados no decorrer dos anos de 2019 e 2020.

### **3.4 Tratamento e análise de dados**

Como referido, a informação recolhida, de natureza qualitativa e quantitativa, foi proveniente de fontes primárias e secundárias. Para Malhotra e Birks (2007), a informação secundária é a já existente, publicada ou não, que foi produzida para fins diferentes do estudo em causa; já os dados primários são originários do pesquisador com o propósito específico de abordar a pesquisa em questão.

A informação recolhida a partir da pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto permitiu compor o referencial teórico e incluiu documentos diversos, entre os quais, artigos científicos relacionados ao tema, teses, dissertações, relatórios, livros, jornais e revistas especializadas, assim como todos os relatórios do PRIASA que tivemos acesso. Foram ainda analisados outros documentos considerados relevantes.

Nos dados primários foi utilizada a análise de conteúdo para interpretação e comparação das entrevistas semiestruturadas.

Nos inquéritos por questionário, construímos primeiro a base de dados no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), o qual nos permitiu também fazer o tratamento e a análise dos dados primários. Após construção da base de dados, realizamos a análise de estatística descritiva e utilizamos procedimentos para testar hipóteses através do teste F da ANOVA.

O teste de hipóteses com a análise de variância (ANOVA) utiliza o teste F da igualdade. Exemplificando, se aplicarmos o teste aos níveis de educação por género, as hipóteses do teste são:

$H_0$  = Os níveis de educação são iguais entre homens e mulheres; e

$H_1$  = Os níveis de educação são diferentes entre homens e mulheres

Se o valor do teste F permitir ter um valor de *p-value* inferior a 0,05, rejeitamos  $H_0$ , os níveis de educação são diferentes entre cada grupo, se *p-value* for superior a 0,05, não podemos rejeitar  $H_0$ , os níveis de educação não são diferentes entre cada grupo.

## **Capítulo 4 – Análise e Discussão dos Resultados**

Neste capítulo apresentam-se, em primeiro lugar, os resultados obtidos com as entrevistas aos agentes ou entidades beneficiárias do projeto PRIASA, passando, de seguida, aos resultados obtidos com os questionários às unidades de produção, aos agricultores, e aos transformadores, e finalizando com uma discussão dos resultados obtidos.

### **4.1. Análise dos resultados das entrevistas semiestruturadas às instituições parceiras**

Como referido anteriormente as entrevistas foram desencadeadas junto às Instituições parceiras do PRIASA ligadas aos ramos de produção e transformação de produtos agrícolas, a FENAPA, o CIAT, o INPG, Consórcio Alisei/Qua Tela e o PNASE. No âmbito do PRIASA estas instituições têm desenvolvido diferentes ações junto dos agricultores e transformadores de produtos agrícolas. Assim, começamos com uma descrição e análise dos conteúdos mais importantes as entrevistas e finalizamos com uma breve discussão comparativa das mesmas.

#### **4.1.1 Descrição das entrevistas às instituições parceiras**

De seguida, faz-se para cada instituição entrevistada um pequeno resumo e uma análise das respostas obtidas que constam do Anexo 1.

#### **Centro de Investigação em Agricultura Tropical - CIAT**

Com o apoio do PRIASA, o CIAT tem desenvolvido diferentes ações junto aos agricultores, consumidores e importadores de produtos de origem vegetal. Dessas ações podemos destacar a aquisição de equipamentos para o laboratório de CIAT, equipamentos esses que permitem fazer diferentes testes de controlo de doenças e de pragas nas plantas.

Nos dados do relatório do PRIASA constam que com o apoio do PRIASA e a Cooperação Espanhola, o CIAT foi reabilitado e foi beneficiado com câmaras frias para conservação de sementes e geradores elétricos. Houve também intervenções relativamente a formações dos seus quadros no país e no exterior do país. (Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o Banco Africano de Desenvolvimento, 2015, p.25).

Figura 9 - Laboratório do CIAT rehabilitado, equipado e em função



Fonte: MADRP e BAD (2015)

Outra ação desenvolvida através dessa parceria é a aquisição de estufas o que permite assegurar o cultivo em qualquer época do ano.

Procedeu-se também a aquisição de secadores para análise de curvas de secagem permitindo uma posterior divulgação aos agricultores dos métodos de secagem dos produtos agrícolas e a implementação de novos métodos.

O CIAT também tem proporcionado aos agricultores diferentes formações na área de controlo de plantas tais como: 1) Fitopatologia - controlo de doenças (fungos, bactérias); 2) Entomologia - controlo de pragas (insetos); e 3) Agroquímicos – análise do solo, da água, entre outras.

Outro tipo das ações realizadas é o de fornecer aos agricultores serviços de apoio e informação sobre novas técnicas de produção.

O CIAT também procede à preparação de viveiros de plantas e, em seguida, fornece essas mudas de plantas aos agricultores.

Segundo o diretor do CIAT o Dr. Xavier Mendes, todas estas ações têm contribuído para a melhoria do controlo de produtos de origem vegetal que dão entrada no país de maneira a assegurar a qualidade dos mesmos produtos e por outra a promover a expansão e diversificação dos cultivos. Com essas ações hoje os agricultores são capazes de prevenir os riscos de contaminação de produtos e de encontrar meios para colmatar as pragas e as doenças.

## **Federação Nacional de Pequenos Agricultores - FENAPA**

No âmbito do PRIASA, a FENAPA (Federação nacional de Pequenos Agricultores) tem desenvolvido várias ações junto a algumas cooperativas, associações, agregados familiares e também pessoas individuais.

Para a seleção dos beneficiários a FENAPA tem tomado em consideração alguns critérios, tais como a quota da associação em dia, a apresentação da comunidade no que refere a higiene/limpeza, a participação dos membros da comunidade em reuniões, as iniciativas anteriores e as comunidades que não são propensas ao roubo.

As ações do FENAPA englobam a criação de associações e cooperativas que possam desenvolver trabalhos em conjunto o que facilita o acesso a apoios, formação de agricultores em diferentes áreas, palestras de sensibilização aos agricultores/as, promoção de feiras agrícolas, entre outras.

Baseado nos estudos feitos sobre o impacto do PRIASA I, referenciados no relatório do MADRP e o BAD, o presidente do FENAPA, o Sr. Cosme Cabeça, diz acreditar que o contributo das ações do PRIASA II tem refletido em melhorias habitacionais do/as beneficiário/as, maior poder de compras do/as mesmo/as, alguns ainda puderam proceder ao enquadramento de colaboradores/as e trabalhadores/as. Segundo o mesmo, nota-se, também, um aumento do volume de negócio de alguns beneficiários, sendo que outros, embora ainda muito esporádico, têm já efetuado a exportação dos seus produtos para o exterior do país.

No PRIASA I os horticultores ora entrevistados triplicaram a superfície dos seus cultivos de 4 para 12 hectares com um crescimento de renda de 1,5t/ha para 2,5t/ha (Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o Banco Africano de Desenvolvimento, 2015, p.18).

O PRIASA I também interveio eficazmente na construção de abrigos para viveiros com uma taxa de realização física de 108%. (p.18), reabilitação de 7 pistas (11.67 quilómetros), sendo 6 em São Tomé e 1 no Príncipe, facilitando a deslocação entre comunidades para 5.622 pessoas das quais 1.690 senhoras. (p.22)

Temos também a Tabela 7, abaixo, que apresenta algumas melhorias dos beneficiários após a intervenção do PRIASA I.

Tabela 7 - Impacto económico líquido dos Sistemas de Irrigação (PRIASA I)

Comunidade	Número de Agricultores	Antes PRIASA		Depois PRIASA		Variação	
		Benefícios	Emprego	Benefícios	Emprego	Benefícios	Emprego
Amparo II	3	3 878	37	33669	37	29 791	0
Blu-Blu	8	20432	34	294415	72	273 983	38
Bom-sucesso	5	47971	27	411008	41	363 037	14
Saudade	5	0	8	26361	74	26 361	66
Oquê-Máquina	5	13074	52	52457	41	39 383	-11
Total	26	85355	158	817910	265	732 555	107

Fonte: MADRP e BAD (2015)

### **Instituto Nacional para Promoção de Género - INPG**

Em parceria com o PRIASA, o INPG tem desenvolvido várias ações junto a outras instituições que beneficiam de apoio do PRIASA e que trabalham com algumas cooperativas e associações de agricultores/as e transformadores/as de produtos.

Neste âmbito o INPG procede ao seguimento e avaliação destes parceiros do PRIASA de maneira a assegurar a integração das mulheres nas suas atividades.

Outra das ações praticadas pelo INPG consiste em dar formações a/os transformadores/as de produtos agrícolas, organizar palestras de sensibilização e workshops de transformação de produtos.

O INPG também tem realizado feiras gastronómicas para degustação dos produtos transformados, feiras de exposição, entre outros eventos.

O Instituto também procedeu, em 2017 a um estudo sobre o género na agricultura e no desenvolvimento rural, no entanto o estudo não se baseou especificamente aos beneficiários do PRIASA.

Todas essas ações têm como finalidade assegurar a integração de mulheres na agricultura e na atividade de transformação de produtos bem como promover o empoderamento da mulher.

Pode-se constatar que com essas ações o nível de vida dessas mulheres melhorou em vários aspetos, nomeadamente: aumento da capacidade das infraestruturas e ou melhores condições de trabalho; maior poder de compra; expansão dos seus negócios; e melhor assistência aos filhos, entre outros.

O INPG acredita no impacto positivo do PRIASA II junto as mulheres, pois no relatório do impacto do PRIASA I, as melhorias ao nível do género foram bem visíveis; em algumas comunidades as mulheres foram iniciadas no cultivo de hortaliças diferentes das tradicionais,

o que lhes permitiu diversificar a sua dieta alimentar e também aumentar a sua renda. (MADRP e BAD, p.34).

Foi construída 1 unidade de transformação de produtos e durante 3 meses foi ministrada formação sobre técnicas de produção e de transformação a 58 participantes, sendo 10 mulheres (17%), e, no final da formação procedeu-se a transformação de bananas secas, papaia em doce, e outros, sendo os produtos obtidos comercializados nas escolas e em feiras agrícolas (p.24). Reconhece-se a necessidade de melhorar o item género nas próximas etapas do projeto, tendo em conta que a dimensão género deve ser prioridade nas atividades do PRIASA.

### **Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE**

O PNASE e o PRIASA têm uma parceria que data de 2016 com início das suas atividades em 2017. De notar que essa parceria surge após o início da implementação do PRIASA II. As ações do PNASE nesse contexto têm sido desenvolvidas junto às cantineiras (trabalhadoras de escolas) e alunos/as das escolas públicas do país, ao nível do Pré-escolar e do Ensino básico.

Destas ações destaca-se a construção de cantinas em algumas escolas que não tinham este equipamento e também a reabilitação de algumas cantinas que não se encontravam em bom estado de conservação.

A aquisição de um transporte isotérmico constituiu também uma das ações do PNASE com apoio do PRIASA II, permitindo assim o transporte de produtos frescos para as escolas, produtos esses, cuja responsabilidade de aquisição recai sobre as escolas com o apoio dos pais e encarregados de educação dos alunos. A aquisição de produtos secos, tais como arroz, feijão, e de outros produtos, como óleo, é da responsabilidade do governo e são armazenados no espaço do PNASE cabendo a esta proceder a sua gestão e distribuição às respetivas escolas.

O PNASE através do PRIASA também procedeu a aquisição de utensílios (panelas, fogões, pratos, etc.) para uso nas cantinas escolares.

Por outro lado, procedeu-se também a aquisição de equipamentos para o escritório PNASE (computadores, laptops, máquinas fotográficas, e outros) de maneira a apoiar o escritório no controlo e gestão dos produtos destinados as cantinas bem como na gestão dos trabalhos a desenvolver junto aos beneficiários.

Outra das vertentes em que o PNASE intervém é na formação de cantineiras em termos de nutrição, aproveitamento do horto escolar, confeção de alimentos, utilização de produtos transformados, higiene pessoal e local.

O PNASE também tem desenvolvido ações de sensibilização e palestras para os alunos beneficiados pelo projeto no âmbito de criação de horto escolar, uso de produtos locais, conhecimento sobre a importância de utilização de produtos diversificados, a importância dos diferentes nutrientes e as suas propriedades.

O acompanhamento e vistoria das cantinas também faz parte das atividades desenvolvidas pelo PNASE, o que consiste em uma equipa se dirigir as escolas para o mesmo efeito, sendo a equipa constituída por um/a representante do escritório do PNASE, um/a nutricionista, e um/a inspetor/a da educação.

Todas essas ações têm contribuído para a melhoria de vida das crianças que frequentam escolas pré-escolar e ensino básico garantindo um prato quente, diariamente, a essas crianças nas escolas, pratos esses mais equilibrados em termos de propriedades nutricionais e também mais diversificados, complementando as necessidades nutricionais dessas mesmas crianças para melhor aproveitamento escolar.

Essas ações também contribuem para a melhoria de segurança nutricional dos alimentos que são proporcionados as crianças ajudando na diminuição da má-nutrição e anemia nas mesmas.

Por outro lado, o contributo também se verifica no âmbito da promoção de produtos locais em especial os produtos transformados e o uso dos mesmos para confeção dos pratos.

Outro contributo a destacar é o facto de as cantinas passarem a estar mais e melhor equipadas ajudando assim na segurança higiénica dos alimentos e do espaço.

Verifica-se também uma melhoria no armazenamento de produtos secos bem como no transporte de produtos frescos.

### **Consórcio Alisei /Qua Tela**

No âmbito do PRIASA o Consórcio Alisei / Qua Tela tem desenvolvido algumas ações junto a algumas cooperativas, associações, agregados familiares bem como pessoas individuais sendo homens e mulheres.

São selecionadas pessoas, associações e cooperativas que tenham alguma iniciativa e apresentem um produto para transformação e que demonstram alguns constrangimentos na concretização do negócio.

As ações são feitas em várias vertentes:

- Em termos de infraestruturas destaca-se a construção e reabilitação de pequenas unidades para transformação de produtos. Neste processo os/as beneficiários/as foram chamados/as a coparticipar com alguns materiais de construção (areia, pedra e outros) de modo a que os/as mesmos/as se sintam responsáveis e empenhados tendo em conta o esforço;
- Formação de transformadores em diferentes áreas, começando pela transformação de produtos agrícolas em farinhas, compotas, doces, passando pela área de gestão e também de marketing. Todas estas formações têm uma fase de teoria e outra de prática. O Consórcio Alisei/Qua Tela também proveu formações para produtores agrícolas com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos a serem transformados;
- Sensibilização para levar o/as beneficiário/as a ganharem gosto pelo seu trabalho e praticá-lo de maneira mais ativa e profissional possível;
- Acompanhamento técnico e melhoria na apresentação dos produtos, a embalagem e publicitação dos produtos para melhor atrair os clientes;

Para um futuro próximo prevê-se a aquisição de equipamentos para transformação de produtos (com a coparticipação do/as beneficiário/as).

Quanto ao contributo dessas ações para a melhoria de vida do/as transformadores de produtos, alguns dos transformadores passaram a ter uma infraestrutura com maior dimensão e com melhores condições de trabalho. Alguns ainda puderam proceder ao enquadramento de colaboradores / trabalhadores, ao aumento do volume de negócio, outros passando mesmo a exportar os seus produtos transformados, ainda que poucos.

Verifica-se também o caso de um transformador de produtos que começou a proceder a fabricação de equipamentos de transformação para o seu uso pessoal e para venda.

#### **4.1.2 Análise e discussão das entrevistas**

Em resumo podemos concluir que relativamente ao público alvo é de salientar alguma diferenciação, pois, por exemplo, o FENAPA e o CIAT têm desenvolvido as suas ações junto

aos agricultores enquanto que o INPG, o consórcio Alisei/Qua tela e o PNASE desenvolvem ações junto aos transformadores de produtos. Embora as ações do PNASE estejam viradas especificamente para as cantineiras, mais concretamente no uso de produtos transformados, também foram desenvolvidos esforços em outras áreas como a aquisição de utensílios (panelas, fogões, pratos e outros) para uso nas cantinas escolares, e a aquisição de equipamentos para o escritório do PNASE (computadores, Laptops, máquinas fotográficas) de maneira a apoiar o escritório no controlo e gestão dos produtos destinados as cantinas bem como na gestão dos trabalhos a desenvolver junto aos beneficiários, os alunos das escolas. O PNASE também intervém na formação de cantineiras em termos de nutrição, aproveitamento da horta escolar, confeição de alimentos, utilização de produtos transformados, higiene pessoal e local, bem como ações de sensibilização e palestras para os alunos beneficiados pelo projeto no âmbito de criação da horta escolar, uso de produtos locais, conhecimento sobre a importância de utilização de produtos diversificados, a importância dos diferentes nutrientes e as suas propriedades.

Relativamente as formações, palestras e sensibilização, todos outros parceiros acima citados também intervêm nesta área destinados aos respetivos públicos-alvo.

No que concerne a aquisição de equipamento ou materiais de trabalho também se pode notar algumas diferenças, pois no caso do CIAT para além de se adquirir equipamentos de apoio aos agricultores, adquirem-se também equipamentos para o laboratório do CIAT, equipamentos esses que permitem fazer diferentes testes de controlo de doenças e de pragas nas plantas. Por outra também se procede à aquisição de estufas, o que permite assegurar o cultivo em qualquer época do ano e também a aquisição de secadores para análise de curvas de secagem, permitindo uma posterior divulgação aos agricultores dos métodos de secagem. De notar o FENAPA também procede a aquisição de estufas e de secadores. Já o Alisei e o Qua-tela, os equipamentos adquiridos são destinados a transformação de produtos.

Mesmo com essas diferenciações em alguns aspetos, constata-se a opinião unanime dessas instituições parceiras no que se refere ao impacto do apoio do PRIASA junto aos beneficiários. Todas reconhecem que o contributo dessas ações se tem refletido em melhorias habitacionais dos/as beneficiários/as, maior poder de compras dos/as mesmos/as, infraestrutura com maior dimensão e com melhores condições de trabalho, aumento do volume de negócio de alguns, outros inclusive exportando os seus produtos para o exterior do país. Alguns ainda puderam proceder ao enquadramento profissional de colaboradores(as) e ou trabalhadores(as) nas suas empresas ou negócios.

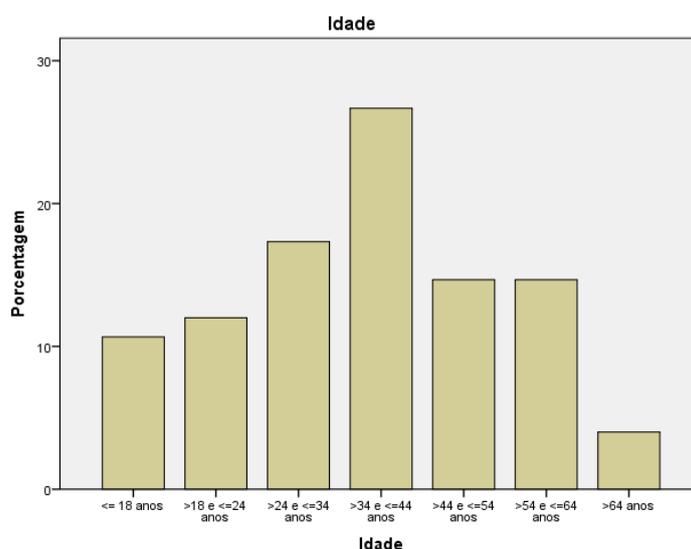
## **4.2. Análise dos resultados dos inquéritos aos agricultores beneficiários do projeto**

Nesta secção fazemos uma análise das entrevistas por questionário realizadas aos agricultores e transformadores beneficiários do projeto. Em primeiro lugar caracterizamos os agricultores e as unidades de produção agrícolas, para depois termos a perceção dos agricultores sobre o projeto PRIASA e terminarmos com o impacto do PRIASA sobre o bem-estar dos agricultores e suas famílias.

### **4.2.1 Caracterização dos agricultores e das suas unidades de produção**

Relativamente a análise dos dados gerais dos questionários, podemos constatar que nos agricultores inquiridos, cerca de 75, é predominante a nacionalidade são-tomense, com uma percentagem de 95,9% contra os 4,1% de nacionalidade Cabo-Verdiana. De notar, que nem todos responderam à totalidade das questões pelo que em alguns dos quadros em seguida analisados o total dos inquiridos é menor do que este número total. Quanto ao sexo, existe um certo equilíbrio, sendo 52,0% dos inquiridos de sexo masculino e 48,0% de sexo feminino. A faixa etária dos respondentes é bastante variável com uma maior representatividade dos agricultores com idade compreendida entre 34 e 44 anos (Figura 10). A distribuição por classes de idade entre homens e mulheres é muito semelhante, sendo os homens ligeiramente mais velhos.

Figura 10 - Distribuição dos agricultores por classes de idade



Fonte: Autoria própria

Conforme se pode verificar na Tabela 8, a distribuição por distrito dos agricultores inquiridos reparte-se por Água Grande e Caué, ambos com 1,3%, Cantagalo, Lembá e Lobata, todos com 20%, e o Distrito com maior percentagem de inquiridos é o Mé-Zóchi com 37,3% dos inquiridos. Os respondentes são maioritariamente solteiros (90,3%), os casados representam 8,3% e 1,4% encontram-se em união de facto (Tabela 9).

Tabela 8- Localização dos agricultores inquiridos

Distritos	Frequência	Percentagem
Água Grande	1	1,3
Cantagalo	15	20
Caué	1	1,3
Lembá	15	20
Lobata	15	20
Mé-Zochi	28	37,3
Total	75	100

Fonte: Autoria própria

Tabela 9- Estado civil dos agricultores inquiridos

	Frequência	Percentagem
Solteiro	65	90,3
Casado	6	8,3
União de Facto	1	1,4
Total	72	100

Fonte: Autoria própria

Grande parte dos agricultores questionados frequentaram a escola, em diferentes níveis, tendo o ensino básico uma maior percentagem 50,7%, seguido do 1º ciclo do Ensino Secundário com 21,9% (Tabela 10). Já os que nunca frequentaram algum ensino escolar representam 5,5%.

Por género, os homens apresentam níveis de escolaridades superiores às mulheres, sendo estas diferenças significativas,  $F=5,187$  e  $p\text{-value}=0,026$ .

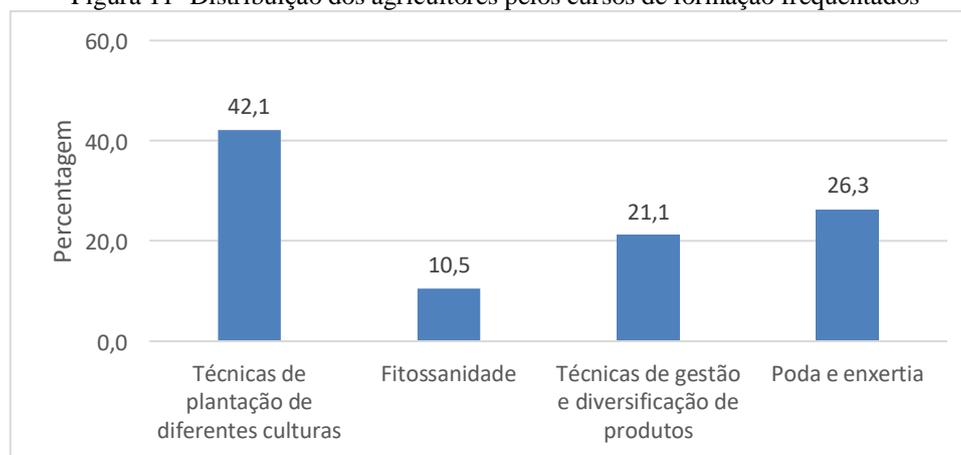
Tabela 10- Escolaridade dos agricultores inquiridos

	Total		Homens	Mulheres
	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Não frequentou escola	4	5,5	0,0	11,4
Ensino pré-escolar	10	13,7	21,1	5,7
Ensino básico	37	50,7	36,8	65,7
1º Ciclo do Ensino Secundário	16	21,9	26,3	17,1
2º Ciclo do Ensino Secundário	5	6,8	13,2	0,0
Ensino Médio/Profissionalizante	1	1,4	2,6	0,0
Total	73	100	100	100

Fonte: Autoria própria

Podemos ainda constatar que dos agricultores questionados 36,5% têm formação técnica em agricultura, dos quais 42,1% em técnicas de plantação das diferentes culturas, poda e enxertia 26,3%, técnicas de gestão e diversificação da produção 21,1% e fitossanidade 10,5% (Figura 11).

Figura 11- Distribuição dos agricultores pelos cursos de formação frequentados



Fonte: Autoria própria

A primeira ocupação dos inquiridos é a agricultura, mas 28% dos inquiridos dedicam-se somente a agricultura e 72% têm uma segunda profissão. Nesta última sobressai a atividade doméstica com a maior taxa (46,3%) seguido a de trabalhador por conta própria 25,9% (Tabela 11).

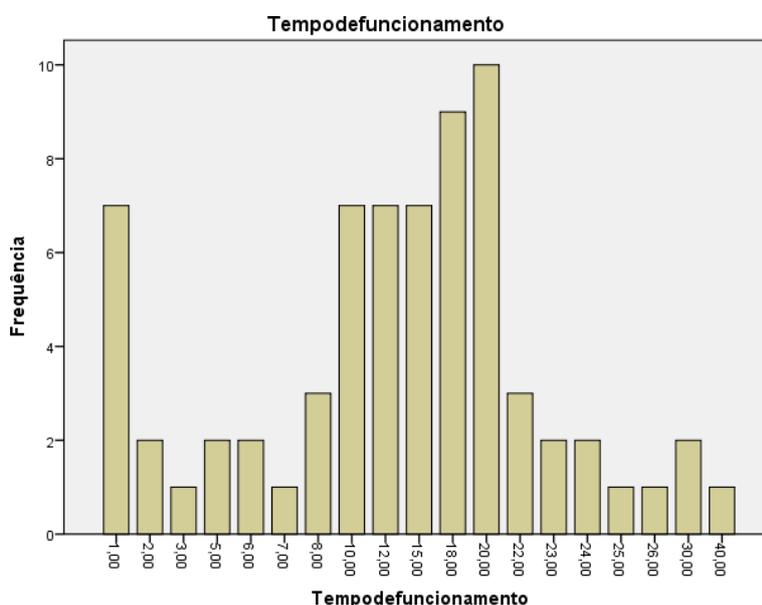
Tabela 11- Segunda Profissão dos agricultores inquiridos

	Frequência	Porcentagem
Estudante	8	14.8
Funcionário Público	1	1.9
Funcionário empresa privada	5	9.3
Trabalhador por conta própria	14	25.9
Doméstica	25	46.3
Empresário	1	1.9
Total	54	100

Fonte: Autoria própria

A antiguidade ou tempo de funcionamento das explorações dos respondentes varia muito, no entanto pode-se notar que predominam os escalões das explorações entre 10 e 20 anos, sendo os escalões mais representativos os das que têm 20 anos com 10%, seguido das de 18 anos com 9%, e a seguir 10, 12 e 15 anos com 7%. É de constatar também uma taxa de 7% nas empresas com 1 ano, o que sugere que nos últimos tempos houve algum incentivo a atrair mais pessoas para a agricultura de (Figura 12). Em resumo, o número de empresas com menos de 10 anos é 35,7%, entre 10 e 20 anos é de 32,9% e os mais de 20 anos de 31,4%.

Figura 12 - Distribuição dos agricultores por tempo de funcionamento das empresas



Fonte: Autoria própria

Relativamente a organização dos agricultores inquiridos, 57,1% pertencem a uma cooperativa, 6,3% trabalham em parceria e os restantes 33,3% são únicos proprietários (Tabela 12). Mesmo trabalhando em cooperativa ou parceria, grande parte dos mesmos são proprietários 90,8%, alguns com função de Chefe executivo 3,1%, outros com função de gerente 4,6% (Tabela 13)

Tabela 12- Organização dos agricultores inquiridos

	Frequência	Porcentagem
Parceria	4	6.3
Único proprietário	21	33.3
Cooperativa	36	57.1
Outro	2	3.2
Total	63	100

Fonte: Autoria própria

Tabela 13- Função dos agricultores inquiridos

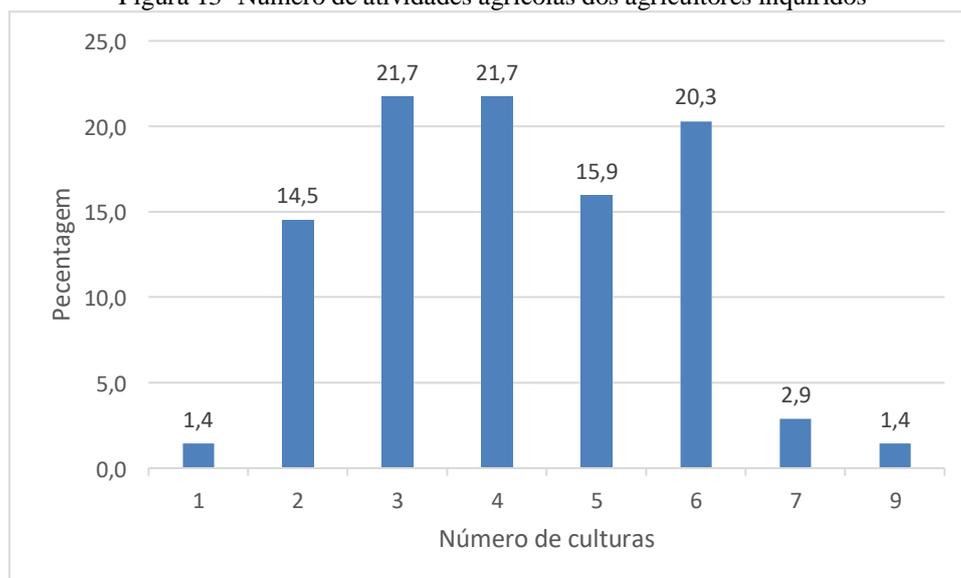
	Frequência	Porcentagem
Proprietário	59	90.8
Chefe Executivo	2	3.1
Gerente	3	4.6
Outra	1	1.5
Total	65	100

Fonte: Autoria própria

No que diz respeito à atividade agrícola a grande maioria dos agricultores produz um mosaico de culturas vegetais, com mais de três culturas cerca de 74,1% dos agricultores (Figura 13). Podemos constatar que na sua maioria, os agricultores inquiridos dedicam-se ao cultivo de mais de um produto, e a maior representatividade é a dos agricultores que dedicam ao cultivo de 3 ou 4 produtos (21,7%). Seguindo os agricultores com 6 cultivos (20,3%). Os que cultivam 2 produtos representam 14,5%, e a percentagem dos agricultores inquiridos que se dedicam somente a uma cultura é 1,4%, a mesma percentagem dos que cultivam nove ou mais produtos. Os que cultivam sete produtos também têm fraca representatividade (2,9%). Através deste quadro podemos concluir que a tendência dos agricultores é de cultivar pelo menos 2 produtos e não exceder de 6 (Figura 13). O número de culturas é muito semelhante entre homens (4,1) e mulheres (4,2), não havendo diferenças por género.

A combinação de culturas mais frequente é cacau, banana, matabala e fruta pão (Tabela 14). Assim os agricultores dedicam-se mais ao cultivo de produtos de base como banana (84,1%), matabala (55,1%), fruta-pão (42,6%), produtos esses sempre consumidos pela população, logo com alguma garantia de venda bem como para autoconsumo. Também o cacau (82,6%) é muito frequentemente produzido pois tem em termos relativos alta rentabilidade, tendo em conta a procura internacional de cacau de qualidade, sendo uma fonte de rendimento relevante. Os produtos menos cultivados são os de renda mais baixa, produtos como pimpinela, malagueta, sape-sape, ambos com taxa de 1,4% de produtores (Tabela 14 e Figura 14).

Figura 13- Número de atividades agrícolas dos agricultores inquiridos



Fonte: Autoria própria

Figura 14- Produtos agrícolas



Fonte: MADR

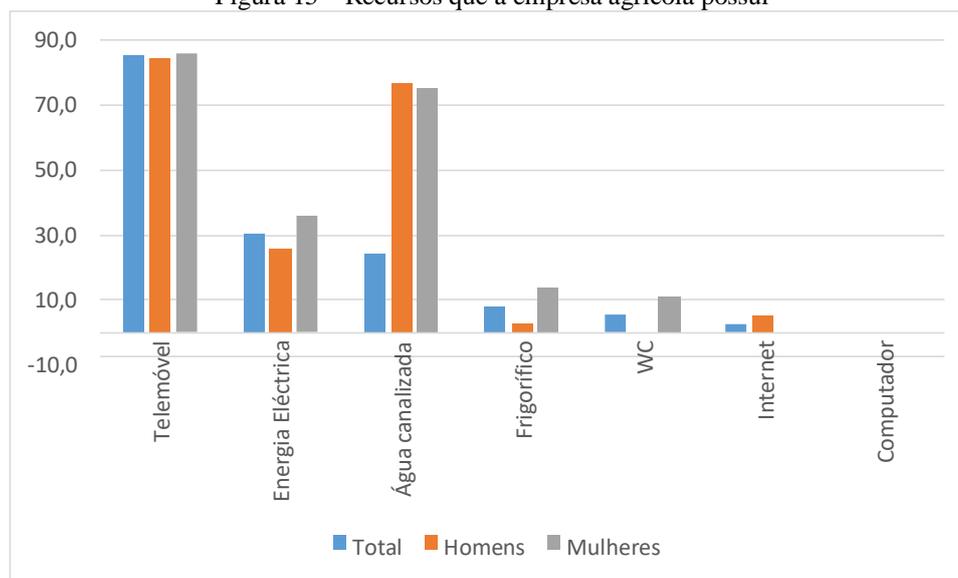
Tabela 14- Frequência das culturas realizadas pelos agricultores

Cultura	Porcentagem	Cultura	Porcentagem
Banana	84,1	Limão	7,2
Cacau	82,6	Feijão	7,2
Matabala	55,1	Abacate	5,8
Fruta-pão	42,6	Pimentão	4,3
Jaca	24,6	Pimenta	4,3
Mandioca	23,2	Goiaba	2,9
Café	13,0	Repolho	2,9
Milho	13,0	Safú	1,4
Tomate	11,6	Pimpinela	1,4
Couve	11,6	Laranja	1,4
Cebola	10,1	Malagueta	1,4
Cenoura	8,7	Sape-sape	1,4
Mamão	7,2		

Fonte: Autoria própria

Quanto aos recursos disponíveis, com a expansão das novas tecnologias de comunicação e de informação dos nossos dias, não é surpreendente constatar a percentagem alta do telemóvel (85,3%) como recurso utilizado pelos agricultores inquiridos (Figura 15). No entanto, a internet possui uma representatividade bem fraca (2,7%) e nenhum utiliza computador, apesar de ambos fazerem parte das novas tecnologias. Talvez o facto se deva aos custos mais elevados dos mesmos e também ao manuseamento certamente mais difícil. Relativamente a água que é um recurso indispensável para a agricultura, podemos constatar que somente 24% dos agricultores inquiridos possuem água canalizada, o que sinaliza o esforço que a maioria (76%) tem que realizar para regar os seus cultivos. As explorações que dispõem de casa de banho têm representam apenas uma percentagem de 5,3%, o que é muito preocupante face à sua importância para o saneamento do meio. Por género verificamos que só existem diferenças significativas entre homens e mulheres para o WC ( $F=4,745$  e  $p\text{-value}=0,033$ ) e frigorífico ( $F=3,39$  e  $p\text{-value}=0,073$ ) em que as mulheres possuem mais que os homens.

Figura 15 – Recursos que a empresa agrícola possui



Fonte: Autoria própria

Podemos constatar que todos os inquiridos têm algum lucro proveniente da sua exploração agrícola, alguns com pouco lucro (17,6%), a grande parte com lucro moderado (58,1%), e aqueles com muito lucro e excelente, juntos somam 24,3% (Tabela 15). Estes resultados por género mostram que os homens têm uma opinião mais favorável (média=3,4) que as mulheres (média=3,0) e que estas diferenças são significativas a 10% ( $F=3,130$  e  $p\text{-value}=0,086$ ).

Tabela 15- Opinião dos agricultores sobre o lucro da sua exploração agrícola

	Total		Homens	Mulheres
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
Pouco lucro	13	17,6	18,42	16,67
Lucro Moderado	43	58,1	47,37	69,44
Muito lucro	4	5,4	5,26	5,56
Excelente lucro	14	18,9	28,95	8,33
Total	74	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autoria própria

#### 4.2.2 Contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico dos agricultores, das suas famílias e das mulheres

Relativamente a situação socioeconómica dos agricultores respondentes, uma boa parte dos mesmos consideram que a situação melhorou 72,0%, outros 25,3% consideram que a situação estabilizou. Somente 2,7% reporta que a situação piorou. Todos acreditam que daqui a cinco anos a comunidade irá crescer, a maioria (62,9%) aposta num crescimento moderado (Tabela 16). Por género, a perceção das mulheres para estes dois itens, não é significativamente diferente da manifestada pelos homens.

Tabela 16 – Perceção dos agricultores sobre a sua situação após o PRIASA e daqui a 5 anos

Situação após PRIASA (%)				Situação daqui a 5 anos (%)			
Escala	Total	Homens	Mulheres	Escala	% dos agricultores	Homens	Mulheres
Piorou	2,7	2,6	2,8	Crescimento lento	28,6	30,6	26,5
Estabilizou	25,3	18,0	33,3	Crescimento moderado	62,9	61,1	64,7
Melhorou	72,0	79,4	63,9	Crescimento rápido	8,6	8,3	8,8

Fonte: Autoria própria

Analisando a Tabela 17, abaixo, podemos concluir que as ações do PRIASA têm contribuído positivamente para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres tendo em conta que em todos os itens representados, a maior percentagem das respostas situam-se em Importante ou Muito Importante pois se somarmos os dois parâmetros (Importante e Muito Importante) as percentagens obtidas são superiores a 60%, com exceção do item – Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócio- que seria de 56,2%, mas que mesmo assim continua sendo uma percentagem favorável. Os itens com percentagens mais elevadas são “Aquisição de estufas para agricultura” (84%), e a seguir “Assistência técnica aos agricultores” (81,1%).

Relativamente a perceção negativa, se associarmos os parâmetros “Mau” e “Muito Mau” a maior percentagem seria de 12%, que é uma percentagem baixa, e corresponde ao item “Aquisição de equipamentos para agricultura” e a seguir o item “Assistência técnica aos agricultores” com 6,8% de percentagem. Todos os outros itens têm percentagens ainda mais baixas.

Tabela 17 – Perceção dos agricultores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres

Item	Não sei	Muito mau	Mau	Razoável	Importante	Muito importante
Reforço capacidades âmbito produção agrícola	2,7	0,0	1,3	14,7	29,3	<b>52,0</b>
Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócios	12,3	0,0	5,5	26,0	<b>31,5</b>	24,7
Assistência técnica aos agricultores	6,8	1,4	5,4	5,4	27,0	<b>54,1</b>
Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	14,7	1,3	1,3	18,7	18,7	<b>45,3</b>
Aquisição de equipamentos para agricultura	9,3	1,3	10,7	8,0	18,7	<b>52,0</b>
Acompanhamento aos agricultores tornar mais autónomo e profissionais	4,1	4,1	0,0	13,5	<b>40,5</b>	37,8
Seguimento ações realizadas apropriação das infraestruturas e equipamentos	17,3	2,7	1,3	6,7	22,7	<b>49,3</b>
Aquisição de estufas para agricultura	8,0	1,3	0,0	6,7	26,7	<b>57,3</b>
Reabilitação ou construção de canais de irrigação	2,7	0,0	1,3	14,7	29,3	<b>52,0</b>

Fonte: Autoria própria

Relativamente a perceção sobre o contributo do PRIASA para o desenvolvimento das famílias e das mulheres, na perspetiva de género, podemos constatar que na maioria dos itens na apreciação dos homens o PRIASA foi mais relevante do que na das mulheres, que só tiveram melhor apreciação em 1 dos itens (Tabela 18). Assim na média os homens têm uma apreciação mais favorável que as senhoras (Média dos homens=4,2 > Média das mulheres=4,0). No entanto, somente em 1 dos itens “Seguimento ações realizadas apropriação das infraestruturas e equipamentos” essa diferença é estatisticamente significativa (p-value=0,013).

Tabela 18 – Percepção dos agricultores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Reforço capacidades âmbito produção agrícola	4,405	<b>4,306</b>	0,290	0,592
Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócios	3,906	<b>3,813</b>	0,169	0,682
Assistência técnica aos agricultores	4,500	<b>4,229</b>	1,451	0,233
Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	4,333	<b>4,129</b>	0,728	0,397
Aquisição de equipamentos para agricultura	4,382	<b>4,029</b>	1,725	0,194
Acompanhamento aos agricultores tornar mais autónomo e profissionais	4,286	<b>3,972</b>	1,937	0,168
Seguimento ações realizadas apropriação das infraestruturas e equipamentos	4,414	<b>3,879</b>	6,537	<b>0,013</b>
Aquisição de estufas para agricultura	4,515	<b>4,241</b>	1,296	0,259
Reabilitação ou construção de canais de irrigação	<b>4,474</b>	4,548	0,163	0,688
Média dos valores de todas as percepções	4,256	<b>4,030</b>	1,941	0,168

Fonte: Autoria própria

Quanto a apreciação dos inquiridos ao impacto das ações do PRIASA em aspetos relativos à produção agrícola, as maiores percentagens rondam entre “Estabilizou” e “Melhorou”, embora o “Melhorou” tenha maior representatividade nos três itens: Acesso a novas tecnologias de trabalho - Estabilizou (29,7%); Melhorou (35,1%); Acesso aos equipamentos para produção agrícola Estabilizou (29,3%), Melhorou (34,7%); Conhecimento em gestão de negócios Estabilizou (29,3%); Melhorou (34,7%) (Tabela 19). Em resumo, a apreciação dos agricultores é positiva, pois a percentagem conjunta dos que responderam ”melhorou” e “melhorou muito” aproxima-se dos 50%, havendo uma fatia de agricultores na casa dos 30% que têm uma percepção mais neutra, de estabilização.

Tabela 19 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à produção agrícola

Item	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Acesso a novas tecnologias de trabalho	16,2	1,4	4,1	29,7	<b>35,1</b>	13,5
Acesso aos equipamentos para produção agrícola	12,0	2,7	9,3	29,3	<b>34,7</b>	12,0
Conhecimento em gestão de negócios	12,0	2,7	9,3	29,3	<b>34,7</b>	12,0

Fonte: Autoria própria

Na Tabela 20 verifica-se que, em todos os itens, os homens tornam a valorizar mais o contributo do PRIASA do que as mulheres, mas essa diferença não chega a ser estatisticamente significativa (p-value > 0,05).

Tabela 20 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à produção agrícola por gênero

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Acesso a novas tecnologias de trabalho	3,667	<b>3,655</b>	0,003	0,959
Acesso aos equipamentos para produção agrícola	3,676	<b>3,313</b>	2,397	0,127
Conhecimento em gestão de negócios	3,500	3,500	0,000	1,000
Média dos valores da produção agrícola	3,561	<b>3,417</b>	0,727	0,397

Fonte: Autoria própria

Quanto à avaliação das ações relativamente à habitação e a equipamentos, apresentada na Tabela 21, mais de 70% dos inquiridos relatam melhoria das condições da habitação (78,7%) e posse de casa própria (78,6%). No que concerne ao tipo de fogão usado para cozinhar 45,3% acham que a situação estabilizou; somente 18,7% acham que houve melhoria e 1,3%, melhorou muito; para 34,7% a situação piorou. A posse de Latrina/WC para 41,9% de famílias estabilizou; a situação melhorou para 23%, e para 14,7% a situação piorou. Relativamente a máquina de lavar, grande parte responde não saber (46,5%), 25,4% diz que estabilizou, e somente 4,2% acham que a situação melhorou. Em resumo, podemos dizer que a avaliação dos agricultores sobre o impacto no seu bem-estar, das questões relacionadas com a habitação, grande parte dos mesmos consideram que houve uma melhoria e relativamente aos equipamentos, a percepção é que a situação estabilizou.

Tabela 21 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e aos equipamentos

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Possessão de casa própria	2,7	1,3	2,7	14,7	<b>53,3</b>	25,3
Condições de habitação	5,3	2,7	2,7	10,7	34,7	<b>44,0</b>
Tipo de fogão usado para cozinhar em casa	0,0	24,0	10,7	<b>45,3</b>	18,7	1,3
Latrina WC	20,3	2,7	12,2	<b>41,9</b>	16,2	6,8
Máquina de lavar	<b>46,5</b>	8,5	15,5	25,4	2,8	1,4

Fonte: Autoria própria

Quanto às diferenças por gênero (Tabela 22), os homens têm uma apreciação diferente estatisticamente significativa da das mulheres no item “Condições de habitação” (p-value=0,005) e também na média dos resultados (p-value=0,027).

Tabela 22 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e aos equipamentos por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Possessão de casa própria	4,103	<b>3,912</b>	1,013	0,317
Condições de habitação	4,514	<b>3,882</b>	8,579	<b>0,005</b>
Tipo de fogão usado para cozinhar em casa	3,179	<b>3,103</b>	0,178	0,674
Latrina WC	3,267	<b>3,034</b>	0,968	0,329
Máquina de lavar	2,600	<b>2,389</b>	0,489	0,489
Média dos valores da habitação e equipamentos	3,765	<b>3,427</b>	5,104	<b>0,027</b>

Fonte: Autoria própria

Em relação a mobilidade (Tabela 23), o item com maior representatividade é o da motorizada, em que 50% dos inquiridos acham que a situação melhorou e para 28,4% melhorou muito. No que concerne a viatura 57,7% é a soma dos que consideram a situação melhor e muito melhor. Já para a bicicleta, 52,8% não têm opinião definida, e somente 12,5% consideram que a situação melhorou/melhorou muito. Essa percentagem baixa relativamente a bicicleta certamente deve-se ao facto de ser um meio rolante que não facilita o transporte de cargas, jáa motorizada e a viatura seria meio de apoio para o transporte dos produtos dos agricultores.

Tabela 23 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos relativos à mobilidade

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Bicicleta	<b>52,8</b>	2,8	15,3	16,7	5,6	6,9
Motorizada	14,9	0,0	2,7	4,1	<b>50,0</b>	28,4
Viatura	22,5	0,0	4,2	15,5	<b>35,2</b>	22,5

Fonte: Autoria própria

Relativamente a mobilidade, as apreciações das mulheres (Tabela 24) são mais positivas do que as dos homens, em todos os itens e na média destes (3,4) também superam a dos homens (3,3), apesar destas diferenças serem estatisticamente não significativas (p-value >0,05).

Tabela 24 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos relativos à mobilidade por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Bicicleta	<b>2,824</b>	3,118	0,557	0,461
Motorizada	<b>4,176</b>	4,276	0,328	0,569
Viatura	<b>3,900</b>	4,080	0,608	0,439
Média dos valores da mobilidade	<b>3,324</b>	3,443	0,286	0,595

Fonte: Autoria própria

Relativamente às tecnologias de informação e comunicação (Tabela 25), à semelhança da análise feita anteriormente, o telemóvel é o que tem maior representatividade totalizando 91,8% de famílias com situação melhor e muito melhor. Em seguida temos a televisão que totaliza 86,3% de situação melhor e muito melhor. A internet e o computador são as tecnologias

com mais baixa avaliação positiva dos agricultores, tendo assim representatividades mais baixas.

Tabela 25 – Avaliação pelos agricultores do impacto das ações do PRIASA nos itens relativos às tecnologias de informação e comunicação

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Televisão	4,1	0,0	0,0	9,6	9,6	<b>76,7</b>
Telemóvel	2,7	0,0	0,0	5,5	8,2	<b>83,6</b>
Internet	21,7	2,9	0,0	11,6	<b>49,3</b>	14,5
computador	34,3	1,5	3,0	11,9	<b>38,8</b>	10,4

Fonte: Autoria própria

Nas tecnologias de informação e comunicação, na Tabela 26, a diferença da valorização entre homens e mulheres é estatisticamente significativa a um nível de 10%, no que toca o acesso a internet.

Tabela 26 – Avaliação pelos agricultores do impacto das ações do PRIASA nos itens relativos às TIC por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Televisão	4,806	<b>4,588</b>	2,015	0,160
Telemóvel	<b>4,795</b>	4,813	0,020	0,889
Internet	4,103	<b>3,720</b>	3,043	<b>0,087</b>
computador	4,000	<b>3,579</b>	2,807	0,101
Média dos valores das TIC	4,489	<b>4,312</b>	1,693	0,197

Fonte: Autoria própria

Concernente aos itens da Tabela 27, que retratam uma visão global, os agricultores fazem uma avaliação muito positiva do PRIASA, com taxas de melhoria e muita melhoria, superiores a 80%. São de destacar os valores obtidos para os itens rendimento disponível para o agregado, situação global do agregado familiar e situação da mulher.

Tabela 27 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Acesso ao local de trabalho	1,3	0,0	4,0	14,7	37,3	<b>42,7</b>
Acesso aos cuidados básicos de saúde	0,0	1,4	1,4	17,6	<b>51,4</b>	28,4
Tempo gasto nas atividades domésticas	5,6	1,4	1,4	15,3	<b>59,7</b>	16,7
O rendimento para administrar o agregado familiar	1,3	0,0	4,0	8,0	<b>66,7</b>	20,0
Situação global do agregado familiar	1,3	1,3	2,7	9,3	<b>45,3</b>	40,0
Situação global da mulher	2,7	1,3	1,3	6,7	32,0	<b>56,0</b>

Fonte: Autoria própria

Abaixo, na Tabela 28, verificamos que os homens e mulheres valorizam de forma diferente o acesso ao local de trabalho com uma significância estatística de 0.9%, o acesso aos cuidados básicos de saúde com significância de 1%, e a situação global do agregado familiar é valorizado de forma diferente com significância de 6%. A diferença de médias desses valores também é estatisticamente significativa a 3%.

Tabela 28 – Avaliação pelos agricultores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Acesso ao local de trabalho	4,447	<b>3,944</b>	7,120	<b>0,009</b>
Acesso aos cuidados básicos de saúde	4,256	<b>3,800</b>	6,429	<b>0,013</b>
Tempo gasto nas atividades domésticas	3,972	<b>3,906</b>	0,136	0,713
O rendimento para administrar o agregado familiar	4,105	<b>3,972</b>	0,724	0,398
Situação global do agregado familiar	4,395	<b>4,028</b>	3,730	<b>0,057</b>
Situação global da mulher	4,526	<b>4,343</b>	0,960	0,331
Média dos valores dos aspetos gerais e globais	4,283	<b>4,000</b>	4,795	<b>0,032</b>

Fonte: Autoria própria

### 4.3. Análise dos resultados dos inquéritos aos transformadores beneficiários do projeto

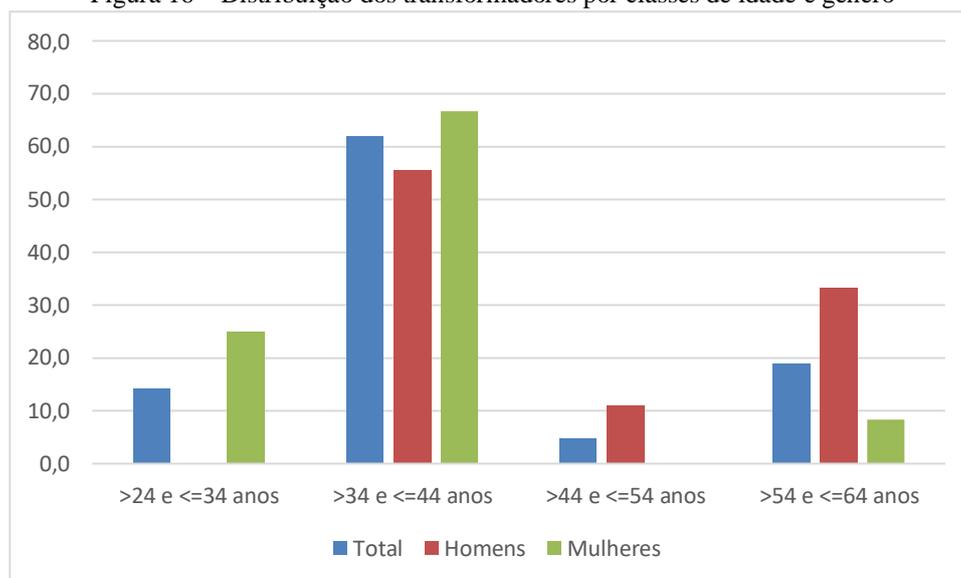
Nesta secção fazemos uma análise das entrevistas por questionário realizadas aos transformadores beneficiários do projeto. Em primeiro lugar caracterizamos as unidades de transformação, para depois termos a perceção dos transformadores sobre o projeto PRIASA e terminarmos com o impacto do PRIASA sobre o bem-estar dos transformadores.

#### 4.3.1 Caracterização dos transformadores e das suas unidades de produção

Os respondentes aos questionários realizados aos transformadores de produtos, num total de 21, são todos de nacionalidade santomense. Quanto ao sexo, 57,1% são de sexo feminino e 42,9% de sexo masculino.

Relativamente à faixa etária, a faixa predominante (61,9%) é a de transformadores com mais de 34 anos e menos ou igual a 44 anos (Figura 16). Por género, os homens são mais velhos que as mulheres e esta diferença é significativa  $F=5,007$  e  $p\text{-value}=0,037$ . Nos homens predominam as classes de idade maior que 34 anos e nas mulheres as classes de idade menores que 44 anos.

Figura 16 – Distribuição dos transformadores por classes de idade e género



Fonte: Autoria própria

Dos transformadores inquiridos 47,6% são solteiros e 42,9% casados. Os ligados em união de facto e viúvos representam ambos, somente, 4,8% (Tabela 29). Relativamente ao distrito em que se localizam, Água Grande tem uma maior representatividade dos transformadores com 47,6%, seguido de Príncipe com 38,1%, por Mé-Zochi com uma representatividade de 9,5% e Lobata com 4,8% (Tabela 30).

Tabela 29- Estado civil dos transformadores inquiridos

	Frequência	Percentagem
Solteiro	10	47,6
Casado	9	42,9
União de Facto	1	4,8
Viúvo	1	4,8
Total	21	100,0

Fonte: Autoria própria

Tabela 30- Local dos transformadores inquiridos

Distrito	Frequência	Percentagem
Água Grande	10	47,6
Lobata	1	4,8
Mé-Zochi	2	9,5
Príncipe	8	38,1
Total	21	100,0

Fonte: Autoria própria

Todos os respondentes indicaram ter frequentado algum nível de ensino, sendo os que têm licenciatura com maior percentagem 33,3%, logo a seguir os de 1º ciclo de ensino secundário com uma taxa de 28,5% e o ensino médio/Profissionalizante com 19,0% (Tabela 31). As

mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade que os homens, sendo as diferenças significativas,  $F=4,115$  e  $p\text{-value}=0,057$ . Nos homens predomina o ensino básico e o 1º ciclo do ensino secundário e nas mulheres o ensino médio profissionalizante, a licenciatura e o ensino pós-graduado.

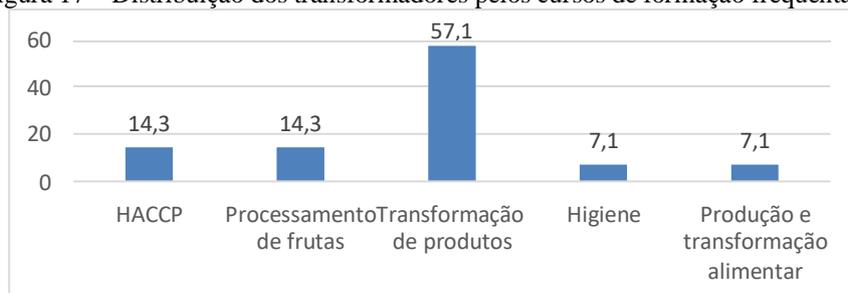
Tabela 31 - Níveis de escolaridade dos transformadores inquiridos

	Total da amostra		Homens	Mulheres
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
Ensino básico	2	9,5	22,2	0,0
1º Ciclo do Ensino Secundário	6	28,6	33,3	25,0
2º Ciclo do Ensino Secundário	1	4,8	11,1	0,0
Ensino médio/profissionalizante	4	19,0	11,1	25,0
Licenciatura	7	33,3	22,2	41,7
Ensino pós-graduado	1	4,8	0,0	8,3
Total	21	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autoria própria

Dos inquiridos, 66,7% têm alguma formação em agricultura e 33,3% não possuem formação alguma na área agrícola. A formação para transformação de produtos agrícolas teve maior participação com 57,1% de formados, seguindo o processamento de frutas e o HACCP com 14,3% para ambas, e por fim produção-transformação alimentar e formação em Higiene alimentar com 7,1% de formandos (Figura 17).

Figura 17 – Distribuição dos transformadores pelos cursos de formação frequentados



Fonte: Autoria própria

Cerca de 57,1 % dos transformadores são também agricultores, outros têm outras profissões como funcionário público (19%), funcionário empresa privada (4,8%), trabalhador por conta própria e empresário, ambos com 9,5% (Tabela 32). Muitos dos questionados, para além de transformação de produtos também fazem outras atividades domésticas, como: Limpeza de casa, Cozinha, Lavagem de roupa (62,5%) Limpeza de casa e cozinha (12,5%), só cozinha

(25%) e alguns ainda fazem acompanhamento dos filhos (Tabela 33). A quase totalidade destas tarefas domésticas são desempenhadas pelas mulheres.

Tabela 32- Profissão dos transformadores inquiridos

	Frequência	Percentagem
Funcionário Público	4	19,0
Funcionário empresa privada	1	4,8
Trabalhador por conta própria	2	9,5
Empresário	2	9,5
Agricultor	12	57,1
Total	21	100,0

Fonte: Autoria própria

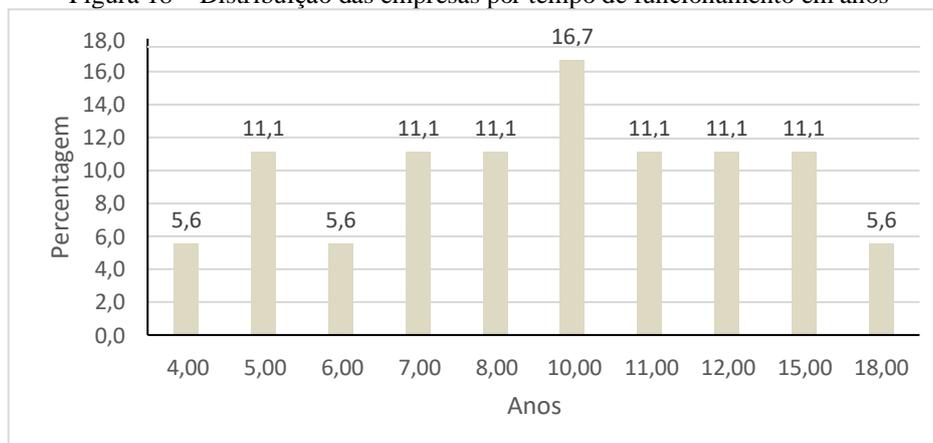
Tabela 33- Atividades Domésticas dos transformadores inquiridos por género

	Frequência	Percentagem	Homens	Mulheres
Cozinha	7	33,3	0,0	33,3
Limpeza de casa	6	28,6	0,0	28,6
Lavagem de roupa	5	23,8	0,0	23,8
Acompanhamento dos filhos	7	33,3	4,8	28,6

Fonte: Autoria própria

Os transformadores em atividade há 10 anos são o escalão mais representativo (16,7%). Os transformadores dos escalões com 5,7,8,11,12,15 anos de funcionamento representam todos 11,1% do total, e os de menor representatividade são os com 4, 6 e 18 anos de funcionamento, são 5,6% cada (Figura 18). Em termos médios, a idade de funcionamento é cerca de 10 anos. Apesar das diferenças entre homens e mulheres não ser estatisticamente significativa, verificamos que os transformadores homens (11,1 anos) exercem esta atividade há mais tempo que as mulheres (8,7 anos).

Figura 18 – Distribuição das empresas por tempo de funcionamento em anos



Fonte: Autoria própria

Dos inquiridos grande parte são únicos proprietários, cerca de 78,9%, e 15,8% pertencem a uma cooperativa (Tabela 34); têm diferentes funções, proprietário (66,7%) Chefe executivo/ Proprietário chefe executivo (ambos com 11,1%) e Proprietário Gerente com 5,6% (Tabela 35).

Tabela 34- Tipo de organização empresarial dos transformadores inquiridos

	Frequência	Porcentagem
Único proprietário	15	78,9
Cooperativa	3	15,8
Outro	1	5,3
Total	19	100,0

Fonte: Autoria própria

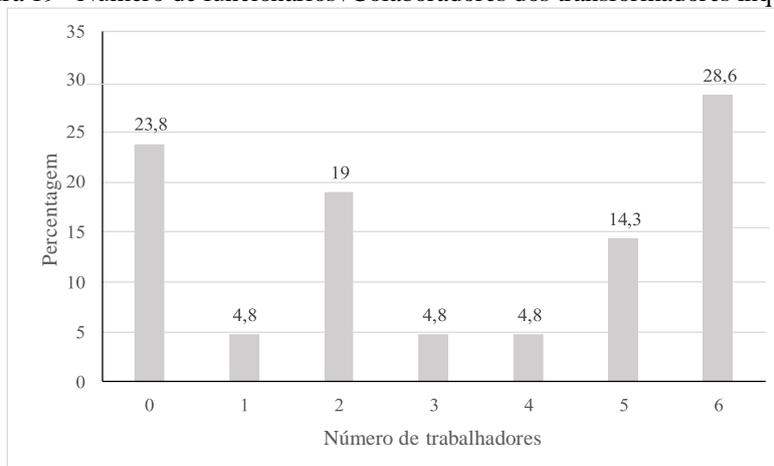
Tabela 35- Tipo de função empresarial dos transformadores inquiridos

	Frequência	Porcentagem
Proprietário	12	66,7
Chefe Executivo	2	11,1
Gerente	1	5,6
Proprietário e Chefe Executivo	2	11,1
Proprietário e Gerente	1	5,6
Total	18	100,0

Fonte: Autoria própria

Cerca de 76,2% dos respondentes têm funcionários ao serviço contra 23,8% dos que não possuem funcionários algum (Figura 19). Dos primeiros, a maior representatividade é daqueles que possuem 6 funcionários cada, cerca de 28,6% do total, seguidos pelos transformadores que têm 2, com 19%. Os que possuem 1, 3 ou 4 funcionários têm representatividade mais baixa 4,8%. Não sendo significativo, as empresas dirigidas por mulheres (3,4) apresentam em média um maior número de funcionários que as empresas dirigidas por homens (2,9).

Figura 19 –Número de funcionários /Colaboradores dos transformadores inquiridos



Fonte: Autoria própria

Relativamente a produtos transformados, pode-se constatar que há uma considerável diversidade de produtos, muitos dos inquiridos procedem a transformação de mais de um produto, com maior realce aos que transformam vários produtos (Tabela 36 e Figura 20).

Tabela 36- Frequência dos produtos transformados pelos inquiridos

Produtos	Percentagem	Produtos	Percentagem
Transformação de vários produtos	17,8	Bolos	2,2
Doces	8,9	Chás	2,2
Farinha de mandioca	8,9	Compotas	2,2
Frutas secas	8,9	Doce amendoim	2,2
Bananas secas	4,4	Doce de banana	2,2
Licor	4,4	Doce de coco	2,2
Óleo de coco	4,4	Farinha de fruta pão	2,2
Pala-pala	4,4	Farinha de milho	2,2
Gengibre em pó	2,2	Marmeladas	2,2
Açafrão em pó	2,2	Pão de abóbora	2,2
Açucrinha	2,2	Pasta de malagueta	2,2
Artesanato de folha	2,2	Sabão	2,2
Biscoitos	2,2		

Fonte: Autoria própria

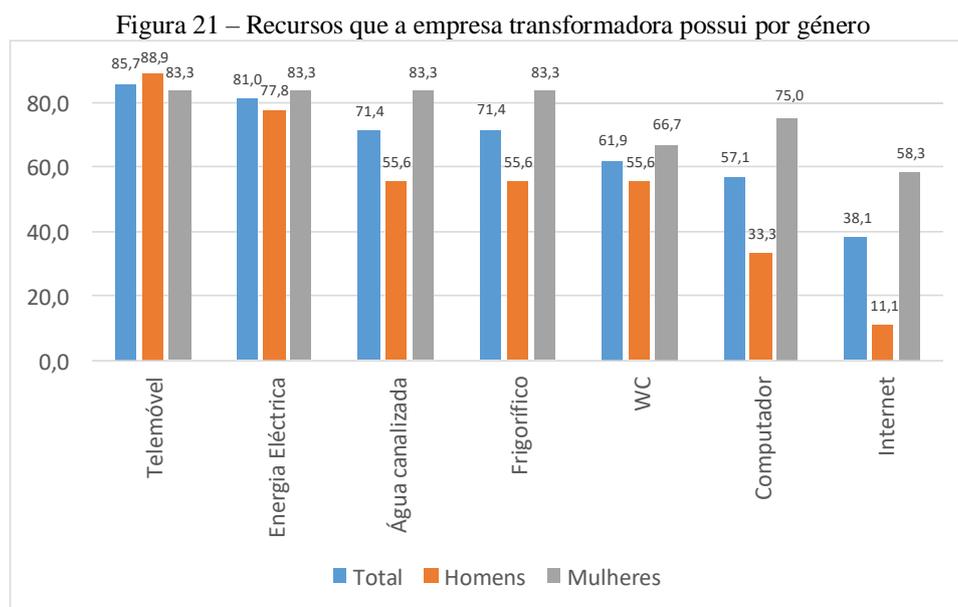
Figura 20 – Produtos Transformados



Fonte: Delícias das Ilhas

A semelhança dos agricultores, os transformadores de produtos também apresentam uma taxa elevada (85.7%) de utilização de telemóvel. Já relativamente aos outros recursos, ao contrário dos agricultores com percentagens muito baixas, os transformadores apresentam percentagens altas também a nível de outros recursos, a destacar a energia elétrica (81%), ambos água canalizada e possessão de frigorífico (71.4%). Somente a percentagem da internet é inferior a 50% (38,1%) (Figura 21)

Referindo a género, com exceção dos computadores e da internet, as diferenças nos recursos dos transformadores são bastante semelhantes entre homens e mulheres. As mulheres possuem mais computadores e mais ligação à internet, 75,0% e 58,3%, que os homens, 33,3% e 11,1% e estas diferenças são significativas com  $F=3,992$  e  $p\text{-value}=0,060$  e  $F=5,726$  e  $p\text{-value}=0,027$ , respetivamente.



Fonte: Autoria própria

Dos inquiridos, 71,4% consideram ter lucro moderado proveniente da sua atividade de transformação, outros 28,6% consideram ter pouco lucro. De notar que nenhum dos transformadores questionados mencionam ter muito lucro ou excelente, assim como nenhum considera o lucro nulo (Tabela 37). Relativamente ao género, apesar de não ser significativo os homens são mais otimistas que as mulheres.

Tabela 37- Opinião dos transformadores sobre o lucro da sua exploração por género

	Total		Homens	Mulheres
	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Pouco lucro	6	21,6	11,1	41,7
Lucro Moderado	15	71,4	88,9	58,3
Total	21	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autoria própria

### 4.3.2 Contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico dos transformadores

Relativamente a situação socioeconómica após PRIASA, dos transformadores inquiridos, 65% dos mesmos consideram que a situação melhorou e 35% consideram que a situação estabilizou. Quanto ao crescimento da comunidade, somente 36,8% dos transformadores questionados acreditam que daqui a cinco anos a sua comunidade irá crescer de maneira rápida; mais de metade dos mesmos (57,9%) acham que o crescimento será moderado; apenas 5,3% acreditam que nos próximos cinco anos a comunidade irá conhecer um crescimento lento (Tabela 38).

No que toca a género, a perceção dos transformadores homens é semelhante à dos transformadores mulheres no que à situação pós PRIASA, enquanto em relação à situação da comunidade daqui a 5 anos os homens são mais otimistas que as mulheres, crescimento moderado versus crescimento lento, com significância a 10% ( $F=3,262$  e o  $p\text{-value}=0,089$ ).

Tabela 38 – Perceção dos transformadores sobre a sua situação após o PRIASA e daqui a 5 anos

Situação após PRIASA (%)				Situação daqui a 5 anos (%)			
Escala	Total	Homens	Mulheres	Escala	Total	Homens	Mulheres
Piorou	0,0	0,0	0,0	Não há crescimento	5,3	0,0	10,0
Estabilizou	35,0	37,5	33,3	Crescimento lento	57,9	44,4	70,0
Melhorou	65,0	62,5	66,7	Crescimento moderado	36,8	55,6	20,0

Fonte: Autoria própria

Relativamente ao contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres relativamente aos transformadores, (Tabela 39), mais de 50% dos inquiridos consideram as ações relevantes (“Importante” + “muito importante”) sendo o ‘muito importante’ com muito maior percentagem em todos os itens. Os itens com maior avaliação são “Reforço de capacidades no âmbito transformação produtos agrícolas” com 71,4% Muito importante e 14,3% “Importante”; e “Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócios” também com 71,4% “Muito importante” e 9,5% “Importante”. Os que têm menor representatividade são “Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos” com 52,4% na soma do “Importante” + “Muito importante”, e o “Seguimento ações realizadas para apropriação das infraestruturas e equipamentos” também com 52,4% (Tabela 39).

Tabela 39 – Percepção dos transformadores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres

	Não sei	Muito mau	Mau	Razoável	Importante	Muito importante
Reforço capacidades âmbito transformação produtos agrícolas	0,0	0,0	0,0	14,3	14,3	<b>71,4</b>
Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócios	0,0	0,0	19,0	0,0	9,5	<b>71,4</b>
Assistência técnica aos transformadores	0,0	0,0	14,3	28,6	9,5	<b>47,6</b>
Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	4,8	0,0	19	23,8	4,8	<b>47,6</b>
Aquisição de equipamentos para transformação de produtos	0,0	0,0	4,8	38,1	9,5	<b>47,6</b>
Acompanhamento aos transformadores tornar mais autónomo e profissionais	0,0	0,0	14,3	28,6	9,5	<b>47,6</b>
Seguimento ações realizadas apropriação das infraestruturas e equipamentos	0,0	0,0	23,8	23,8	9,5	<b>42,9</b>
Reabilitação ou construção infraestruturas para transformação de produtos	4,8	9,5	9,5	4,8	9,5	<b>61,9</b>

Fonte: Autoria própria

Como indica a Tabela 40, apresentada a seguir, apesar dos homens terem opinião mais favorável em relação às mulheres em todos os itens, as diferenças são estatisticamente significantes somente para 2 itens: Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos (p-value=0,020) e Aquisição de equipamentos para transformação de produtos (p-value=0,032) (Tabela 37).

Tabela 40 – Percepção dos transformadores sobre o contributo das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Reforço capacidades âmbito transformação produtos agrícolas	4,667	<b>4,500</b>	0,247	0,625
Reforço de capacidades no âmbito de gestão de negócios	4,667	<b>4,083</b>	1,235	0,280
Assistência técnica aos transformadores	4,222	<b>3,667</b>	1,150	0,297
Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	4,556	<b>3,273</b>	6,545	<b>0,020</b>
Aquisição de equipamentos para transformação de produtos	4,556	<b>3,583</b>	5,389	<b>0,032</b>
Acompanhamento aos transformadores tornar mais autónomo e profissionais	4,222	<b>3,667</b>	1,150	0,297
Seguimento ações realizadas apropriação das infraestruturas e equipamentos	4,111	<b>3,417</b>	1,581	0,224
Reabilitação ou construção infraestruturas para transformação de produtos	4,667	<b>3,636</b>	2,738	0,115
Valor médio da percepção dos transformadores	4,138	<b>3,780</b>	0,995	0,333

Fonte: Autoria própria

No que concerne ao impacto das ações do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres, grande parte dos transformadores inquiridos não têm opinião definida sobre os aspetos relativos a transformação de produtos, habitação e equipamentos,

mobilidade nem tecnologias de informação e comunicação (Tabelas 41 a 44). Na maioria dos itens a resposta é “Não sei” e ultrapassa os 50%. A resposta com mais representação a seguir trata-se de “Estabilizou”. Em muitos dos itens, somando as classificações “Melhorou” e “Melhorou muito” as respostas não chegam aos 30%. Podemos realçar alguns aspetos em que “Melhorou” e “Melhorou muito” ultrapassam os 30%: conhecimento em gestão de negócios (33,3%); possessão de casa própria (33,3%); condições de habitação (38,1%); Telemóvel (33,3%).

Tabela 41 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à transformação de produtos

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Condições de trabalho	<b>47,6</b>	0,0	0,0	4,8	<b>23,8</b>	<b>23,8</b>
Acesso a novas tecnologias de trabalho	<b>61,9</b>	0,0	0,0	<b>19,0</b>	9,5	9,5
Acesso aos equipamentos para transformação de produtos	<b>57,1</b>	0,0	0,0	<b>23,8</b>	14,3	4,8
Conhecimento em gestão de negócios	<b>42,9</b>	0,0	0,0	<b>23,8</b>	14,3	19,0
Capacidade para transformação de produtos agrícolas	<b>28,6</b>	0,0	0,0	23,8	<b>28,6</b>	19,0

Fonte: Autoria própria

Tabela 42 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e equipamentos

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Possessão de casa própria	<b>47,6</b>	0,0	0,0	<b>19,0</b>	<b>19,0</b>	14,3
Condições de habitação	<b>52,4</b>	0,0	0,0	9,5	<b>23,8</b>	14,3
Tipo de fogão usado para cozinhar em casa	<b>52,4</b>	4,8	0,0	19,0	<b>23,8</b>	0,0
Latrina WC	<b>61,9</b>	0,0	4,8	9,5	<b>14,3</b>	9,5
Máquina de lavar	<b>81,0</b>	0,0	0,0	<b>14,3</b>	4,8	0,0

Fonte: Autoria própria

Tabela 43 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à mobilidade

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Bicicleta	<b>81,0</b>	0,0	0,0	<b>14,3</b>	4,8	0,0
Motorizada	<b>81,0</b>	0,0	0,0	<b>14,3</b>	4,8	0,0
Viatura	<b>81,0</b>	0,0	0,0	<b>14,3</b>	4,8	0,0

Fonte: Autoria própria

Tabela 44 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos às tecnologias de informação e comunicação

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Televisão	<b>66,7</b>	0,0	0,0	9,5	<b>14,3</b>	9,5
Telemóvel	<b>57,1</b>	0,0	0,0	9,5	<b>19,0</b>	14,3
Internet	<b>76,2</b>	0,0	0,0	<b>14,3</b>	4,8	4,8
computador	<b>85,7</b>	0,0	0,0	<b>9,5</b>	4,8	0,0

Fonte: Autoria própria

Relativamente às diferenças de avaliação por género, nos itens da Tabela 45, abaixo os homens apreciam de maneira mais positiva que as mulheres, embora essas diferenças não sejam estatisticamente significantes.

Tabela 45 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à transformação de produtos por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Condições de trabalho	4,429	<b>4,250</b>	0,164	0,695
Acesso a novas tecnologias de trabalho	4,200	<b>3,714</b>	0,836	0,382
Acesso aos equipamentos para transformação de produtos	3,750	3,750	-	1,000
Conhecimento em gestão de negócios	3,667	<b>3,500</b>	0,093	0,769
Capacidade para transformação de produtos agrícolas	4,143	<b>3,750</b>	0,896	0,361
Valor médio da avaliação sobre a transformação	4,138	<b>3,780</b>	0,995	0,333

Fonte: Autoria própria

Relativamente a habitação, os homens têm uma melhor apreciação com uma diferença estatisticamente significativa de 0,3% para posse de casa própria e 2% relativamente as condições de habitação. O valor médio das apreciações sobre a habitação e equipamentos são diferentes e estatisticamente significativas ( $p\text{-value} < 0,008$ ) (Tabela 46).

Tabela 46 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à habitação e equipamentos por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Possessão de casa própria	4,600	<b>3,333</b>	15,545	<b>0,003</b>
Condições de habitação	4,600	<b>3,600</b>	8,333	<b>0,020</b>
Tipo de fogão usado para cozinhar em casa	<b>3,250</b>	3,333	0,016	0,901
Latrina WC	3,750	3,750	0,000	1,000
Máquina de lavar	4,000	<b>3,000</b>	*	*
Valor médio da avaliação sobre a habitação e equipamentos	4,278	<b>3,390</b>	10,394	<b>0,008</b>

\*Os valores omissos da estatística F e p-value são devidos a uma amostra demasiado pequena.

Fonte: Autoria própria

Quanto a mobilidade verificamos diferenças nas apreciações dos homens relativamente as mulheres, no entanto essas diferenças não são estatisticamente significantes (Tabela 47).

Tabela 47 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos à mobilidade por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Bicicleta	4,000	<b>3,000</b>	*	*
Motorizada	4,000	<b>3,000</b>	*	*
Viatura	3,000	3,333	0,250	0,667
Valor médio da avaliação sobre a Mobilidade	3,667	<b>3,250</b>	0,556	0,510

\*Nota: Os valores omissos da estatística F e p-value são devidos a uma amostra demasiado pequena.

Fonte: Autoria própria

Por género, na categoria TIC, verificamos que os homens têm uma melhor apreciação que as mulheres com diferenças estatisticamente significativas relativamente a Televisão e Telemóvel (p-value=0,046) e (p-value=0,014), respetivamente. O valor médio da apreciação sobre as TIC também é estatisticamente significativo (p-value=0,016) (Tabela 48).

Tabela 48 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos às TIC por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Televisão	4,667	<b>3,500</b>	7,000	<b>0,046</b>
Telemóvel	4,750	<b>3,600</b>	10,550	<b>0,014</b>
Internet	4,000	<b>3,333</b>	0,600	0,495
computador	4,000	<b>3,000</b>	*	*
Valor médio da avaliação sobre as TIC	4,563	<b>3,583</b>	9,180	<b>0,016</b>

\*Nota: Os valores omissos da estatística F e p-value são devidos a uma amostra demasiado pequena

Fonte: Autoria própria

Concernente aos itens relativos aos aspetos gerais e globais (Tabela 49), em alguns dos itens os respondentes foram mais expressivos, tendo em conta a menor percentagem de respostas “Não sei” 23,8%; 38,1%. No entanto a soma das respostas “Melhorou e melhorou muito” somente num item tem percentagem superior aos 50%: “O seu rendimento para administrar o agregado familiar”, 52,3%. Segundo os inquiridos, o acesso ao local de trabalho melhorou 33,3%; o acesso aos cuidados básicos de saúde 38,1%; o tempo gasto nas atividades domésticas com somente 19,1%; a melhoria da situação do agregado familiar foi de 47,6% e a situação global da mulher de 42,8%.

Tabela 49 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais

Itens	Não sei	Piorou muito	Piorou	Estabilizou	Melhorou	Melhorou muito
Acesso ao local de trabalho	<b>38,1</b>	0,0	4,8	<b>23,8</b>	19,0	14,3
Acesso aos cuidados básicos de saúde	<b>57,1</b>	0,0	0,0	4,8	<b>23,8</b>	14,3
Tempo gasto nas atividades domésticas	<b>61,9</b>	0,0	4,8	14,3	<b>14,3</b>	4,8
O seu rendimento para administrar o agregado familiar	23,8	0,0	4,8	19,0	<b>33,3</b>	19,0
Situação global do agregado familiar	23,8	0,0	9,5	19,0	<b>28,6</b>	19,0
Situação global da mulher	23,8	0,0	9,5	23,8	<b>33,3</b>	9,5

Fonte: Autoria própria

Quanto ao género, nos itens relativos aos aspetos gerais e globais dos transformadores inquiridos, podemos notar que os homens apresentam apreciações mais positivas que as senhoras em todos os itens, no entanto essas diferenças não são estatisticamente significantes (Tabela 50).

Tabela 50 – Avaliação dos transformadores das ações do PRIASA nos itens relativos aos aspetos gerais e globais por género

Item	Masculino	Feminino	F	p-value
Acesso ao local de trabalho	4,000	<b>3,429</b>	1,195	0,298
Acesso aos cuidados básicos de saúde	4,333	<b>4,000</b>	0,467	0,516
Tempo gasto nas atividades domésticas	3,667	<b>3,400</b>	0,136	0,725
O seu rendimento para administrar o agregado familiar	4,286	<b>3,556</b>	3,045	<b>0,103</b>
Situação global do agregado familiar	3,875	<b>3,625</b>	0,237	0,634
Situação global da mulher	3,714	<b>3,444</b>	0,345	0,567
Valor médio da avaliação sobre aspetos gerais e globais	3,863	<b>3,608</b>	0,487	0,495

Fonte: Autoria própria

## 4.4 Discussão dos resultados

Neste ponto fazemos uma breve discussão dos resultados pelas instituições parceiras, agricultores e transformadores e por género homens e mulheres.

### 4.4.1 Instituições Parceiras

Várias instituições públicas e privadas têm trabalhado em parceria no âmbito do PRIASA, nomeadamente o CIAT, o INPG, o PNASE, a FENAPA e o Consórcio Alisei / Qua Tela, entre outras, em diferentes vertentes, que têm desenvolvido diferentes ações em benefício dos agricultores e dos transformadores de produtos agrícolas em STP. Essas ações englobam, entre muitas ações nessas diferentes vertentes, formações em diversas áreas, ateliers de sensibilização, palestras, feiras agrícolas e gastronómicas, construção e reabilitação de infraestruturas, aquisição de equipamentos, acompanhamento técnico.

Grande parte dessas ações são desenvolvidas por todas essas instituições parceiras. No entanto existem algumas especificidades que são características de algumas dessas instituições. Algumas têm as suas ações viradas mais aos agricultores, enquanto outras visam os transformadores de produtos. Há instituições responsáveis pela organização dos agricultores em associações e cooperativas, de modo a desenvolverem trabalhos em conjunto, facultando assim o acesso a apoios, neste caso do PRIASA. Também temos instituições cujas ações estão viradas para as cantineiras e alunos das escolas públicas do país. Há outras instituições governamentais que têm a responsabilidade no controlo sanitário de plantas (controlo das pragas, controlo de doenças), a análise do solo e da água, prevenindo assim os riscos de contaminação e assegurando assim a qualidade dos produtos agrícolas. Existe também uma instituição

responsável pelo seguimento das ações do PRIASA junto dos outros parceiros, de maneira a assegurar a integração das mulheres nas atividades desses mesmos parceiros.

Todas essas ações visam a melhoria das condições profissionais, técnicas, de gestão, económico-financeiras, sociais e ambientais dos agricultores e transformadores que são beneficiários do PRIASA e conseqüentemente das suas famílias e agregados.

Os apoios são disponibilizados de diversas formas aos agricultores e transformadores que por sua vez, na qualidade de beneficiários, devem aproveitar dos mesmos para melhorar e fazer desenvolver os seus negócios, e assim melhorar a sua condição de vida bem como a dos seus familiares. De acordo com as necessidades, os agricultores e transformadores recebem apoios que podem ser no âmbito de assistência técnica, apoios em equipamentos, formações, sensibilizações, apoios em reabilitação ou construção de algum empreendimento, dentre outros.

#### **4.4.2 Agricultores e transformadores**

Dos inquéritos submetidos aos agricultores e transformadores os respondentes são maioritariamente santomenses, com uma percentagem muito pequena de cabo-verdianos. Em ambas as amostras, a faixa etária predominante é a dos respondentes que possuem 34 - 44 anos, e na sua maioria, mais de setenta por cento têm uma segunda profissão. Mais de cinquenta por cento dos agricultores pertencem a uma cooperativa. Já os transformadores englobados numa cooperativa são somente quinze por cento. Em ambos os casos, isto é, quer produtores quer transformadores têm uma produção muito diversificada. O nível de ensino predominante dos agricultores é o ensino básico e aqueles que possuem alguma formação em agricultura são cerca de um terço. Já para os transformadores inquiridos, o nível de ensino predominante é a licenciatura e mais de sessenta por cento dos mesmos têm alguma formação na sua área de atividade.

Relativamente as condições que possuem no seu local de trabalho, podemos constatar que as condições variam muito de uma amostra para outra. Assim podemos verificar que as condições dos transformadores apresentam níveis mais elevados que os produtores agrícolas, com diferenças muitas vezes substanciais. Isso poderá justificar-se pela necessidade direta ou indireta de algum suporte para o desenvolvimento das atividades dos respetivos respondentes. Temos por exemplo a disponibilidade de frigorífico, com percentagens de 8,0% para agricultores e 71,4% para transformadores, uma vez que a sua disponibilidade é necessária para

o desenrolar das atividades destes últimos (conservação de frutas, produtos frescos, por exemplo). Já para os agricultores tal não é necessário, pois depois das colheitas, normalmente, os produtos são escoados de imediato para os mercados.

No entanto, este contraste também existe para outros tipos de disponibilidade de fatores, nomeadamente no caso da energia (30,7% dos agricultores contra 81% dos transformadores) da água canalizada (24% dos agricultores e 71,4% dos transformadores), da internet (agricultores 2,7% e transformadores 40%) e o computador (agricultores 0% e transformadores 57,1%), que certamente são utilizados por transformadores para melhorar as fontes de abastecimento de fatores e a gestão dos produtos dos seu negócios e que poderiam ser também utilizados para esse fim pelos agricultores se pudessem fazer o uso desses mesmos meios.

Por outro lado, o nível de ensino predominante (agricultores-ensino básico; transformadores-licenciatura), balanceando com o facto de que a agricultura é uma profissão que data de longos anos, e a transformação é uma arte mais recente, o que faz com que sejam mais propensos às novas tecnologias. No entanto, para meios mais vulgarizados, como o da disponibilidade de telemóvel, a relação já está equilibrada (agricultores 85,3% e transformadores 85,7%) pois embora fazendo parte da nova tecnologia, é um instrumento de fácil uso, preço acessível, e de consumo generalizado pela população.

No que concerne à melhoria da situação dos inquiridos após a intervenção do PRIASA, nas duas amostras, mais de 60% dos mesmos consideram que a situação melhorou, outra parte ainda considerável que a situação estabilizou. No entanto, um pequeno grupo (2,7%) considera que a situação piorou, apesar de todos os respondentes considerarem ter lucro com o negócio e mais de 70% dos respondentes de ambas as partes considerarem os lucros obtidos moderados ou elevados.

Quanto ao crescimento das respetivas comunidades daqui a cinco anos, a amostra dos agricultores apresenta uma visão mais positiva, pois 62,9% acreditam num crescimento moderado, 8,6% num crescimento rápido e os restantes acham que o crescimento será lento; já os transformadores apostam mais num crescimento lento (57,9%), com 36,8% acreditando em crescimento moderado, outros 5,3% dizem crer que não haverá crescimento algum nas suas comunidades nos próximos 5 anos.

Referindo a perceção dos questionados relativamente ao contributo do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias e das mulheres, os respondentes de ambos os inquiridos valorizam esse contributo, pois, em todos os itens, as respostas predominantes de

mais de 60% dos agricultores e mais de 50% dos transformadores foram “Importante e Muito Importante”.

Quanto ao contributo das ações do PRIASA para a melhoria da produção agrícola e da transformação de produtos, para os agricultores a resposta mais representativa foi “Melhorou”, embora o “Melhorou” somado com o “Melhorou muito” rondassem os 46%, e para os transformadores a resposta predominante foi “Não sei”, com “Melhorou somado do Melhorou muito” entre os 18 e 33%.

Relativamente a habitação, mais de 70% dos agricultores inquiridos consideram que a situação melhorou, enquanto que nos transformadores essa proporção é de apenas 35%. Em relação aos equipamentos (fogão, máquina de lavar, latrina/casa de banho) para ambas as amostras não houve grande melhoria (representatividade inferior a 25%), sendo as respostas predominantes as de “Estabilizou” e “Não sei”.

Relativamente ao efeito das ações em termos de mobilidade, mais de 55% de agricultores consideram que a disponibilidade de acesso a motorizadas e viaturas melhorou no seio das famílias agrícolas, já a bicicleta não teve a mesma resposta, por ventura por não permitir a mesma facilidade de transporte. Para os transformadores, a opinião relativamente à mobilidade não é expressiva, pois a resposta “Não sei” recebeu 80% de respostas sugerindo que a questão da mobilidade para estes está resolvida.

Também relativamente às tecnologias de informação e comunicação, os transformadores inquiridos mantiveram-se inexpressivos, enquanto que os agricultores, mais de 80%, consideram que o acesso a televisão e telemóvel melhorou bem como à internet e ao computador, com melhoria de acesso a estes mais reduzida de 63,8% e 49,2%, respetivamente.

Quanto aos outros itens como o acesso ao local de trabalho e o acesso a saúde, embora os transformadores se mantenham a proporção de resposta “Não sei” como a mais elevada, mais de 30% dos mesmos consideram que a situação melhorou. Para os agricultores respondentes cerca de 80% expressam que essa melhoria se verificou. Mais de 70% dos mesmos acreditam que a gestão do tempo nos afazeres domésticos melhorou, contra os 19% dos transformadores. No que toca ao rendimento e a situação global da família e da mulher, mais de 80% dos agricultores reconhecem que houve melhorias e cerca de 45% dos transformadores têm a mesma opinião.

#### **4.4.3 Género - homens e mulheres**

Frisando agora a questão de género, duma maneira global podemos constatar que os homens são mais otimistas relativamente ao contributo do projeto PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias, tanto na visão dos agricultores como na dos transformadores. No entanto, temos que reconhecer que em grande parte das opiniões, as diferenças não são estatisticamente significantes. Entrando em alguns detalhes, podemos destacar a questão de lucros nas respetivas empresas em que tanto os agricultores como os transformadores, de sexo masculino, têm melhor apreciação do que em relação a do sexo feminino. O mesmo constata-se nos itens relativos a contribuição do PRIASA para melhoria da situação das mulheres e das famílias, em que em alguns dos itens a diferença é significativa. Quanto a contribuição do projeto para a melhoria da produção agrícola e transformação de produtos também são os homens os que avaliam mais favoravelmente os efeitos das ações do projeto, o mesmo sucedendo para os aspetos relacionados com habitação e equipamentos, com uma diferença estatisticamente significativa no que toca a ambas as amostras. As TIC não fogem a este padrão, também com alguma significância no que concerne a televisão, o telemóvel e a internet. Relativamente aos aspetos gerais e globais também os homens são os que mais valorizam a contribuição do PRIASA, com alguma relevância relativamente ao Acesso ao local de trabalho, Acesso à saúde e a Melhoria da situação global do agregado familiar, em que a diferença é estatisticamente significativa.

Apesar da positividade dos homens na maioria dos itens podemos também verificar alguns itens com apreciação mais favorável da parte das mulheres, como o caso dos itens relativos a mobilidade em que as mulheres agricultoras apresentam melhor apreciação em comparação com os homens, mas já para os transformadores é o contrário, ou seja, são os homens que apreciam mais favoravelmente. Quanto ao nível de escolaridade, no caso dos transformadores, são as mulheres que mais se destacam, enquanto para os agricultores mais uma vez são os homens. Analisando todas essas apreciações anteriores podemos concluir que a valorização do contributo do projeto PRIASA de uma forma global, é mais relevante para os homens do que para as mulheres, mas positiva em ambos os casos.

#### **4.4.4 Novos desafios no e pós COVID19**

Toda a pesquisa e as reflexões acima, são feitas numa base de ausência deste novo desafio que é a pandemia COVID19 e que lança desafios novos e diferentes aos países e suas populações.

A pandemia do COVID19 que assola o mundo, em particular São Tomé e Príncipe, tem afetado brutalmente o mundo como nunca antes visto. Grande parte dos países enfrentam uma crise sanitária, humanitária, económica, política, entre outras, provocada por esta pandemia, embora a situação varie de país para país. Vários estudos estão sendo feitos a fim de se conhecer o impacto da pandemia em diferentes países.

Segundo a ONU (ONU News, 2020) a COVIDd19 agravou a situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade de migrantes e deslocados. De acordo com a mesma notícia o Banco Mundial espera uma queda de 14% nas remessas para países de renda baixa e média até 2021. O PAM projeta que pelo menos 33 milhões de pessoas poderão enfrentar fome devido à queda na economia.

O certo é que o panorama ainda é incerto tendo em conta que os países se têm deparado com sucessivas vagas de contaminações. Segundo ainda a ONU, o impacto socioeconómico da COVID19 é mais arrasador do que a própria doença.

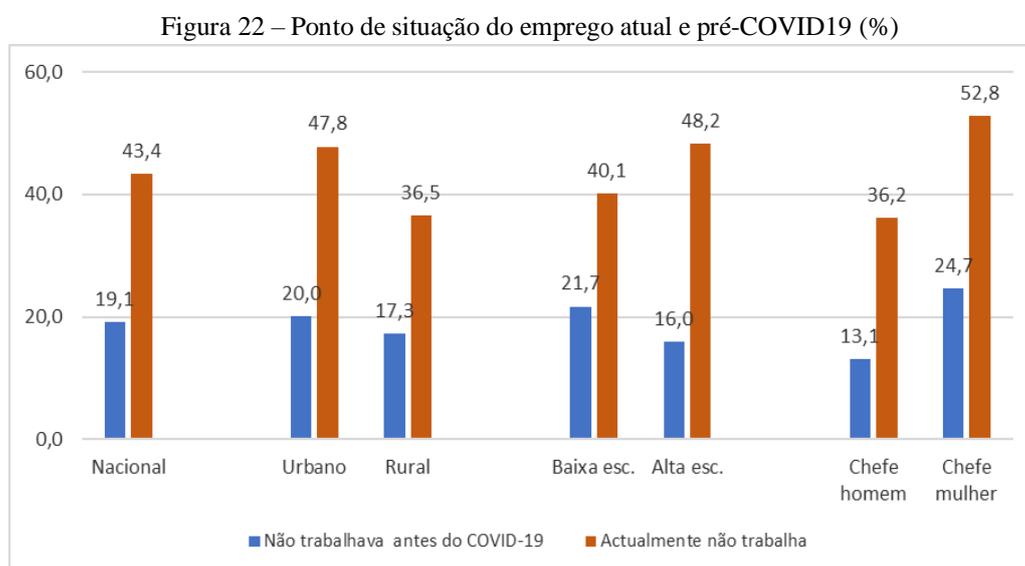
Os países em desenvolvimento poderão enfrentar um duplo desafio, o de financiar a resposta à pandemia e ao mesmo tempo evitar uma grande crise de dívida, o que poderá atrasar o progresso dos países por longos anos, rumo aos ODS.

São Tomé e Príncipe não foge a regra, embora com uma taxa de infeção mais ligeira em termos de saúde, pois até 2 de novembro de 2020, STP era o país com menor taxa de infeção em África, com um registo oficial total de 949 casos de COVID-19. No entanto, a economia do país também está sendo afetada. Além do impacto da pandemia na saúde, esta também tem impacto sobre os meios de subsistência e o bem-estar da população, particularmente em grupos mais desfavorecidos e vulneráveis, o que suscita preocupações em termos de seu impacto potencial na trajetória de desenvolvimento de STP em relação à graduação da categoria de LDC e no cumprimento dos ODS. (Agências das Nações Unidas (2020), p.11)

Ainda Segundo o Relatório ANU (2020), após vários anos de desempenho lento, esperava-se em 2020 um aumento do crescimento económico em STP, no entanto o World Economic Outlook (outubro de 2020) espera que a economia de STP contraia 6,5% em 2020. O comércio regional e global também terá um impacto fiscal significativo pelo facto de uma grande parte da receita do Governo Central ser gerada através das alfândegas. (ANU, 2020, p.13). Os sectores mais afetados são o turismo, transporte e comércio, sectores esses que dão a maior contribuição para o PIB de STP e sustentam o seu tecido socioeconómico (ANU, 2020, p.11).

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) estimou que a economia de São Tomé e Príncipe enfrente uma quebra de 34,2% na atividade económica com a redução no turismo e desequilíbrios fiscais esperados devido à COVID19 (Mundo Lusíada, 2020). Essa projeção pode ser confirmada, pois com a supressão de voos internacionais, os hotéis e os restaurantes ficaram quase todos fechados e os agricultores e transformadores que escoavam os seus produtos para essas instalações turísticas viram-se impedidos de realizarem essa atividade porque os seus clientes estavam quase todos encerrados por causa da COVID19. De notar também que o impacto da COVID-19 em viagens e turismo está a ter um impacto negativo no sector primário (agricultura, pecuária e pesca) e no sector informal, com maior alcance nos grupos mais pobres e vulneráveis, e particularmente nas mulheres que são desproporcionalmente dependentes desses sectores para subsistência ou renda salarial. (p. 13)

Um rápido inquérito foi realizado pelo INE (Figura 22) entre julho e agosto de 2020 sobre o impacto da COVID-19 cujos resultados demonstraram que durante a pandemia houve um aumento substancial do desemprego, com 43% das pessoas inquiridas a declarar que estavam desempregadas (ANU, 2020, p.13).



Fonte: Inquérito INE, Banco Mundial e ANU, 2020 (SEIA/SERP)

Tendo em conta que as cadeias de produção agrícola também estão sendo afetadas e conseqüentemente o meio rural, uma posterior pesquisa poderá incidir sobre as potenciais técnicas para a recuperação das perdas sofridas pelas famílias, principalmente as famílias rurais, e em particular as dirigidas por mulheres. Muitas das famílias rurais já se encontravam

em situação de pobreza pelo que com a atual pandemia de COVID19 a situação de muitas agravou-se ainda mais.

Bresser-Pereira, David Ricardo, Schumpeter, citados por Lote (2015, p.11), “defendem a ideia de que o desenvolvimento económico visa atender diretamente um objetivo político implicando transformações estruturais do sistema económico”. Também segundo Nelson (2002), citado por Lote, 2015, p.32), o crescimento económico pode resultar da introdução gradual de novas tecnologias associadas ao aumento da produtividade e a capacidade de produzir novos bens e serviços, ou melhorar os que já existem.

Neste panorama incerto, é necessário procurar métodos e instrumentos para utilizar de maneira a que as economias das famílias estejam protegidas caso uma nova pandemia ou outros riscos como catástrofes, inundações, secas, ou fenómenos extremos venham a assolar o país futuramente. Na abertura da reunião ministerial da 31ª Sessão da Conferencia Regional da África, 30/outubro/2020 (ONU, 2020), Qu Dongyu, diretor-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) disse que “O desenvolvimento rural e agrícola são as chaves para se vencer a luta contra a pobreza e fome no continente africano”. Ele realçou ainda as oportunidades para transformar o sistema agroalimentar africano, destacando novos empregos, decorrentes do mercado alimentar em crescimento, classe media urbana, e a rápida adoção das tecnologias digitais em particular pelos jovens” (ONU News, 2020/30/10/)

Ainda segundo Lote (2015, p.11), “*A conjuntura internacional obriga que os países encontrem soluções capazes de dar resposta a problemas que direta ou indiretamente afetam a população, como o caso das crises económicas, calamidades naturais e outros fatores naturais*”. Nesse contexto, a melhoria das técnicas de produção agrícola e de transformação de produtos agrícolas, sobretudo em grandes escalas, pode dar um contributo fundamental para garantir a sustentabilidade e a autossuficiência do país. Uma melhoria dessas técnicas de produção e transformação de produtos poderia constituir uma forma de aumentar a disponibilidade e a conservação de produtos dando uma maior garantia e conseqüentemente uma contribuição para a prevenção contra esses riscos.

Face a nova conjuntura cabe ao governo juntamente com outras entidades encontrar estratégias que possam viabilizar a economia do país de maneira sustentável e duradoura, e conseqüentemente assegurar o bem-estar da população.

## Capítulo 5 – Considerações Finais

Neste último capítulo começamos por referir as conclusões da investigação realizada sobre os beneficiários do programa PRIASA, enumeramos algumas recomendações, salientamos as limitações do estudo e acabamos olhando para o futuro com a proposta de desenvolvimento desta e de lançamento de novas pesquisas.

### 5.1. Conclusões

Como dizia Marc (2010, p.193) a avaliação dos projetos de desenvolvimento agrícola tem por objetivo comparar as vantagens e as inconveniências da sua execução e a mesma deve permitir ao político escolher os projetos a executar, ou rejeitar aqueles que parecem menos vantajosos para a sociedade. Segundo ainda o autor, a avaliação também deve permitir que se compare as variantes eventuais de um mesmo projeto, podendo assim ajudar na continuidade do projeto e na formulação das intervenções a serem empreendidas nos planos técnico, econômico e organizacional do projeto.

O Projeto PRIASA II é estrategicamente relevante para os objetivos de desenvolvimento de STP.

Acreditamos que pelo facto deste projeto ter tido o privilégio de ter como base o PRIASA I, permitiu que fosse elaborado uma avaliação exaustiva sobre as fraquezas e oportunidades constatadas no mesmo de forma a as corrigir no PRIASAII tornando-o mais eficiente e eficaz. Segundo relatos que obtivemos dos parceiros, a sua programação foi fruto de um processo participativo e inclusivo e o fruto deste processo está a ser colhido pela visível e efetiva apropriação dos seus destinatários.

Após a programação, a fase de implementação também foi fundamental para aferir a real apropriação, e no caso deste projeto tornou-se claro que o seu processo de elaboração teria cumprido os requisitos internacionais e a sua implementação revelou estar em harmonia com as reais necessidades da população.

Os resultados constatados, nos permite contrariar alguns sépticos que chegam a pôr em causa a pertinência e a eficácia do conceito sobre a teoria das Ajudas Publicas ao Desenvolvimento. O objetivo final deste trabalho é de perceber o quanto a intervenção do projeto PRIASA mudou e melhorou a vida de cada agricultor e de cada transformador, bem como as mudanças registadas nos seus seios familiares, e também nas suas comunidades. Desde uma simples mudança visual de um indivíduo, mudança comportamental, até as grandes obras como a

melhoria das habitações, das estradas, dos centros de venda, dos postos de saúde, que são reflexos dos avanços nas comunidades.

Para este trabalho especificamente foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os relatórios de execução e avaliação do PRIASA;

Identificar no âmbito do PRIASA as ações destinadas à produção e transformação dos produtos agrícolas;

- Selecionar um conjunto de agregados familiares que tenham beneficiado direta ou indiretamente das ações do PRIASA;

- Elaborar um questionário dirigido aos agregados familiares que permita uma avaliação das ações do PRIASA em termos de desenvolvimento socioeconómico; e

- Identificar as mais valias do projeto PRIASA e os aspetos a melhorar em novos programas e políticas destinados aos agregados familiares rurais e em particular aos agregados comandados por mulheres.

Como o trabalho tem por âmbito a avaliação dos efeitos das ações do projeto PRIASA no âmbito da produção e transformação dos produtos agrícolas, começou-se por analisar em detalhe o relatório de execução e de avaliação do PRIASA no intuito de buscar informações relativamente à execução do projeto em São Tomé e Príncipe, o que está previsto no relatório, para posteriormente fazer uma comparação no terreno de forma a poder constatar como os beneficiários alvos avaliam o impacto sentido com essa intervenção. Por exemplo, Marc (2010, p.313) diz que convém, com efeito, fazer do acompanhamento-avaliação um verdadeiro instrumento de ajuda, em intervalos mais ou menos regulares, de modo a ajudar na tomada de decisão dos executores do projeto, bem como dos parceiros que apoiam na implementação do projeto rumo aos objetivos preconizados.

Para o efeito, foram identificadas várias áreas de intervenção do PRIASA, com ações diversificadas que compreendem reabilitações, construções, aquisições de equipamentos, formações, entre outras.

Junto das principais instituições parceiras do PRIASA foram realizadas entrevistas presenciais. Para os agricultores e transformadores de produtos afetados direta ou indiretamente por essas ações, foram elaborados inquéritos que foram submetidos aos beneficiários que se disponibilizaram para o seu preenchimento, de forma a se perceber o impacto dessas ações junto aos mesmos e no seio das suas famílias e conseqüentemente no das suas comunidades, e o contributo das mesmas para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Através da análise minuciosa das entrevistas feitas junto as instituições e também dos inquéritos submetidos aos agricultores e transformadores de produtos, pode-se constatar que, de forma global, as ações do PRIASA tiveram impacto positivo no seio do/as beneficiário/as e consequentemente no desenvolvimento socioeconómico do próprio país, tendo em conta as melhorias relatadas ao longo das entrevistas e dos questionários.

Assim, conclui-se que o PRIASA, enquanto projeto integrado de um conjunto de ações, sejam elas em jeito de formações, fornecimento de equipamentos, reabilitação de infraestruturas, ou outras, tem tido reflexos muito positivo na sociedade são-tomense, gerando mudanças positivas no seio da população. Este tipo de projeto tem tido um papel preponderante no processo de desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais, consequentemente dos agregados familiares e das comunidades e em particular das mulheres. Atualmente apercebe-se um esforço tanto por parte dos homens como das mulheres em assumir o seu próprio negócio, seja no processo de produção como no processo de transformação de produtos agrícolas. Este sector tem por isso contribuído para a diminuição do desemprego no país, visto que alberga um número considerável de pessoas que têm a agricultura ou a transformação de produtos como a sua fonte de rendimento. A família aproveita a sua produção para o seu próprio sustento e outra grande parte da produção é comercializada, o que vai colmatar outras necessidades familiares, muitas vezes as mais urgentes.

São Tomé e Príncipe, é um pequeno estado pobre e insular e está provado que na ausência de um “boom” económico motivado pela descoberta de algum minério ou um “boom” no setor turístico e a exploração racional, marcada por boa governação e a correta utilização dos recursos provenientes do possível “boom” económico, o seu desenvolvimento irá inquestionavelmente continuar a depender da ajuda pública ao desenvolvimento. Daí que pensamos que pelos resultados obtidos pelos agricultores e os transformadores de São Tomé e Príncipe, graças ao Projeto PRIASA II, este facto deveria ser um assunto a ser estudado e enaltecido porque é um exemplo palpável de sucesso das Ajudas Públicas ao desenvolvimento num pequeno país pobre e insular.

Em resumo, podemos dizer que após este longo trajeto de pesquisa que conduzimos, atingimos todos os nossos objetivos específicos e assim o nosso objetivo geral, assim como respondemos à questão de investigação “O projeto PRIASA II deu um contributo positivo para o bem-estar

dos agregados familiares que se dedicam à agricultura e à transformação dos produtos agrícolas, com especial enfoque nas mulheres” de forma clara e afirmativa.

## **5.2. Recomendações do estudo**

Como consequência desta investigação podemos dizer que as nossas principais recomendações para todas as entidades e beneficiários do projeto são:

- Estimular investimentos na agricultura e na agroindústria que proporcionem uma economia sustentável e duradoura;
- Conceber políticas que gerem oportunidades de negócios à população mais vulnerável, em particular às populações rurais e às mulheres;
- Criar e/ou melhorar infraestruturas para armazenamento dos produtos agrícolas;
- Melhorar o sistema de escoamento de produtos agrícolas e transformados;
- Estimular a produção bem como a transformação de produtos com escalas;
- Incentivar a criação de negócios de serviços de apoio à agricultura;
- Reforçar os programas de microcréditos de modo a abranger maior número de necessitados;
- Promover a diversificação da produção de produtos agrícolas;
- Incentivar o empreendedorismo feminino;
- Incentivar a classe mais vulnerável, em particular as mulheres para a criação de empresas inovadoras de produção e transformação de produtos;
- Atrair mais ajudas públicas ao investimento para os sectores de agricultura e transformação.

## **5.3. Limitações do estudo**

A investigação foi prosseguida procurando obter informações e dados pertinentes que pudessem ajudar na elaboração do trabalho e na efetivação das metas preconizadas, isto é, de maneira a compreender a interação entre o projeto PRIASA, os parceiros e os beneficiários do projeto, até que ponto esses apoios contribuem para o bem-estar da sociedade e o desenvolvimento das famílias e por conseguinte do país.

Os questionários foram elaborados no intuito de apoiar a alcançar os objetivos previstos, através de recolha de informações. Durante a recolha de informações no terreno houve constrangimentos que procuramos ultrapassar, constrangimentos esses, tais como, a não resposta a certas questões, tempo muito longo para devolução dos questionários preenchidos, ou pura e simplesmente a não resposta ao questionário, entre outras questões, que muitas vezes fazem parte do processo de teste e de recolha dos dados dos inquiridos.

É certo que a investigação não cobriu todas as áreas que poderiam ser exploradas relativamente ao tema em questão, no entanto, é de acreditar que uma posterior investigação poderá abarcar outras componentes pertinentes relativas ao mesmo tema.

#### **5.4. Pesquisa Futura**

Como resultado desta pesquisa podemos enumerar um conjunto de aspetos que poderão ser desenvolvidos em pesquisas futuras tais como:

- Aprofundamento do efeito dos aspetos relativos ao género nas diferentes comunidades e no seu bem-estar;
- Encontrar e testar soluções que sejam sustentáveis para a melhoria do bem-estar dos agregados rurais e urbanos;
- Estabelecer uma estratégia de apoio aos agregados familiares em situações de crise como a que vivemos no presente, a da COVID 19;
- Estimular a transformação de produtos em grande escala e identificar soluções de conservação dos mesmos como garantia de prevenção contra os possíveis riscos;
- Identificar soluções para a Melhoria das técnicas de produção e de transformação de produtos agrícolas afim de garantir a sustentabilidade e a autossuficiência do país; e
- Implementar políticas que favoreçam o empreendedorismo feminino nas comunidades rurais e maior participação num mercado global cada vez mais competitivo.

## Bibliografia

Agências das Nações Unidas & Parceiros nacionais. (2010). *Plan cadre des nations unies pour l'aide au développement (UNDAF) 2012 – 2016*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Sistema das Nações Unidas

Agências das Nações Unidas & Parceiros nacionais. (2016). *Plano-quadro das nações unidas para assistência ao desenvolvimento na ótica de um desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável em São Tomé e Príncipe – UNDAF 2017 – 2021*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Sistema das Nações Unidas

Agências das Nações Unidas (2020). *Avaliação de Impacto Socioeconómico (SEIA) e Plano de Resposta Socioeconómica (SERP) à COVID19*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Sistema das Nações Unidas

Agência fiduciária de administração de projetos, Ministério das Finanças. (2020). São Tomé, São Tomé e Príncipe. Disponível em <https://www.afap.st/>.

Banque Africaine de Développement / Fond Africain de Développement. (2015). *Projet de réhabilitation des infrastructures d'appui à la sécurité alimentaire-projet II (PRIASA II) – Rapport d'évaluation (ADB/ADF/BD/WP/2015/73)*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Groupe BA

Bardin, L. (2004) *Análise de conteúdo*. Lisboa Edições 70 (3ªed). Lisboa, Portugal

Bresser-Pereira, L. C. (2008). *Crescimento e desenvolvimento económico*. Acesso: 21 de Dezembro de 2019. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento>

CEDAW (2013, Março). *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979)* Disponível em [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)

Chandra Y. (2019, Abril 11) A ajuda pública ao desenvolvimento apoia sectores esquecidos. *Agence Française de Développement*. Disponível em <https://www.afd.fr/pt/actualites/8-coisas-saber-sobre-ajuda-publica-ao-desenvolvimento>

Comissão da União Africana / Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2018). *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: crescimento, emprego e desigualdades*. Adis Ababa, OECD Publishing (Originally published by the OECD in English under the title Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities 2018).

Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Artigo 15ª, *Princípios de igualdade* (act 2003) São Tomé, São Tomé e Príncipe: Assembleia Nacional

Direção Geral de Ambiente e a Direção Geral de Planeamento. (2017). *Plano multisectorial de investimentos para integrar a resiliência às alterações climáticas e o risco de desastres na gestão da zona costeira de São Tomé e Príncipe*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Duflo, E. (2012). Women empowerment and economic development. *Journal of Economic Literature*, 50(4), 1051-1059.

Duflo, E., Lori, B. Raghavendra C., Rohini, P., Petia T. (2009). Powerful women: does exposure reduce bias? *The Quarterly Journal of Economics*, 124(4), 1497-1540.

Ellis, F. (1993) *Agricultural policies in developing countries*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ellis, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University

Ferreira, P. (2014) *A ajuda ao desenvolvimento: revisão do conceito e novas abordagens*. México. Instituto Marquês de Valle Flor

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2017, December 07) *Estudo de caracterização da agricultura familiar nos países da CPLP*. Centro Profissional Brasil, São Tomé: FAO STP. Disponível em <http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/en/c/1072060/>

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2019, January 14) *O desemprego em São Tomé e Príncipe é um dos mais elevados da África Central*. FAO em São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/en/c/1181260/>

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2020). Relatório da FAO. Disponível em <http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/en/c/1364881/>

Fortin, MF. (1999) *O processo de investigação*. Lisboa, Portugal: Lusociência Loures

Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (FISAS) (2019). Idanha-a-Nova, Portugal.

Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, (2001). Havana, Cuba. Disponível em <http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Gabinete do Ordenador Nacional/Fundo Europeu para Desenvolvimento (2020). Escritório do GAON/FED. São Tomé, São Tomé e Príncipe.

Gwen, S., Soraya G. & Fergus M. (2006). *Desenvolvimento económico local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento económico local e planos de ação*. Bertelsmann Stifund, Gütersloh; Banco Mundial (BIRD), Washington, DC. Disponível em <http://www.worldbank.org/urban/led>

Henriques, P. D. (2018). *Principais políticas de desenvolvimento rural e agrícola e respetivos instrumentos*. Apontamentos da disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural e Agrícola. Évora, Portugal

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (2003) *Género no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais*. Seminário Internacional - Documento-Síntese. Brasil,

Inocência, S. (2020, Mars 07). Mulheres ao poder nos PALOP. DW. Disponível em <https://p.dw.com/p/3Z1pu>

Instituto Nacional de Estatística. (2010) *Inquérito orçamento familiar 2010*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *IV Recenseamento geral da população e da habitação 2012 (IV RGPH 2012)*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Produto Interno Bruto de STP*, Portal do INE 2017, São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Inquérito orçamento familiar 2017*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Instituto Nacional para Promoção de Género. (2017) *Perfil de género na agricultura e no desenvolvimento rural*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Perfil da Pobreza com base no inquérito de orçamento familiar de 2017*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Lote, E. (2015). *Empresas agrícolas e desenvolvimento económico: potencialidades da província do Huambo. Dissertação de Mestrado em Gestão*. Universidade Portucalense, Huambo, Angola.

LUSA, (2018, setembro). São Tomé e Príncipe sobe em avaliação de desenvolvimento humano da ONU. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/sao-tome-e-principe-sobe-em-avaliacao-de-desenvolvimento-humano-da-onu-9846165.html>

Malhotra, N. & Birks, D. (2007). *Marketing research - An applied approach* (2nd ed.). England: Prentice Hall

Marc, D (2010). *Projetos de desenvolvimento agrícola* (2ª ed) Bahia, Brasil: Universidade Federal da Bahia.

Matos, A. & Portilla, M. (2003). *Género no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais*. Brasil: IICA

Mellor, J. W. (1966). *The economics of agricultural development*. Cornell University Press.

Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o Banco Africano de Desenvolvimento. (2015). *Projet de rehabilitation des infrastructures d' appui à la securité alimentaire - rapport d'impact*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Ministério de Economia e da Cooperação Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2016). *Avaliação conjunta do programa indicativo de cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe (2012- 2015)*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Ministério de Plano e Finanças. (2007). *Relatório de Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2004) *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Brasília, Brasil

Ministério do Plano e Desenvolvimento. (Março 2012). *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II - 2012-2016*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Nações Unidas. (2020, June 09). Alerta para impactos da pandemia na segurança alimentar. *ONU NEWS*. Disponível em <https://unric.org/pt/onu-alerta-para-impactos-da-pandemia-na-seguranca-alime>

Nações Unidas (2017). Princípios de empoderamento das mulheres, pacto global rede Brasil. *ONU Mulheres*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp>

Nações Unidas (2020). África tem potencial para vencer batalha contra a pobreza e fome -

31ª Sessão da Conferencia Regional da África, 30/Outubro/2020, Vídeo conferência organizada pelo governo do Zimbabué. *ONU News*. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1731282>

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura - Parlamento Latinoamericano y Caribeño. (2017). *Ley modelo de agricultura familiar*. Santiago

Paradl, L; Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação Social*. Porto: Areal Editores

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2014). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe 2014*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: PNUD STP

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2018). *Relatório global do programa das nações unidas para o desenvolvimento*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: PNUD STP

Redação Mundo Lusíada (2020, Março 17). Impacto econômico é desproporcional na África, segundo Nações Unidas. *Mundo Lusíada* Disponível em <https://www.mundolusiada.com.br/economia/impacto-economico-e-desproporcional-na-africa-segundo-nacoes-unidas>

República Democrática de São Tomé e Príncipe. (2014). *Terceiro relatório nacional dos objetivos do milénio*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

República Democrática de São Tomé e Príncipe. (2018). *Revisão estratégica “FOME ZERO” – horizonte 2030 – relatório final*. São Tomé, São Tomé e Príncipe: Governo STP

Ribeiro, N. (2011). *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento*. Lisboa, Portugal: Plataforma Portuguesa das ONGD

Rosa, G. (2018). *Empoderamento feminino e desenvolvimento: uma análise para o Brasil*. (Trabalho de dissertação não publicado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Thurlow, J. (2008). *Agricultural Growth Options for Poverty Reduction in Mozambique: Preliminary Report Prepared for Mozambique's Ministry of the Agriculture and Strategic Analysis and Knowledge Support System (SAKSS)*. ReSAKSS Working Paper No. 20.

Soares, C. (2013) *O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos*. Revistas Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, Brasil

Upton, M. (1996). *The economics of tropical farming systems*. London, Cambridge University Press.

World Bank (2016). *STP Overview*, The world bank in São Tome and Principe. Disponível em <https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog>

*World Economic Outlook*. (2020, Outubro) São Tomé and Príncipe Economic outlook. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/country/saotome/overview>

## **Webgrafia**

<http://www.actualitix.com>

<https://www.afd.fr/pt/actualites/8-coisas-saber-sobre-ajuda-publica-ao-desenvolvimento>

<http://www.dw.com>

<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf>>.

<http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/en/c/1072060/>

<http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/en/c/1181260/>

<http://www.oecd.org/dac/stats>

<http://www.onumulheres.org.br/wp>

[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)

<http://www.onumulheres.org.br>:

<http://www.worldbank.org/urban/led>

<https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt>

<https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog>

<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1731282>

<https://p.dw.com/p/3Z1pu> - Mulheres ao poder nos PALOP

<https://unric.org/pt/onu-alerta-para-impactos-da-pandemia-na-seguranca-alime>

<https://www.afdb.org/en> Portal BAD -

<https://www.dn.pt/lusa/sao-tome-e-principe-sobe-em-avaliacao-de-desenvolvimento-humano-da-onu-9846165.html>

<https://www.mundolusiada.com.br/economia/impacto-economico-e-desproporcional-na-africa-segundo-nacoes-unidas>

<https://www.worldbank.org/en/country/saotome/overview>

## Anexo 1- Entrevistas semiestruturadas

### CIAT

1 – *Tempo de trabalho em parceria com PRIASA (anos/meses)?*

Início do PRIASA I

2 - *Ações feitas no âmbito da transformação e comercialização de produtos*

- *Formação - Reabilitação - Construção - Outras*

- Aquisição de equipamentos para laboratório

- Aquisição de estufas

- Aquisição de secadores para análise de curvas de secagem para posterior divulgação aos agricultores

- Formação na área de controlo de plantas

    Fitopatologia - controlo de doenças (fungos, bactérias)

    Entomologia - controlo de pragas (insetos)

    Agroquímica – análise do solo, água, ...

- Serviço de apoio e informação sobre novas técnicas de produção

- Efeito de mudas de plantas e fornecimento das mesmas aos agricultores

3- *Objetivos fundamentais a alcançar em cada ação realizada*

- Assegurar a qualidade dos produtos de origem vegetal que entram no país e alguns que saem do país

- Controlar as sementes que entram no país (geminção, fitopatologia, ...)

- Aumentar a capacidade de cultivo

- Prevenir os riscos de contaminação de produtos e as medidas para colmatá-los

4 - *Alvos / beneficiários dessas ações – mulheres? / - agregados familiares? /*

- *Associações? Outras*

Agricultores em geral;

Consumidores dos produtos

Importadores de produtos de origem vegetal

5 – *Critérios de seleção*

Sem critério de seleção

6 - *Que melhorias foram registadas / Contribuição dessa(s) ações. Produção e segurança alimentar; armazenamento e autoconsumo... Contribuição em termos do papel das mulheres e das condições socioeconómicas dos seus agregados Antes / Depois - Mudanças: comportamento / condição económica/ ...social: melhoria das condições de vida...saúde, transportes e diminuição dos custos, ...equipamentos a que passaram a ter acesso, melhoramentos em habitação, Melhoramento de acesso ao local de trabalho, ...*

- Produtos de origem vegetal que dão entrada no país mais controlados

- Produtos com maior qualidade

- Diminuição de riscos de pragas e doenças de planta

- Qualidade na secagem de produtos

### **FENAPA (Federação Nacional de Pequenos Agricultores):**

A FENAPA Pertence ao Comité de Pilotagem do PRIASA do qual também faz parte o FONG, A Direção do Orçamento, Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Agricultura.

FENAPA é o Órgão que aprova o orçamento para as instituições parceiras do PRIASA no âmbito da agricultura.

*1 - Ações que foram feitas no âmbito da transformação e comercialização de produtos*  
*- Formação - Reabilitação - Construção - Outras*

Criação de Associações

Formação de agricultores

Palestras de Sensibilização aos agricultores

Feiras agrícolas

*2 - Alvos / beneficiários dessas ações - mulheres / agregados familiares*

Cooperativas; Associações; Pessoas Individuais

*3 - Que melhorias foram registadas / Contribuição dessa(s) ações.*

Melhorias habitacionais

Alargamento do negócio

Maior poder de compra

*4 - Critérios de seleção*

Quota em dia

Apresentação da comunidade no que refere a higiene / limpeza

Participação em reuniões

Iniciativas anteriores

Não propenso ao roubo

*4 - Contribuição em termos do papel dessas mulheres e das condições socioeconómicas dos seus agregados*

*Antes / Depois - Mudanças: comportamento / condição económica/ ...*

Trabalho em cooperativas

Melhorias habitacionais

Diminuição do consumo de álcool

### **INPG (Instituto Nacional para Promoção de Género)**

*1 - Ações que foram feitas no âmbito da transformação e comercialização de produtos*

*- Formação - Reabilitação - Construção - Outras*

- Seguimento e avaliação dos outros parceiros do PRIASA de maneira a assegurar a integração das mulheres nas atividades

- Formação para transformadores/as de produtos

- Palestras de Sensibilização as transformadoras de produtos

- Workshop de transformação de produtos

- Feiras gastronómicas

- Feiras de exposição

- Estudo - género na agricultura

*2 - Alvos / beneficiários dessas ações - mulheres / agregados familiares*

Cooperativas; Associações; Pessoas Individuais

*3- Objetivos fundamentais a alcançar em cada ação realizada*

Assegurar a integração de mulheres na agricultura e na atividade de transformação de produtos;

Promover o empoderamento da mulher;

*4 - Que melhorias foram registadas / Contribuição dessa(s) ações.*

- Mais mulheres a trabalhar

- Mais mulheres ativas

- Alargamento do negócio

- Maior poder de compra (Telemóveis, vestuários, festas, ...)

*5 - Critérios de seleção*

- Todas as Instituições em parceria com PRIASA que trabalham com agricultores/as e transformadores/as de produtos

6 - *Contribuição em termos do papel dessas mulheres e das condições socioeconômicos dos seus agregados*

*Antes / Depois - Mudanças: comportamento / condição econômica/ ...*

- Trabalho em cooperativas ou associações
- Mais assistência aos filhos (Melhor apresentação, ...)
- Diminuição do consumo de álcool

### **PNASE (Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar)**

1 – *Tempo de trabalho em parceria com PRIASA (anos/meses)?*

Parceria feita em 2016, início das atividades em 2017

2 - *Ações feitas no âmbito da transformação e comercialização de produtos*

- *Formação - Reabilitação - Construção - Outras*
- Construção e reabilitação de cantinas escolares
- Aquisição de automóveis para transporte de produtos para as escolas
- Aquisição de utensílios para uso nas cantinas (panelas, fogões, pratos, ...)
- Aquisição de equipamentos para o escritório PNASE (computadores, Laptops, máquinas fotográficas, ...)
- Formação de cantineiras em termos de nutrição, horto escolar, confeição de alimentos, higiene, ...)
- Palestras para alunos
- Acompanhamento/ vistoria as cantinas

3- *Objetivos fundamentais a alcançar em cada ação realizada*

- Complementar as necessidades nutricionais dos alunos para melhor aproveitamento escolar
- Garantir um prato quente aos alunos
- Melhorar a segurança nutricional dos alimentos
- Diminuir a má-nutrição, anemia nos alunos
- Promover produtos locais

4 - *Alvos / beneficiários dessas ações – mulheres? / - agregados familiares? /*

*- Associações? Outras*

Cantineiras e alunos da Pré-escolar e Ensino básico (escolas públicas)

5 – *Critérios de seleção*

Escolas públicas do nível pré-escolar e ensino básico

6 - *Que melhorias foram registadas / Contribuição dessa(s) ações. Produção e segurança alimentar; armazenamento e autoconsumo... Contribuição em termos do papel das mulheres e das condições socioeconômicas dos seus agregados*

*Antes / Depois - Mudanças: comportamento / condição econômica/ ...social: melhoria das condições de vida...saúde, transportes e diminuição dos custos, ...equipamentos a que passaram a ter acesso, melhoramentos em habitação, Melhoramento de acesso ao local de trabalho, ...*

- Pratos mais equilibrados em termos de propriedades nutricionais nas respetivas escolas
- Utilização de produtos locais para confeição dos pratos
- Cantinas mais equipadas

### **Consórcio Alisei / Qua Tela:**

1 - *Ações que foram feitas no âmbito da transformação e comercialização de produtos*

*- Formação - Reabilitação - Construção - Outras*

Infraestruturas: Construção de pequenas unidades (Coparticipação de alguns beneficiários em termos de materiais de construção)

Formação dos transformadores (transformação de produtos, gestão, marketing - teórica e prática)

Formação de produtores (Garantir a qualidade dos produtos)

Sensibilização

Acompanhamento Técnico (Sugestões de melhoria na apresentação, embalagem, publicitação dos produtos)

Em breve – Aquisição, pelo PRIASA, de equipamentos para transformação de produtos (com a coparticipação dos beneficiários- garantindo o empenho dos mesmos tendo em conta o esforço)

*2 - Alvos / beneficiários dessas ações - mulheres / agregados familiares*

Cooperativas; Associações; Agregados Familiares; Pessoas Individuais

*3 – Que melhorias foram registadas / Contribuição dessa(s) ações.*

Alargamento de infraestrutura

Enquadramento de colaboradores / trabalhadores

Aumento do volume de negócio

Exportação dos produtos (somente alguns)

Fabricação de equipamentos de transformação para venda

*4 – Critérios de seleção*

Pessoas / associações / cooperativas – cm alguma iniciativa; com a apresentação de um produto e com dificuldades de concretizar o negócio

*5 - Contribuição em termos do papel dessas mulheres e das condições socioeconómicos dos seus agregados*

Antes / Depois - Mudanças: comportamento / condição económica/ ...

## Anexo 2- Questionário Transformadores de Produtos



### Questionário sobre as Ações do PRIASA

Este questionário destina-se à realização de uma Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas - Agronegócio, na Universidade de Évora, e tem como objetivo **Avaliar a contribuição das ações de transformação e comercialização de produtos agrícolas no âmbito do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias, em particular as mulheres.**

As respostas a este inquérito são confidenciais, destinando-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste trabalho. Na tese serão incluídas apenas resultados globais. A sua participação é fundamental para o sucesso do trabalho.

Por isso, agradecemos desde já a sua colaboração!

Este questionário leva cerca de 15 minutos a responder.

Gostaríamos de salientar que não existem respostas certas ou erradas às questões colocadas, estamos interessados acima de tudo na sua opinião.

Por favor leia com atenção as questões abaixo e as instruções de resposta.

Coloque uma cruz na(s) opção(ões) de resposta que melhor refletem a sua resposta.

### I Parte – Questões de Caracterização do Respondente

Como mencionado inicialmente neste questionário, as suas respostas são confidenciais e anónimas. Assim, e apenas para fins de caracterização dos participantes, gostaríamos que respondesse a algumas questões sobre si. *Por favor, marque com **uma cruz(X)** a opção que melhor reflete a sua situação.*

#### Q 1 – Nacionalidade:

- a) São-tomense       b) Outra  \_\_\_\_\_

#### Q 2 – Sexo:

- a) Masculino       b) Feminino

#### Q 3 –

#### Idade:

- a) Menos de 18 anos       d) 35 a 44 anos       g) Mais de 64 anos   
b) 18 a 24 anos       e) 45 a 54 anos   
c) 25 a 34 anos       f) 55 a 64 anos

#### Q 4 – Estado Civil:

- a) Solteiro       d) Divorciado   
b) Casado       e) Viúvo   
c) União de facto

#### Q 5 – Local:

- a) Água Grande       d) Lembá       g) Príncipe   
b) Cantagalo       e) Lobata

c) Caué

f) Mé-zochi

**Q 6 – Nível de Escolaridade:**

a) Não frequentou a escola

b) Ensino pré-escolar

c) Ensino básico (até 6º ano)

**Q 7 –  
Tem**

d) 1º ciclo do ensino secundário (até 9º ano)

e) 2º ciclo do ensino secundário (até 12º ano)

f) Ensino médio/ profissionalizante

g) Licenciatura

h) Pós-graduação/ Mestrado/ Doutoramento

**estudos em agricultura / Produção-transformação alimentar / nutrição?**

a) Sim

b) Não

Quais? \_\_\_\_\_

**Q 8 – Qual é a sua situação profissional?**

a) Estudante

b) Funcionário Público

c) Funcionário empresa privada

d) Trabalhador/a por conta própria

e) Doméstica

f) Empresário/a

g) Reformado / Pensionista

h) Desempregado/a

i) Empregado/a Doméstico/a

j) Transformador/a

**Q 9 – Que atividades domésticas e produtivas pratica no agregado familiar**

**II** a) Limpeza de casa

b) Cozinha

c) Lavagem de roupas

d) Acompanhamento dos filhos

e) Produção agrícola

f) Transformação de produtos

g) Venda de produtos agrícolas

h) Venda de produtos transformados

**Parte – Questões de Caracterização da Organização**

**Q 10 – Há quanto tempo a sua empresa / o seu negócio está funcionando (anos)?**

**Q 11- Qual a estrutura organizacional da sua empresa / do seu negócio?**

a) Parceria

b) Único proprietário

c) Cooperativa

d) Outro  Favor especificar) \_\_\_\_\_

**Q 12 – Qual a sua função na empresa / no negócio**

a) Proprietário/a

- b) Chefe Executivo/Diretor/a
- c) Gerente /Financeiro/a,  
Marketing, pessoal)
- d) Outra? Qual

**Q 13 Quais as suas atividades principais: produtos/serviços?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Q 14- Quantas pessoas emprega atualmente? (Circule a resposta)**

0 1 2 3 4 5 Mais

**Q 15- Quais destes meios possui na sua empresa / no seu local de trabalho:**

- a) Energia elétrica
- b) Água canalizada
- c) W.C.
- d) Frigorífico
- e) Telemóvel
- f) Computador
- g) Internet

**Q 16- Como considera o seu lucro na empresa / no negócio:**

- a) Excelente
- b) Muito
- c) Moderado
- d) Pouco
- e) Nulo

**Q 17- O que acha da sua situação financeira após a implementação do negócio:**

- a) Melhorou
- b) Estabilizou
- c) Piorou

**Q 18 - Como classificarias o desenvolvimento da economia da sua comunidade durante os últimos cinco anos. (por favor, marque apenas um item)**

- a) Crescimento rápido
- b) Crescimento moderado
- c) Crescimento lento
- d) Não há crescimento real ou declínio
- e) Declínio modesto
- f) Declínio significativo

### **III Parte – Avaliação das Ações do PRIASA e do bem-estar das famílias e das mulheres**

**Q 19 - Por favor avalie o contributo das ações de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas, com apoio do PRIASA, listadas abaixo, para o desenvolvimento socioeconómico das mulheres e das famílias.**

*Assinale a opção que melhor reflete a sua opinião*

Questões	Muito Important	Importante	Razoável	Mau	Muito Mau	Não sei
a) Reforço de capacidades no âmbito de transformação de produtos agrícolas	<input type="checkbox"/>					

b) Reforço de capacidades dos transformadores/as no âmbito de gestão de negócios	<input type="checkbox"/>					
c) Assistência técnica a/os transformadores/as	<input type="checkbox"/>					
d) Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	<input type="checkbox"/>					
e) Aquisição de equipamentos para transformação de produtos	<input type="checkbox"/>					
f) Acompanhamento a/os transformadore/as de produtos para torna-lo/as mais autónomo/as e profissionais	<input type="checkbox"/>					
g) Seguimento das ações realizadas para a apropriação das infraestruturas e equipamentos	<input type="checkbox"/>					
h) Reabilitação ou construção de infraestruturas para transformação de produtos	<input type="checkbox"/>					

**Q 20 - Favor proceder a avaliação dos contributos das ações de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas, com apoio do PRIASA, listadas abaixo, para o desenvolvimento socioeconómico das mulheres e das famílias**

Questões	Melhorou Muito	Melhorou	Estabilizou	Piorou	Não muito sei	Descreva as principais mudanças
a) Acesso ao local de trabalho	<input type="checkbox"/>					
b) Acesso aos cuidados básicos de saúde	<input type="checkbox"/>					
c) Condições de trabalho	<input type="checkbox"/>					
d) Acesso a novas tecnologias de	<input type="checkbox"/>					
e) Acesso aos equipamentos para	<input type="checkbox"/>					
f) Conhecimento em gestão de negócios	<input type="checkbox"/>					
g) Capacidade para transformação de	<input type="checkbox"/>					
h) Possessão de Casa própria	<input type="checkbox"/>					
i) Condições de habitação	<input type="checkbox"/>					
j) Tipo de fogão usado para cozinhar em	<input type="checkbox"/>					
k) Latrina / W.C.	<input type="checkbox"/>					
l) Máquina de lavar	<input type="checkbox"/>					

m) Bicicleta	<input type="checkbox"/>					
n) Motorizada	<input type="checkbox"/>					
o) Viatura	<input type="checkbox"/>					
p) Televisão	<input type="checkbox"/>					
q) Telemóvel	<input type="checkbox"/>					
r) Internet	<input type="checkbox"/>					
s) Computador	<input type="checkbox"/>					
t) Tempo gasto nas atividades	<input type="checkbox"/>					
u) O seu rendimento para administrar o	<input type="checkbox"/>					
v) Situação global do agregado familiar	<input type="checkbox"/>					
w) Situação global da mulher	<input type="checkbox"/>					

## Anexo 3- Questionário Produtores



### Questionário sobre as Ações do PRIASA

Este questionário destina-se à realização de uma Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas - Agronegócio, na Universidade de Évora, e tem como objetivo **Avaliar a contribuição das ações de produção agrícola no âmbito do PRIASA para o desenvolvimento socioeconómico das famílias, em particular as mulheres.**

As respostas a este inquérito são confidenciais, destinando-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste trabalho. Na tese serão incluídas apenas resultados globais. A sua participação é fundamental para o sucesso do trabalho.

Por isso, agradecemos desde já a sua colaboração!

Este questionário leva cerca de 15 minutos a responder.

Gostaríamos de salientar que não existem respostas certas ou erradas às questões colocadas, estamos interessados acima de tudo na sua opinião.

Por favor leia com atenção as questões abaixo e as instruções de resposta.

Coloque uma cruz na(s) opção(ões) de resposta que melhor refletem a sua resposta.

#### I Parte – Questões de Caracterização do Respondente

Como mencionado inicialmente neste questionário, as suas respostas são confidenciais e anónimas. Assim, e apenas para fins de caracterização dos participantes, gostaríamos que respondesse a algumas questões sobre si. *Por favor, marque com **uma cruz(X)** a opção que melhor reflete a sua situação.*

##### Q 1 – Nacionalidade:

- a) São-tomense       b) Outra  \_\_\_\_\_

##### Q 2 – Sexo:

- a) Masculino       b) Feminino

##### Q 3 –

##### Idade:

- a) Menos de 18 anos       d) 35 a 44 anos       g) Mais de 64 anos   
b) 18 a 24 anos       e) 45 a 54 anos   
c) 25 a 34 anos       f) 55 a 64 anos

##### Q 4 – Estado Civil:

- a) Solteiro       d) Divorciado   
b) Casado       e) Viúvo   
c) União de facto

##### Q 5 –

##### Local:

- a) Agua Grande       d) Lembá       g) Príncipe   
b) Cantagalo       e) Lobata

- c) Caué  f) Mé-zochi

**Q 6 – Nível de Escolaridade:**

- |                                               |                          |                                                |                          |
|-----------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------|--------------------------|
| a) Não frequentou a escola                    | <input type="checkbox"/> | e) 2º ciclo do ensino secundário (até 12º ano) | <input type="checkbox"/> |
| b) Ensino pré escolar                         | <input type="checkbox"/> | f) Ensino médio/ profissionalizante            | <input type="checkbox"/> |
| c) Ensino básico (até 6º ano)                 | <input type="checkbox"/> | g) Licenciatura                                | <input type="checkbox"/> |
| d) 1º ciclo do ensino secundário (até 9º ano) | <input type="checkbox"/> | h) Pós-graduação/ Mestrado/ Doutoramento       | <input type="checkbox"/> |

**Q 7 – Tem estudos em agricultura?**

- a) Sim  b) Não

Quais? \_\_\_\_\_

**Q 8 – Qual é a sua situação profissional?**

- |                                  |                          |                            |                          |
|----------------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| a) Estudante                     | <input type="checkbox"/> | f) Empresário              | <input type="checkbox"/> |
| b) Funcionário Público           | <input type="checkbox"/> | g) Reformado / Pensionista | <input type="checkbox"/> |
| c) Funcionário empresa privada   | <input type="checkbox"/> | h) Desempregado            | <input type="checkbox"/> |
| d) Trabalhador por conta própria | <input type="checkbox"/> | i) Empregado Doméstico     | <input type="checkbox"/> |
| e) Doméstica                     | <input type="checkbox"/> | j) Agricultor              | <input type="checkbox"/> |

**Q 9 – Que atividades domésticas e produtivas pratica no agregado familiar**

- |                              |                          |                                |                          |
|------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| a) Limpeza de casa           | <input type="checkbox"/> | e) Produção agrícola           | <input type="checkbox"/> |
| b) Cozinha                   | <input type="checkbox"/> | f) Transformação de produtos   | <input type="checkbox"/> |
| c) Lavagem de roupas         | <input type="checkbox"/> | g) Venda de produtos agrícolas | <input type="checkbox"/> |
| d) Acompanhamento dos filhos | <input type="checkbox"/> |                                |                          |

**II Parte – Questões de Caracterização da Organização**

**Q 10 – Há quanto tempo a sua empresa / o seu negócio está funcionando (anos)?**

**Q11- Qual a estrutura organizacional da sua empresa / do seu negócio?**

- a) Parceria
- b) Único proprietário
- c) Cooperativa
- d) Outro  Favor especificar) \_\_\_\_\_

**Q 12 – Qual a sua função na empresa / no negócio**

- a) Proprietário
- b) Chefe Executivo/Diretor
- c) Gerente /Financeiro, Marketing, pessoal)

d) Outra? Qual

**Q13- Quais as suas atividades principais: produtos/serviços?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Q14- Quantas pessoas emprega atualmente? (Circule a resposta)**

0 1 2 3 4 5 Mais

**Q15- Quais destes meios possui na sua empresa / no seu local de trabalho:**

- a) Energia elétrica  e) Telemóvel   
b) Água canalizada  f) Computador   
c) W.C.  g) Internet   
d) Frigorífico

**Q16- Como considera o seu lucro na empresa / no negócio / no trabalho:**

- a) Excelente  d) Pouco   
b) Muito  e) Nulo   
c) Moderado

**Q17- O que acha da sua situação financeira após a intervenção do PRIASA:**

- a) Melhorou   
b) Estabilizou   
c) Piorou

**Q18- Como classificarias o desenvolvimento da economia da sua comunidade durante os últimos cinco anos. (por favor, marque apenas um item)**

- a) Crescimento rápido  d) Não há crescimento real ou declínio   
b) Crescimento moderado  e) Declínio modesto   
c) Crescimento lento  f) Declínio significativo

### **III Parte – Avaliação das Ações do PRIASA e do bem-estar das famílias e das mulheres**

**Q19- Por favor avalie o contributo das ações de produção agrícola, com apoio do PRIASA, listadas abaixo, para o desenvolvimento socioeconómico das mulheres e das famílias.**

*Assinale a opção que melhor reflete a sua opinião*

Questões	Muito Importante	Importante	Razoável	Mau	Muito Mau	Não sei
i) Reforço de capacidades no âmbito de produção agrícola	<input type="checkbox"/>					
j) Reforço de capacidades dos agricultores/as no âmbito de gestão de negócios	<input type="checkbox"/>					
k) Assistência técnica a/os agricultores/as	<input type="checkbox"/>					

<b>l)</b> Aquisição de equipamentos de apoio ao controlo de qualidade de produtos	<input type="checkbox"/>					
<b>m)</b> Aquisição de equipamentos para agricultura	<input type="checkbox"/>					
<b>n)</b> Acompanhamento a/os agricultores/as para torna-lo/as mais autónomo/as e profissionais	<input type="checkbox"/>					
<b>o)</b> Seguimento das ações realizadas para a apropriação das infraestruturas e equipamentos	<input type="checkbox"/>					
<b>p)</b> Aquisição de estufas para agricultura	<input type="checkbox"/>					
<b>q)</b> Reabilitação ou construção de canais de irrigação	<input type="checkbox"/>					

**Q20- Favor proceder a avaliação dos contributos das ações de produção agrícola, com apoio do PRIASA, listadas abaixo, para o desenvolvimento socioeconómico das mulheres e das famílias**

Questões	Melhorou Muito	Melhorou	Estabilizou	Piorou	Piorou muito sei	Não sei	Descreva as principais mudanças
x) Acesso ao local de trabalho	<input type="checkbox"/>						
y) Acesso aos cuidados básicos	<input type="checkbox"/>						
z) Acesso a novas tecnologias de	<input type="checkbox"/>						
aa) Acesso aos equipamentos	<input type="checkbox"/>						
bb) Conhecimento em gestão de	<input type="checkbox"/>						
cc) Posseção de Casa própria	<input type="checkbox"/>						
dd) Condições de habitação	<input type="checkbox"/>						
ee) Tipo de fogão usado para	<input type="checkbox"/>						
ff) Latrina / W.C.	<input type="checkbox"/>						
gg) Máquina de lavar	<input type="checkbox"/>						
hh) Bicicleta	<input type="checkbox"/>						
ii) Motorizada	<input type="checkbox"/>						
jj) Viatura	<input type="checkbox"/>						
kk) Televisão	<input type="checkbox"/>						
ll) Telemóvel	<input type="checkbox"/>						
mm) Internet	<input type="checkbox"/>						
nn) Computador	<input type="checkbox"/>						
oo) Tempo gasto nas atividades	<input type="checkbox"/>						
pp) O seu rendimento para administrar o	<input type="checkbox"/>						
qq) Situação global do agregado familiar	<input type="checkbox"/>						
rr) Situação global da mulher	<input type="checkbox"/>						